

HR HUMANIDADES EM REVISTA

ISSN 2674-6468

HUMANIDADES



EM REVISTA

Revista do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Reitor

Dr. José da Costa Filho

Diretora da Biblioteca Central

Ms. Márcia Valéria da Silva de Brito Costa

Decano do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Dr. Nilton José dos Anjos de Oliveira

Editores

Dr. Leonardo Villela de Castro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO – Fundador

Dr. Nilton José dos Anjos de Oliveira – Editor Convidado

Dra. Patricia Horvat, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Ms. Sonia Terezinha Oliveira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Maria Eichler Sant'Angelo, UNIRIO/Faculdade São Bento -FSB Rio de Janeiro.

Comitê Editorial

Dra. Alejandra Saladino, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Ana Cristina Comandulli, CEC Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Real Gabinete Português de Leitura.

Dra. Andrea Bieri, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dr. André da Silva Bueno, Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ

Dr. Deivid Valério Gaia, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ

Dra. Fernanda Areas Peixoto, Universidade de São Paulo USP

Dra. Maria Eichler Sant'Angelo, Faculdade de São Bento - Rio de Janeiro FSB

Dra. Miriam Cabral Coser, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Patricia Horvat, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Rosâne Mello, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dr. Rossano Pecoraro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Ms. Sonia Terezinha Oliveira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Stefanie Cavalcanti Freire, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Conselho Consultivo

Dr. Adilson Florentino, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense UFF

Dr. André da Silva Bueno, Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ

Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima, Universidade Federal Fluminense UFF

Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul UFMS

Dra. Celeste Anunciata Moreira, Centro Universitário Augusto Motta UNISUAM, UNIRIO/

Dra. Claudia Beltrão da Rosa, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

J.z Gustavo Kalil, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Dra. Heloisa Dias Bezerra, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dr. João Marcus Figueiredo, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Pr. Jefferson Santos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Regina Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ

Dr. Rossano Pecoraro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Simone Feigelson Deutsch, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dr. Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Valeria Cristina Lopes Wilke, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Créditos Imagem da Capa: Codex Amiatinus, Szene: Esdra arbeitet an der Erneuerung der Bibel. Meister des Codex Amiatinus. Pergament, 35x25 cm. Anfang 8. Jh. Buchmalerei, Auftraggeber: Benedict Biscop, Abt. von Jarrow und Wearmouth, nach Vorlage des Codex grandior des Cassiodor, in der Tradition der antike Buchmalerei. Biblioteca Medicea-Laurenziana. Florenz.

https://en.wikipedia.org/wiki/File:Meister_des_Codex_Amiatus_001.jpg

VARIA - SUMÁRIO**AUTOR CONVIDADO**

DISTINTAS POSSIBILIDADES PARA O USO DA ANÁLISE TEMÁTICA - *Silvia Sobreira; Andréa Rosana Fetzner; Felipe Ribeiro; Clayton Vetromilla* 2

ARTIGOS

A ORGANIZAÇÃO HISTÓRICA E ÉTICA DAS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, OS PRIMEIROS CEM ANOS - *Renata Breves Nogueira da Silva*22

ANÁLISE DO POEMA *BIOGRAFIA*, DE MIA COUTO E SUAS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA E A LITERATURA MOÇAMBICANA - *Thiago Henrique Sampaio* 35

O APAGAMENTO DA ESCRAVIDÃO NEGRA AFRICANA NA CIDADE DE ITAPIRA-SP - *Cristiane da Rosa Elias* 55

NECROPOLÍTICA: REPERCUSSÕES DO PENSAMENTO PÓS-COLONIAL NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO - *Matheus Fidelis Ferreira Ventura; Francisco Pereira de Sousa...* 65

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA PREDIÇÃO PREDIZENDO A PREDIÇÃO - *Artur Domingues* 79

MORTE E LUTO NA ESCOLA: COMO LIDAR COM ESSA REALIDADE PÓS-PANDEMIA - *Gleucimar Romana Faria* 89

PERSPECTIVAS E RELEVÂNCIA DA HORTA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL – *Carina Firmino Sá* 98

RELATO DE PESQUISA

SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO EM RECÉM-NASCIDOS PRÉ-TERMO EM USO DE OXIGENOTERAPIA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL - *Karolina de Araujo Cappelli*112

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O FEMININO EM TONS DE CIANO: UMA OFICINA DE REVELAÇÃO EM CIANOTIPIA - *Izabel Marluce Silva Lemos; Daniela Nery Bracchi* 122

DISTINTAS POSSIBILIDADES PARA O USO DA ANÁLISE TEMÁTICA

Silvia Sobreira¹
Andréa Rosana Fetzner²
Felipe Ribeiro³
Clayton Vetromilla⁴

Resumo: Neste texto, comentam-se pesquisas que realizaram os procedimentos da Análise Temática (AT) com o objetivo de trazer maior compreensão sobre como esse tipo de método pode ser levado a cabo. O que impulsionou a produção deste artigo foi a necessidade de trazer exemplos concretos para pesquisadores não habituados com esse método. Toma-se como ponto de partida o texto de Victoria Braun e Virginia Clarke para apresentar a abordagem. As pesquisas aqui apresentadas foram escolhidas por terem sido mencionadas pelas pesquisadoras, em seu artigo de 2006, como exemplos próximos à sua proposta. O artigo se justifica pelo fato de as pesquisas aqui trazidas serem pouco disseminadas no Brasil e exemplificarem, de forma concreta, a variedade de assuntos e formas como a AT pode ser utilizada.

Palavras-chave: Metodologia da pesquisa; Análise de dados; Pesquisa qualitativa; Análise Temática.

DISTINCT POSSIBILITIES FOR THE USE OF THEMATIC ANALYSIS

Abstract: This text comments on research that used Thematic Analysis (TA) procedures in order to bring greater understanding about how this type of method can be carried out. The need to bring concrete examples to researchers unaccustomed to this methodology prompted the production of this article. We took Victoria Braun and Virginia Clarke's text as a starting point to introduce the approach. The researches shown here was chosen because they were mentioned by the authors, in their 2006 article, as examples close to their proposal. The paper is warranted by the fact that the discussed researches are not widespread in Brazil and provide a concrete example of the variety of issues and ways in which TA can be used.

Keywords: Research methodology; Data analysis; Qualitative research; Thematic Analysis.

Introdução

Existem muitas formas de se realizar a análise temática (AT). No entanto, desde que foi publicado, o texto de Virginia Braun e Victoria Clarke (2006a) traz uma proposta específica para essa abordagem, e tem sido muito comentado academicamente, vindo a ser o artigo mais citado no Google Scholar relativo ao ano de 2006 (Clarke, 2017, 1'47"). Esse imenso sucesso

¹ Professora do curso de Licenciatura e da Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ UNIRIO, coordenadora do Projeto PIBID, área de música e coordenadora do Mestrado em Música, na UNIRIO. Desenvolve experiências com adultos desafinados. silvia.sobreira@unirio.br.

² Professora associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Unirio. Orienta pesquisas principalmente nos seguintes temas: ciclos de formação, metodologias de planejamento dialógico, currículo e interculturalidade, planejamento escolar e avaliação emancipatória. andrea.fetzner@unirio.br.

³ Professor do Departamento de Métodos Quantitativos, do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia-CCET, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ UNIRIO. Tem experiência nas áreas de Estatística e Probabilidade, com ênfase em Análise de Dados, Avaliação institucional e Processos Markovianos. felipe.ribeiro@uniriotec.br

⁴ Professor no Instituto Villa-Lobos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ UNIRIO, como intérprete e pesquisador, desenvolve trabalhos principalmente em relação às obras de César Guerra-Peixe e a música brasileira para violão dos anos 1970.

levou as autoras a fazerem palestras sobre o assunto, algumas das quais estão disponíveis no YouTube (Clarke, 2017, 2018) Contudo, mesmo que as pesquisadoras tenham explicitado as fases a serem cumpridas e os erros mais frequentes, elas reconhecem o mal uso dessa ferramenta mesmo depois de anos após a publicação daquele artigo (Clarke; Braun, 2018). Além disso, é comum que o pesquisador tenha dúvidas quanto ao modo de proceder e como ter certeza quanto à validade da análise por ele realizada. Por esse motivo, escolheu-se detalhar as pesquisas mencionadas no texto de 2006 das referidas autoras e que foram consideradas análises pertinentes. Neste texto, não se pretende apresentar uma revisão bibliográfica, embora tenha características desse tipo de estudo.

O propósito, ao se trazerem, com maiores detalhes, algumas pesquisas mencionadas por Braun e Clarke (2006a), é oportunizar que o pesquisador iniciante na AT compreenda o método e suas possibilidades, o que permitirá que ele possa fazer escolhas que sejam mais adequadas nas suas análises. Concordamos com Braun e Clarke (2006a. p. 98) a respeito da necessidade de democratizar os métodos qualitativos, tornando-os mais compreensíveis para pesquisadores menos experientes. As autoras mencionam que a AT pode se configurar como um obstáculo para o pesquisador qualitativo iniciante, pois a sua reputação como método acessível poderia levar ao erro de se conduzir uma AT sem localizá-la teoricamente (Braun; Clarke, 2021, p. 3).

As pesquisas escolhidas para serem aqui apresentadas tratam de temáticas variadas, como o hábito dos homens em se vestir (Frith; Gleeson, 2004); a percepção de mulheres diagnosticadas com a Síndrome do Ovário Policístico (SOP) sobre sua condição (Kitzinger; Willmott, 2002); os conceitos implícitos na prática da depilação (Toerien; Wilsinson, 2004); e a análise dos argumentos usados durante o processo legal, ocorrido no parlamento inglês, relativo à diminuição da idade de consentimento para os atos sexuais realizados entre homens (Ellis; Kitznger, 2002).

Algumas considerações sobre a proposta de Braun e Clarke

Em geral, a AT é muito difundida nas áreas da Psicologia e da Saúde, embora se acreditemos neste trabalho que, devido à versatilidade do método, ele possa ser usado em pesquisas de outras áreas, principalmente na da Educação, ponto de vista corroborado por outros pesquisadores (Rosa; Mackedanz, 2021).

Além disso, “A análise temática é um método para identificar, analisar e reportar padrões (temas) nos dados” (Braun; Clarke, 2006, p. 79, tradução nossa). Para realizar a AT, Braun e Clarke (2006, p. 87) sugerem 6 (seis) fases a serem seguidas, quais sejam: 1) a

familiarização com os dados; 2) a codificação, que envolve a transcrição e a análise sistemática de todo o conjunto de dados, agrupando-os em códigos; 3) a busca pelos temas, que é quando se agrupa os códigos em temas potenciais; 4) a revisão dos temas, quando alguns temas podem deixar de existir, um tema ser partido em dois ou mesmo surgirem novos temas; 5) a definição do nome dos temas; e 6) a produção da escrita. O detalhamento de cada uma dessas fases pode ser encontrado no texto original das autoras (Braun; Clarke, 2006a; 2006b).

Para quem desconhece a proposta das pesquisadoras e não domina o inglês, já existe a sua tradução para o português (Braun; Clarke, 2006b). Souza (2019) também apresenta e discute a proposta de AT apresentada por Braun e Clarke. Destacamos ainda, o artigo de Rosa e Mackedanz (2021), no qual os autores exemplificam o uso da AT a partir de uma pesquisa realizada no Brasil com 16 (dezesesseis) professores de Ciências nas séries finais do Ensino Fundamental. Além disso, antes de introduzir a AT, também segundo os princípios de Braun e Clarke (2006a), os autores apresentam outras metodologias comumente usadas em abordagens qualitativas, como a Análise de Conteúdo, a Análise do Discurso, a Análise Hermenêutico-Fenomenológica e a Análise Hermenêutico-Dialética. Desta maneira, o pesquisador pode ter uma visão mais geral de outros procedimentos metodológicos, comparando-os com a AT.

Em palestra disponibilizada no YouTube, Victoria Clarke explica que, embora se acredite que a AT seja uma abordagem única, ela deveria ser pensada mais como sendo um termo “guarda-chuva” que inclui vários tipos de abordagens diferentes entre si, tanto em termos de procedimentos quanto em termos de filosofias subjacentes. Clarke alega que ela e Virginia Braun pararam de contar quando chegaram em 30 (trinta) tipos de AT (Clarke, 2017, 11'09"-11'31"). Por esse motivo, a pesquisadora e psicóloga assume que a proposta que ela e Virginia Braun apresentam, e que chamam de reflexiva, pode não ser aceita por outros pesquisadores que usem outros tipos de AT (Clarke, 2017, 4'26"-5'14").

Rastreando a origem do termo, Clarke (2017) informa que ele foi encontrado, sendo usado por musicólogos por volta de 1930, na análise de partituras, e nos anos 1940, por sociólogos que analisavam propagandas de massas. Entre as décadas de 1930 e 1950, o procedimento também era usual entre psicoterapeutas. Entre as décadas de 1980 e 1990, por sua vez, o uso da AT passou a aparecer com frequência em artigos acadêmicos (Clarke, 2017, 8'59"-9'05"), embora sem detalhar o tipo de procedimento utilizado. E isso foi o que motivou Clarke e Braun a escreverem o artigo de 2006, explicitando uma maneira de realizar os procedimentos.

De todo modo, o termo vem sendo utilizado em diversas áreas, com distintos propósitos, mas sempre significando a busca por padrões e significados em determinado conjunto de

informações (Clarke, 2017, 6'15"-6'50"). Clarke presume que a AT tem uma trajetória que parte de um contexto de pesquisas quantitativas, em que se buscavam temas em um conjunto de dados, mas veio evoluindo no domínio das pesquisas qualitativas juntamente com a Análise de Conteúdo, que, a seu ver, são termos diferentes para abordagens similares ou que, ao menos, compartilham uma trajetória paralela (Clarke, 2017, 7'48"-8'08").

Para dar apenas um exemplo dessa controvérsia, recorreremos à visão de Laurence Bardin (2016). Em obra publicada originalmente em 1997, explicitando os princípios da Análise de Conteúdo, a referida autora indica a análise temática como um dos procedimentos possíveis dentro da Análise de Conteúdo. Para Bardin (2016, p. 77), a análise temática seria a “contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente identificada [...]”. Nesta perspectiva, o tema é “uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 2016, p. 135). Por outro lado, para Clarke e Braun (2006a), o tema não é uma unidade a ser encontrada e identificada nos dados, mas construído pelo pesquisador, a partir do seu sistema de codificação.

Segundo o que Clarke e Braun (2018, p. 108) explicam, os temas não podem ser apresentados como meros resumos de opiniões coletadas nos dados sobre determinado assunto, sem uma explicação ou sentido a respeito dos padrões que os ligam. Cada tema, portanto, deve ter um conceito central organizador, sendo uma construção ativa. Por isso, Clarke e Braun (2018) insistem tanto que se deva evitar o uso de frases como “os temas emergiram”, pois a utilização de expressões como essa desmerece o trabalho analítico do pesquisador e dá a falsa impressão de que o tema estava pronto, só cabendo ao pesquisador descobrir onde estava. A análise dos temas deve mostrar aquilo que é compartilhado como também o que é divergente ou contrastante no conjunto dos dados, e isso é bem diferente de apenas trazer os resumos das opiniões coletadas. Nos termos das autoras:

Na nossa abordagem da AT, seria útil pensar os temas como os personagens centrais de uma história que estamos contando sobre os dados (em vez de potes de coleta onde vamos colocando tudo o que foi dito sobre um determinado assunto específico). Cada tema tem uma “essência” ou conceito central que sustenta e une as observações, muito parecido com os personagens terem suas próprias construções psicológicas e motivações (Clarke; Braun, 2018, p. 108, tradução nossa).

Para as autoras, há 2 (duas) maneiras de apresentar os dados, a saber: o balde e o livro de histórias (Clarke, 2012, 13'12"). Na análise tipo balde, para apresentar o tema, o pesquisador

apenas resume tudo o que os participantes disseram sobre determinado assunto. Em geral, pega-se apenas a superfície do significado, e isso é reportado como um tema, sem um trabalho analítico sobre os dados. O pesquisador não analisa os padrões ou conceitos subjacentes ao que foi dito. Elas veem nisso apenas um tema que não foi bem desenvolvido (Clarke, 2017, 18'20"-18'42").

Na análise tipo livro de história, os temas são mais interpretativos e criativos. Eles contam uma história sobre os dados, e essa história reflete as lentes interpretativas do pesquisador (Clarke, 2017, 14'43"). Nessa forma de determinar o tema, existe uma ideia ou conceito central que lhe dá unidade. O pesquisador percebe um padrão de significado compartilhado nos dados. O tema sempre captura o significado que está abaixo da superfície (Clarke, 2017, 22'30"-23'27"). Ou seja, o pesquisador conjuga dados que aparentemente são e os trata de forma interpretativa, encontrando o padrão que é comum e que irá caracterizar um tema. Neste caso, o tema ajudará a compreender os dados e surge dos dados que o pesquisador colocou em códigos. Clarke, Braun e Clarke (2006a, p. 85-86) afirmam que os piores exemplos da AT foram realizados dessa maneira. Além disso, o tema é como se fosse uma carta de apresentação para a história a ser contada; logo, também é importante que o seu nome não seja representado por uma única palavra (Clarke, 2017, 18').

Os temas devem surgir depois de se codificarem os dados e se encontrarem os padrões compartilhados nesses dados. É difícil encontrar os temas logo no início do processo, pois isso envolve o pensamento crítico, interpretativo e engajado do pesquisador (Clarke, 2017, 28'-28'45").

Ainda com o intuito de contextualizar o leitor a respeito dos critérios apontados por Clarke e Braun (2018) para avaliar uma pesquisa, voltamos a alguns pontos ressaltados pelas pesquisadoras. Em primeiro lugar, é preciso salientar que elas assumem que a proposta delas é qualitativa, e que isso implica a ideia de que as técnicas utilizadas estejam sustentadas em paradigmas qualitativos que coloquem a subjetividade do pesquisador como recurso, e não como problema (Clarke; Braun, 2018, p. 107). As pesquisadoras rejeitam e criticam os valores positivistas e pós-positivistas. Elas argumentam que essa proposta reflexiva “ênfatiza a inevitável subjetividade na análise e o papel ativo do pesquisador em codificar e gerar os temas (Clarke; Braun, 2021, p. 13).

Clarke (2017, 46'43"- 48'43") afirma que o que distingue a abordagem dela e de Braun de outros tipos é que, na proposta delas, a AT é um método, e não uma metodologia. Então, abordagens como a Teoria Fundamentada, a Análise Interpretativa Fenomenológica ou a Análise Narrativa dos Discursos são metodologias informadas a partir de teorias que sustentam

a pesquisa e que delimitam o tipo de perguntas a serem feitas, o tipo de dados a serem coletados e até a condução do estudo. Isso não quer dizer que na AT ocorra na ausência de uma teoria, pois ela deverá ser construída pelo pesquisador dentro da sua perspectiva epistemológica. Ou seja, a abordagem não é a-teórica, mas teoricamente flexível, podendo ser contextualista, crítica, construcionista, pós-estruturalista etc.

Contudo, a AT não pode ser usada para responder a perguntas ligadas a questões linguísticas, como na Análise do Discurso, mas pode ser usada para se buscar compreender questões referentes às experiências vividas; ao ponto de vista das pessoas a respeito de determinado assunto; aos fatos que influenciam, sustentam ou contextualizam um fenômeno em particular ou para questionar padrões de significados (Clarke, 2017, 52'20"-53'04").

Os dados podem ser coletados a partir de entrevistas, grupos focais, diários, métodos visuais, ou de fontes secundárias, como em dados obtidos em fóruns *online*, *blogs*, *websites*, revistas, artigos de jornais, relatórios policiais etc (Clarke, 2017, 53'04"-54'25"). Clarke (2017, 57'-57'56") explicita a importância de que esteja claro para o pesquisador o seu conhecimento a respeito do que é necessário para uma pesquisa qualitativa: a compreensão das bases filosóficas do estudo e a clareza a respeito dos pressupostos que alicerçam os procedimentos e as ideias. A pesquisadora ainda afirma que, na sua proposta de AT, há sempre uma orientação que busca a justiça social, seja dando voz a grupos marginalizados ou realizando a escolha de uma agenda mais ampla de proposta de mudança ou de crítica social (Clarke, 2017, 39'49"-40'33").

Após essas breves considerações, passamos a apresentar as pesquisas que, segundo o que as referidas autoras consideram, preenchem os critérios essenciais em uma análise.

A pesquisa de Hannah Frith e Kate Gleeson (2004) sobre o hábito de se vestir dos homens

Argumentando que a maior parte dos estudos sobre o hábito masculino de se vestir e escolher roupas seja realizado acompanhado por mulheres, Frith e Gleeson (2004) fizeram uma pesquisa, no Reino Unido, para compreender as maneiras como os sentimentos subjetivos dos homens a respeito dos seus corpos afetavam suas escolhas de vestuário. As autoras constroem os argumentos para justificar sua investigação, mostrando que há muitas pesquisas com mulheres, mas também pesquisas que indicam que os homens são menos interessados em assuntos ligados a roupas; que gastam menos dinheiro com vestuário; que são menos envolvidos em sair para comprar roupas; que as mulheres é quem compram roupas para homens etc. Por outro lado, elas também trazem estudos sobre cirurgias plásticas; uso de anabolizantes ou do

esforço para construir um corpo, por exemplo, que mostram o quanto os homens estão insatisfeitos com sua imagem corporal e preocupados em seguir um ideal cultural. As autoras apresentam uma robusta revisão de literatura para mostrar como esse assunto vem sendo tratado nas pesquisas e as lacunas que elas pretendem preencher com o estudo específico delas, ao unificarem 2 (duas) áreas de estudos: a prática de se vestir e a imagem corporal. A partir da constatação da necessidade crescente que os homens têm em se preocupar em manter uma aparência ideal, as autoras decidiram empreender o estudo que busca detectar como os homens escolhem seu vestuário para gerenciar sua imagem corporal.

Os participantes foram recrutados entre alunos de graduação de um curso de Psicologia e receberam uma remuneração para participarem do estudo. Foi usada a estratégia “bola de neve” para chegar a um número maior de participantes: cada estudante convidaria mais 2 (dois) conhecidos para participarem) da pesquisa. A coleta de dados foi feita por meio de um formulário, respondido por escrito por 75 (setenta e cinco) homens, entre 15 (quinze) e 67 (sessenta e sete) anos de idade. A maioria dos participantes era de estudantes universitários, entre 17 (dezesete) e 26 (vinte e seis) anos. Além do formulário, os participantes receberam um prospecto com informações sobre a pesquisa, sobre a natureza de sua participação, além de informações sobre como os dados seriam usados e analisados. Como a questão da imagem corporal pode ser um tema sensível, foram oferecidos detalhes sobre serviços de acompanhamento social, caso algum participante se sentisse desconfortável e precisasse de apoio. Eles também receberam o termo de consentimento, equivalente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no Brasil, e um formulário demográfico.

Foram feitas estas 4 (quatro) perguntas:

O quanto a maneira como você se sente a respeito do seu corpo influencia os tipos de roupa que você compra ou usa?
Você se veste de um modo que esconde aspectos do seu corpo?
Você se veste de um modo que enfatiza aspectos do seu corpo?
Tem algo a mais que você pense que nós deveríamos saber ou existe alguma questão que deveríamos ter feito e que não foi feita? (Frith; Gleeson, 2004, p. 42, tradução nossa⁵).

Frith e Gleeson (2004) descrevem que usaram os procedimentos da AT indutiva, ou seja, em vez de partirem de determinada teoria, procuraram criar sentidos a partir dos dados

⁵ Do original em inglês: “How much does the way you feel about your body influence the kinds of clothing you buy or wear? Do you dress in a way that hides aspects of your body? Do you dress in a way that emphasizes aspects of your body? Is there anything else you think we should know, or are there any questions we should have asked but didn't?”.

coletados. Para isso, primeiramente, as respostas foram lidas com cuidado para se identificarem os trechos representativos e relevantes em relação à pesquisa. Depois, as unidades que tratavam de um mesmo assunto foram agrupadas em categorias analíticas, com nomes provisórios. Nessa fase, uma mesma unidade podia ser agrupada em mais de uma categoria analítica. A seguir, os dados foram revistos para que fosse assegurado que os nomes das categorias, suas definições e conjunto de dados pertencente a cada categoria tivessem sido identificados. As autoras reconheceram 50 (cinquenta) categorias, que foram agrupadas em 4 (quatro) temas, reportando que 86,6% (oitenta e seis vírgula seis por cento) dos dados foram inseridos, ao menos, em uma categoria. Para testar a coerência das escolhas, os resultados da primeira questão foram recodificados por outro pesquisador, que encontrou resultados bastante similares.

Os 4 (quatro) temas gerados foram: homens valorizam a praticidade; homens não deveriam se importar com sua aparência; roupas são utilizadas para realçar ou esconder certos aspectos do corpo; roupas são usadas para se ajustar ao padrão cultural (Frith; Gleeson, 2004, p. 43-44, tradução nossa⁶). Além desses temas, as autoras também indicaram, relacionados a um tema denominado “Miscelânea”, códigos que não puderam ser enquadrados em nenhum tema.

O quadro com os 4 (quatro) temas finais foi apresentado no anexo do trabalho das autoras. No texto, cada tema foi discutido detalhadamente, colocando o número de respostas que se encaixavam em determinadas categorias entre chaves, como: “poucos homens argumentaram que a forma física não importa [9]; um número maior declarou que a forma física era irrelevante [30] [...]” (Frith; Gleeson, 2004, p. 44, tradução nossa⁷). Além desses breves resumos, sempre comentados, apenas no caso do primeiro tema não foram apresentados extratos das respostas ao questionário. Em relação aos demais temas, foram trazidos entre 1 (um) e 3 (três) pequenos trechos, ilustrando a análise realizada.

Frith e Gleeson (2004) acreditam que seus dados apontam para questões que podem interessar aos psicólogos que estudam a imagem corporal, que, em geral, é conceitualizada como algo interno, uma “essência”. Contudo, as respostas obtidas sugerem que essa imagem é fluida e sempre negociada e que, para os homens entrevistados, ter ou não ter músculos ou estar acima ou abaixo do peso tem um importante papel na escolha das roupas que serão vestidas. Contrariando a ideia corrente a respeito do que os homens pensam sobre se vestir, as

⁶ Do original em inglês: “Men Value Practicality; Men Should Not Care How They Look; Clothes Are Used to Conceal or Reveal; Clothes Are Used to Fit a Cultural Ideal.”

⁷ Do original em inglês: “Few men argued that body shape does matter [9]; many more argued that the shape of their body is irrelevant [30] [...]”.

pesquisadoras concluíram que homens utilizam roupas para influenciar sua aparência física e se adaptar aos padrões de beleza, apesar de estes acreditarem que devem expressar desinteresse quanto ao seu vestuário. Elas ainda assumem que a amostra dos homens pesquisados é assimétrica, pois eram em sua maioria jovens, e a pesquisa não pode revelar a influência de outros aspectos como raça, classe e orientação sexual, ou seja, elas mostram as limitações da própria pesquisa, algo louvável de ser considerado, em qualquer estudo.

Em suma, antes de fazer a análise, as autoras apresentaram vários estudos que mostram o que homens pensam sobre seus corpos. Além disso, trouxeram dados para comprovar que a maior parte das pesquisas relacionadas ao hábito de se vestir é realizada com mulheres. Elas partiram de uma ideia muito difundida no senso comum (homens não se importam com roupas) para mostrar como os dados coletados contradiziam esse consenso e como os hábitos de escolhas de vestimentas está relacionado à autopercepção corporal masculina.

A pesquisa de Celia Kitzinger e Jo Willmott (2002) sobre a Síndrome do Ovário Policístico (SOP)

Nessa pesquisa, 30 (trinta) mulheres que sofrem de SOP relataram suas experiências, vivendo com essa condição. Previamente, foi realizado um estudo piloto com 2 (duas) mulheres para atestar a adequação dos procedimentos. As mulheres entrevistadas foram contatadas por meio de cartas com o convite para a entrevista e receberam acesso prévio ao estudo completo. Os endereços foram obtidos junto a uma instituição nacional de cuidados a pessoas com essa síndrome. As entrevistas foram conduzidas por uma das autoras, Jo Willmott, que dividiu sua vivência de SOP com as participantes do estudo, todas entrevistadas individualmente. As autoras chamam a atenção para o fato de que mais da metade das mulheres, a saber, (17/30 (dezessete), nunca havia tido contato com outra mulher que sofria de SOP.

Os dados obtidos pelas entrevistas semiestruturadas foram transcritos, e a análise foi feita, organizando-se seções de dados em temas recorrentes. Devido à estrutura das entrevistas, as pesquisadoras não julgaram apropriado quantificar os dados, preferindo dar nomes para os temas a partir da análise geral das respostas. Elas esclarecem que preferiram não especificar quantas mulheres sentiram determinados sintomas, pois, se esse fosse o propósito, uma simples *check-list* poderia resolver este assunto. Ao contrário, elas preferiram compreender qualitativamente como as mulheres se sentiam, convivendo com essa síndrome. Após a transcrição das entrevistas, os temas foram agrupados em seções.

Na análise apresentada por Kitzinger e Willmott (2002), para ilustrar cada tema, foram apresentadas algumas citações. As autoras chamam a atenção para o fato de terem realizado

uma análise temática diferenciada da análise discursiva, pois consideraram as falas das mulheres como evidências das experiências delas, ao invés de tratar o discurso delas como uma autobiografia interpretativa. Essa maneira de analisar difere da pesquisa comentada anteriormente, pois Frith e Gleeson (2004), embora não estivessem em busca de conteúdos latentes, comentam que alguns entrevistados, apesar de expressarem que eram indiferentes à questão do vestuário, demonstraram, em outras respostas, que tinham preocupações em usar roupas para esconder ou revelar imperfeições ou aspectos positivos de seus corpos.

O resultado da pesquisa evidenciou que as mulheres pesquisadas sofriam vários sintomas dentre os que foram identificados na literatura sobre SOP, sendo o mais comum a menstruação irregular ou interrompida, seguido de perto por crescimento excessivo de pelos. Abortos e infertilidade eram ou continuavam a ser problemáticos para um grande número das entrevistadas, assim como também ganho de peso e acne. Muitas mulheres falaram da frustração e raiva que sentiam com atrasos no seu diagnóstico e da falta de informações fornecidas pelos profissionais da saúde. Por isso, elas interpretaram o fato de seus sintomas não terem sido levados a sério como uma postura de má vontade por parte dos médicos.

A principal conclusão do estudo é um sentimento repetido em todas as entrevistas: o fato de as mulheres se sentirem como aberrações⁸. As participantes do estudo descrevem “mulheres adequadas” como aquelas livres de pelos faciais e corporais, menstruando regularmente e tendo a capacidade de ter filhos, enquanto seus corpos peludos, irregulares e possivelmente inférteis as marcam como aberrações.

A palavra aberração foi usada nos relatos das mulheres entrevistadas para indicar que elas se sentiam diferentes, fora do padrão normal de feminilidade. Quase todas as mulheres falaram sobre se sentirem “anormais” e “pouco femininas⁹”, “estranhas e diferentes” de uma maneira ou outra. Os 3 (três) temas nomeados pelas autoras foram: “Mulheres barbadas e monstros peludos” (reportando o incômodo com pelos faciais ou corporais); “Mulheres Irregulares” (no qual estavam incluídas as queixas a respeito de menstruações irregulares ou interrompidas; e “Infertilidade: todo o meu propósito de ser mulher desapareceu”. A extensão deste último nome dado ao tema já dá o indício dos sentimentos envolvidos.

Um fato curioso é que as pesquisadoras apontam para a ideia de que o termo “aberração” permeia todos os temas. Compreende-se, neste artigo, que esta poderia ser uma análise

⁸ O termo *freak* é utilizado pelas autoras para qualificar algo fora do comum, anormal ou sobrenatural. No contexto em questão, ele é utilizado para demonstrar que as mulheres entrevistadas sentem que falharam em se conformar à norma da feminilidade.

⁹ As pesquisadoras usam a palavra “*unwomanly*”, que, traduzindo-se, literalmente, seria “não femininas”.

monotemática, que se desdobraria em 3 (três) subtemas. O que nos leva a pensar assim é a própria definição posterior de Braun e Clarke (2006a, p. 94), que argumentam que os temas da AT devem “contar uma história”. A nosso ver, a história que percebemos no estudo dessas autoras é o sentimento onipresente de “aberração”, que se desdobra em diferentes facetas das vidas das mulheres pesquisadas.

Kitzinger e Willmott concluem que mulheres com SOP questionam a sua autopercepção enquanto mulheres e femininas, mas as pesquisadoras chamam a atenção para o fato de que tanto as teorias feministas quanto as teorias *queer* têm questionado o conceito de “mulher” enquanto uma construção social. E, embora o tema “aberração” tenha tido destaque e tenha sido uma característica dominante nos relatos das mulheres e de sua autopercepção, as pesquisadoras frisam que as mulheres com SOP, assim como mulheres em geral, questionam o conceito de feminilidade “normal”. Kitzinger e Willmott resistem em aceitar a noção, construída socialmente, de que mulheres “normais” são aquelas sem pelo, com ciclo menstrual? regular, representadas nas publicidades e na fantasia masculina (Kitzinger; Willmott, 2002, p. 358-359).

É importante destacar a maneira como os procedimentos éticos são apresentados. Além dos cuidados equivalentes aos que foram realizados na pesquisa de Frith e Gleeson (2004), ao informarem às participantes sobre o conteúdo da pesquisa antes da decisão delas sobre participarem ou não, o resultado do estudo foi apresentado ao grupo, tendo sido recebido com entusiasmo. As autoras também informam que a pesquisa foi aprovada pelo Departamento de Ciências Sociais de Loughborough, que segue o código ético da Sociedade Britânica de Psicologia.

A pesquisa de Merran Toerien e Sue Wilkinson (2004) sobre o significado do hábito de se depilar

O argumento de Toerien e Wilkinson (2004) é que a depilação é uma norma nas culturas ocidentais, e que pouco se sabe sobre o seu surgimento e manutenção. O estudo oferece 2 (duas) explicações possíveis para essa prática. A primeira delas é que existe a construção social de pelos como um aspecto negativo e a ausência de pelos como algo positivo, o que torna a opção por se depilar ou não como algo que tem pesos distintos. A segunda explicação está ligada a certas “sanções” sociais às quais estão submetidas mulheres que decidem não se depilar (Toerien; Wilkinson, 2004, p. 64).

Antes de apresentar a análise dos dados, as autoras trazem vários estudos que apontam para a ideia de que a depilação é uma norma estabelecida na nossa sociedade. No entanto, elas

questionam a ausência de estudos que busquem explicar tal norma. Para elucidar essa questão, Toerien e Wilkinson (2004) elaboraram um questionário, desenvolvido após uma extensiva revisão bibliográfica e um estudo piloto com 3 (três) participantes.

Sendo algo incomum para uma pesquisa qualitativa, nesse estudo se utilizou o *survey*, com perguntas abertas, realizado com uma amostra grande e diversa de mulheres – (678 (seiscentas e setenta e oito) respostas, entre 16 (dezesesseis) e 70 (setenta) anos, sendo quase a metade delas estudantes, e as outras, trabalhadoras, no Reino Unido. A escolha dos procedimentos e do tipo de perguntas realizado é explicada em detalhes, demonstrando-se a pertinência de cada etapa da coleta. O questionário, composto por 9 (nove) questões, predominantemente discursivas, procurava conhecer as experiências das mulheres com seus pelos, a sua remoção e a reação de terceiros aos pelos ou falta deles. Desta forma, evitou-se que as respondentes escolhessem respostas a partir de uma lista pré-determinada, possibilitando-se que as mulheres se expressassem com as suas próprias palavras. Segundo o que Toerien e Wilkinson (2004, p. 71) explicam, um dos motivos para a escolha do *survey* deve-se ao fato de este procedimento metodológico permitir um maior número de respostas, evidenciando os pontos em comum em um grande quantitativo de mulheres. As autoras argumentam que, nesse tipo de coleta, as participantes não teriam contato com as pesquisadoras ou outras entrevistadas, como ocorre em entrevistas semiestruturadas ou grupos focais. Por isso, a repetição de determinados termos possibilitou detectar uma visão culturalmente compartilhada a respeito do significado da depilação. Assim, ao encontrar, nas respostas, termos similares para descrever sentimentos, foi possível trazer evidências sobre quais desses sentimentos eram culturalmente compartilhados. A análise dos dados não foi feita de modo estatístico, mas usando-se procedimentos qualitativos, neste caso, a AT, embasados teoricamente em uma perspectiva feminista.

As participantes foram contatadas por correio convencional ou em questionários entregues em palestras ou em centros de atendimento às mulheres. Quando não foi possível a entrega da resposta imediata, foram providenciados envelopes selados para as participantes.

Ao contrário de outros estudos realizados, e indicados pelas autoras, Toerien e Wilkinson (2004, p. 71) não procuraram perguntar às mulheres os motivos de elas se depilarem ou não. As perguntas foram elaboradas de forma a tentar captar as reações de outras pessoas a partir de suas escolhas sobre se depilar ou não. Uma parte do questionário era de perguntas a serem respondidas por escrito, e outra, apenas para marcar sim ou não, e depois explicar os motivos da escolha. Na primeira parte do questionário, as participantes foram orientadas a escreverem respostas para cada uma das seguintes questões:

- Se você DEPILA seus pelos, em sua opinião, qual é a MELHOR parte de se depilar?
- Se você NÃO DEPILA os seus pelos, em sua opinião, qual é a MELHOR parte em não se depilar?
- Se você DEPILA os seus pelos, em sua opinião, qual é a PIOR parte em se depilar?
- Se você NÃO DEPILA os seus pelos, em sua opinião, qual é a PIOR parte em não se depilar?
- O que faria você mudar de ideia sobre seus hábitos de depilação? (TOERIEN; WILKINSON, 2004, p. 72, tradução nossa, maiúsculas no original)¹⁰.

Na segunda parte do questionário, as participantes foram orientadas a marcarem sim ou não e explicarem suas respostas:

- Você já teve reações NEGATIVAS de outras pessoas com seus pelos e/ou falta deles?
- Você já teve reações POSITIVAS de outras pessoas com seus pelos e/ou falta deles?
- Alguém já sugeriu que você DEVERIA se depilar?
- Alguém já sugeriu que você NÃO DEVERIA se depilar? (TOERIEN; WILKINSON, 2004, p. 72, tradução nossa, maiúsculas no original)¹¹.

A fim de identificar as semelhanças nos dados do estudo inteiro, a análise se deu de maneira transversal por todas as questões, ao invés das questões serem analisadas individualmente. Os temas foram construídos de forma indutiva, ou seja, sem ter uma teoria *a priori*, mas trabalhados a partir das respostas. As repetidas leituras das respostas e categorização dos dados tornaram possível derivar os temas dos dados, que foram refinados por mais rodadas de leituras, investigando padrões e exemplos anômalos. Para cada tema, elas procuraram agrupar as citações que o exemplificassem, bem como o número de vezes em que o tema surgiu nas respostas das participantes. Mesmo admitindo que o número de vezes em que o tema surge não signifique a sua importância, esse valor obtido pode indicar a dimensão em que

¹⁰ Do original em inglês: “If you DO remove your body hair, what, for you, are the BEST things about doing so? If you DO NOT remove your body hair, what, for you, are the BEST things about not doing so? If you DO remove your body hair, what, for you, are the WORST things about doing so? If you DO NOT remove your body hair, what, for you, are the WORST things about not doing so? What would make you change your current practices to do with your body hair?”.

¹¹ Do original em inglês: “Have you had any NEGATIVE reactions from other people to your body hair/and / or your lack of body hair? Have you had any POSITIVE reactions from other people to your body hair and/or your lack of body hair? Has anyone ever suggested that you SHOULD remove your body hair? Has anyone ever suggested that you SHOULD NOT remove your body hair?”.

determinado constructo é compartilhado. Quando da exemplificação de algum tema, percebe-se que as autoras enumeraram todos os questionários obtidos, como, por exemplo, na citação de uma das respostas da participante 113: “Quando faço minhas sobrancelhas, as pessoas comentam que elas estão mais bonitas (P113)”¹² (Toerien; Wilkinson, 2004, p. 74, tradução nossa).

As pesquisadoras organizaram os temas dominantes, lapidados na análise e inseridos em uma estrutura composta por 2 (dois) pilares principais: a construção social da norma da depilação e o cumprimento da normativa depilatória. A denominação escolhida pelas autoras nos parece confusa, pois teria sido mais claro denominar 2 (dois) temas principais, sendo cada um dividido em subtemas. No entanto, elas preferiram nomear como estruturas¹³.

Sob o primeiro aspecto, a construção social da norma da depilação, foram agrupados 4 (quatro) temas: atratividade; suavidade; higiene e capricho; e feminilidade.

Por exemplo, dentro do tema “atratividade”, foram incluídas todas as respostas que podiam ser consideradas similares e que mencionavam algo relacionado à aparência ou a se sentir bonita: pela aparência (28 participantes), pela estética (6 participantes), parecer bem¹⁴ (9 participantes), parecer bonita¹⁵ (12 participantes) ou parecer melhor¹⁶ (78 participantes) etc.

Respostas muito enfáticas também foram trazidas, como, por exemplo, “eu odeio o aspecto de minhas pernas ou axilas peludas (P366, ênfase dada pela participante)” (Toerien; Wilkinson, 2004, p. 74, tradução nossa)¹⁷.

Para cada um dos 4 (quatro) temas, foram trazidos exemplos e mostrados os termos que surgiram. Esses 4 (quatro) temas apresentaram um sistema que, resumidamente:

[...] constrói pelos depilados e pelos não depilados como estados corporais contrastantes: a mulher depilada é atraente, macia, limpa e arrumada; a mulher não depilada é feia, áspera, suja e desarrumada. Claramente, as opções entre ‘se depilar ou não’ não carregam o mesmo peso simbólico; construído como dicotômico, os pelos ou a ausência deles são valorizados de forma contrastante, com a depilação sendo esmagadoramente compreendida em termos positivos, e os pelos, como negativos. (Toerien; Wilkinson, 2004, p. 80, tradução nossa)¹⁸.

¹² Do original em inglês: “When I pluck my eyebrows, people have stated that they look better.”.

¹³ O termo usado é “over-arching framework”.

¹⁴ No original, em inglês: “look good”.

¹⁵ No original, em inglês: “look nice”.

¹⁶ No original, em inglês: “look better”.

¹⁷ Do original em inglês: “[I] hate the look of hairy legs/armpits’ (P366, emphasis added)”.

¹⁸ Do original, em inglês: “[...] construct hairlessness and hairiness as contrastive bodily states: the depilated woman is attractive, smooth, clean and tidy, and feminine; the hairy woman is unattractive, stubbly, unclean and untidy, and masculine. Clearly the options ‘to depilate or not to depilate’ do not carry equal symbolic weight; constructed as dichotomous, hairlessness and hairiness are also contrastively valued, with hairlessness overwhelmingly understood in positive terms, and hairiness in negative ones.”.

A análise prossegue, trazendo o segundo pilar: cumprimento da normativa depilatória, apresentando como essa norma é “forçada” em interações sociais do dia a dia. A partir desse pilar, foram descritos 4 (quatro) temas que as autoras veem como sanções impostas socialmente contra a mulher não depilada: “1) sugestões, injunções e pressões; 2) reclamações, críticas e comentários; 3) piadas, provocações e apelidos; 4) olhares, “encarações” e observações [exageradas].” (Toerien; Wilkinson, 2004, 80, tradução nossa)¹⁹.

No tema “sugestões, injunções e pressões”, foram agrupadas todas as respostas nas quais foi sugerido às mulheres que elas deveriam se depilar, mostrando aqui que a sanção imposta é que, caso a mulher não esteja seguindo o recomendado, esforços devem ser feitos para que ela reconsidere seu comportamento.

No tema “reclamações, críticas e comentários”, ao contrário das sugestões sutis do tema anterior, as falas eram mais agressivas, podendo haver comentários, dizendo que os pelos eram nojentos ou repulsivos (Toerien; Wilkinson, 2004, p. 82).

As autoras também enxergam como uma forma de sanção os comentários inseridos no tema “piadas, provocações e apelidos”, bem como no quarto tema desse conjunto, no qual foram incluídas todas as formas de críticas não verbais e apresentadas em termos de olhares significativos que indicavam repreensão. Um exemplo da análise transversal que as autoras fizeram de seu questionário mostra que, em uma das respostas descritivas sobre o que a participante considerava positivo por se depilar, surge um comentário que foi inserido neste último tema: “poder colocar uma roupa de banho sem me sentir como uma aberração ou ter pessoas me encarando (P191)” (Toerien; Wilkinson, 2004, p. 85, tradução nossa)²⁰.

Os resultados são apresentados sob uma perspectiva feminista, que compreende que a norma da depilação é uma construção que requer produção e manutenção social (Toerien; Wilkinson, 2004, p. 79). A partir dos dados obtidos, Toerien e Wilkinson (2004) concluem que a depilação não deve ser vista como uma escolha individual, mas uma prática que se configura como conformação a uma poderosa norma social que reforça, junto às mulheres, o que elas devem fazer com seus corpos. Os resultados sugerem que uma mulher não depilada está sujeita a vários tipos de sanções que trabalham em conjunto para reforçar a norma depilatória. Por vezes, as injunções são mais explícitas; por outras, as reações (negativas) à presença de pelos na mulher são mais implícitas. Tais reações servem para policiar os desvios da norma,

¹⁹ Do original em inglês: “1) suggestions, injunctions and pressure; 2) complaints, criticisms and comments; 3) jokes, teases and nicknames; 4) looks, stares and ‘noticings’.”

²⁰ ““To be able to wear a swimsuit without feeling a freak or having people stare at me’ (P191).”

evidenciando que a depilação não é uma questão de escolha individual, mas uma questão de conformidade com a norma “depilatória” da sociedade.

As pesquisadoras concluem que os termos usados repetidamente por várias participantes demonstram evidências convincentes de um sistema de valores compartilhados que coloca a depilação enquanto norma. A perspectiva feminista permitiu uma leitura que percebe uma instância social que dirige o policiamento de corpos femininos para se adequarem dentro do ideal estreito de aceitabilidade social. Portanto, os dados obtidos fornecem bases para as críticas feministas, quando apontam para a ideia de controle patriarcal sobre os corpos femininos.

A Pesquisa de Ellis e Kitzinger (2002) sobre a diminuição da idade de consentimento para as atividades sexuais entre homens

Ellis e Kitzinger (2002) empreenderam uma pesquisa na Inglaterra para explorar, criticamente, os motivos usados pelos opositores da diminuição da idade de consentimento para as atividades sexuais entre homens nos debates mantidos durante a década de 1990. Nos termos legais, enquanto os heterossexuais podiam iniciar sua vida sexual aos 16 (dezesesseis) anos de idade, o sexo entre homens só era permitido na legislação a partir dos 18 (dezoito) anos. A idade só foi igualada em 1997, após intensos debates. O que as autoras procuraram demonstrar é que os argumentos utilizados para impedir essa modificação iam contra os princípios enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Elas justificam a pesquisa, explicando que é importante conhecer os argumentos usados contra a diminuição da idade de consentimento, pois, analisando-se o discurso dos parlamentares e do público a respeito desse assunto, pode-se desenvolver estratégias que ajudem no avanço de políticas antidiscriminatórias e que protejam os direitos humanos de homossexuais.

Os dados analisados foram colhidos em publicações da imprensa oficial do Parlamento britânico, além de reportagens de vários jornais do período de 1994 a 1999. A partir da análise desse material, Ellis e Kitzinger (2002) organizaram os argumentos contrários às mudanças dentro de 5 (cinco) temas, sendo 3 (três) principais, que estavam ligados a argumentos que prevaleceram em detrimento da igualdade e da equidade de direitos, a saber: 1) princípios ligados a concepções daquilo que seria considerado certo ou errado; 2) princípios ligados à democracia; e 3) princípios condizentes com os cuidados e proteção dos jovens. Além desses 3 (três) temas principais, que foram considerados como sendo colocados à frente do que estabelece a DUDH, 2 (dois) outros temas também foram catalogados: os riscos à saúde que

poderiam ser causados pelas relações sexuais anais e o perigo de que a diminuição da idade de consentimento pudesse abrir caminho para a escalada das demandas dos *gays* por mais direitos.

Tomando como ponto de partida a DUDH, que estabelece nos seus primeiro e segundo artigos a igualdade de direitos entre os seres humanos, sem distinção “seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição” (Organização das Nações Unidas, 1948) as autoras argumentam que dentro dos direitos inalienáveis dos seres humanos estão compreendidos, em primeiro lugar, o direito à vida e, em segundo, o direito de manter a qualidade dessa vida, ou seja, direitos civis, sociais e econômicos, independentemente da sua classe social, raça, orientação sexual e capacidades.

Para as autoras, é importante averiguar como, apesar da ampla aceitação da Declaração, foram construídos argumentos para sustentar a desigualdade e a discriminação. Com relação à análise dos dados, Ellis e Kitzinger (2002) explicitam não estarem interessadas em desmentir ou contestar os argumentos usados, mas compreender a natureza retórica deles. Os dados foram organizados em seções nas quais eram inseridos os temas recorrentes. De forma similar à análise de Toerien e Wilkinson (2004), Ellis e Kitzinger (2002) explicitam que deixaram os dados sugerirem os nomes dos temas e usaram citações diretas que ilustrassem o tipo de dado classificado dentro de cada tema. Para as autoras, esse tipo de análise tanto pode ser considerado “temática” quanto uma forma de “análise discursiva” (Ellis; Kitzinger, 2002, p. 9). As autoras indicam que as referências totais aos dados extraídos podem ser obtidas sob demanda. Este é um cuidado que consideramos pertinente: deixar disponível os dados para que outros pesquisadores possam conferir.

No primeiro tema, ligado a argumentos sobre o que é certo ou errado, Ellis e Kitzinger (2002) justificam que não pode haver equidade em justificativas que consideraram normalidade e anormalidade, proibidade moral e pecado. Elas trazem frases (com os autores nomeados), nas quais as pessoas declaravam “não pode haver igualdade entre relações sexuais dos homossexuais e dos heterossexuais” (Ellis; Kitzinger, 2002, p. 11, tradução nossa)²¹.

No segundo tema, estão contidas as frases que usam a democracia como argumento para justificar a desigualdade. Dentro dessa categoria, foram trazidos argumentos supostamente estatísticos para fazer afirmações não comprovadas, tais como “pelo menos 80% da população

²¹ “there is no equality between homosexual and heterosexual intercourse.”.

é contra a legalização do sexo *gay* entre os jovens de 16 anos” (Ellis; Kitzinger, 2002, p. 13, tradução nossa)²².

O terceiro tema reuniu as frases que advogavam sobre a necessidade de cuidado e proteção, com exemplos que demonstravam que os jovens adolescentes devem ser protegidos pela sociedade, sendo que os homens homossexuais mais velhos eram representados como predadores. Para alguns, diminuir a idade de consentimento sexual entre os homens poderia levar os jovens “a serem induzidos ou forçados em fazer algo que eles não querem” (Ellis; Kitzinger, 2002, p. 14, tradução nossa)²³. Dentro desse tema, também estão contidas as frases de parlamentares que alegam que os rapazes são mais imaturos do que as moças nessa idade e que merecem mais proteção. Segundo o que Ellis e Kitzinger (2002, p. 15) consideram, esses argumentos têm uma retórica persuasiva, por fazerem crer que todos os jovens estão em real perigo de serem corrompidos.

No quarto tema, estão os argumentos que invocam as questões de saúde, no qual estão contidas as frases que mencionam doenças venéreas e a promiscuidade entre homossexuais. Segundo o que as autoras apresentam, a retórica de que as práticas homossexuais não são saudáveis e que são responsáveis pela disseminação de doenças é usada para excluir *gays* e lésbicas dos seus direitos humanos, assim como os judeus foram acusados de serem portadores de tuberculose e, portanto, uma ameaça à sociedade.

Finalmente, no último tema, estão contidos os argumentos que afirmam que, ao se aceitar a redução da idade de consentimento para as relações sexuais entre homens, seriam abertas as portas para pedidos de mais ampliações dos direitos de *gays* e lésbicas, como o de casamento e de adoção de filhos, por exemplo.

A demonstração de cada tema sempre é seguida de uma análise sobre os pontos de vista apresentados, demonstrando como aqueles argumentos infringiam o princípio da igualdade entre os seres humanos. Ao final, as autoras fazem uma seção, comentando que, juntos, tais argumentos constituem uma estratégia coerente e eficaz para se opor à equidade, e trazem alguns exemplos de contra-argumentos para as afirmações feitas, entre eles até o de que as moças (heterossexuais) também poderiam ser sexualmente abusadas, mas ninguém pensava em subir a idade de consentimento para elas.

²² “at least 80 per cent of the population is against legalizing gay sex for 16 year-olds.”

²³ “being led or forced to doing something they do not want to do.”

Considerações finais

As pesquisas aqui comentadas são anteriores ao texto de Braun e Clarke (2006a) e, portanto, não poderiam seguir estritamente a proposta dessas autoras. No entanto, foram mencionadas no texto delas como exemplos de qualidade na condução da análise e estruturação dos temas, motivo pelo qual foram escolhidas para serem comentadas neste artigo. A diversidade de modos de coletar e analisar os dados e filosofias subjacentes aos estudos pode ajudar pesquisadores de outras áreas a pensarem nas suas próprias táticas. Em termos de coletas, foram usados formulários, a serem preenchidos por escrito (Frith; Gleeson, 2004); entrevistas individuais (Kitzinger; Willmont, 2002); aplicação de questionário por meio de *survey*, enviado pelo correio convencional (Toerien; Wilkinson, 2004) e análise de textos encontrados em jornais ou na imprensa oficial do Parlamento britânico (Ellis; Kitzinger, 2002). Em termos epistemológicos, apenas na pesquisa de Toerien e Wilkinson (2004) sobre a depilação é assumida a escolha pela perspectiva feminista, embora nas outras, pela própria escolha do tema, seja possível delimitar as posições ontológicas dos pesquisadores.

Em todas as formas de coleta que envolveram seres humanos, foram explicitados os cuidados éticos. As pesquisas também têm em comum o fato de nelas se descrever em detalhes como os procedimentos foram realizados, os motivos pela escolha das coletas específicas, bem como a explicitação dos critérios de análise. Os excertos, retirados dos dados para ilustrarem a análise, sempre foram trazidos e comentados, tendo como base outras pesquisas ou teorizações que balizassem a análise realizada. Outro ponto comum é o cuidado em apresentar a literatura da área, deixando-se claro o ponto em que cada pesquisa avançava em relação às pesquisas anteriores. Braun e Clarke (2021?) argumentam que a AT pode ser ensinada muito cedo na trajetória do pesquisador qualitativo e, para a condução da AT, é necessário reconhecer as muitas camadas de reflexão conceitual por trás de todas as práticas de pesquisa respeitáveis. Embora todos esses cuidados mencionados sejam obrigatórios em qualquer tipo de estudo, apenas frisamos neste artigo as condutas realizadas para evidenciar que a AT, apesar de ser uma ferramenta flexível, por não estar atrelada a uma epistemologia própria, deve seguir os padrões considerados adequados para qualquer pesquisa qualitativa.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 3 reimp. São Paulo: Edições 70. 2016.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, p. 77-101, 2006a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology. Acesso em: 19 set. 2023.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. Tradução de Luiz Fernando Mackedanz. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2. p. 77-101, 2006b. Disponível em: https://www.academia.edu/29999208/Tradu%C3%A7%C3%A3o_do_artigo_Using_thematic_analysis_in_psychology_. Acesso em: 10 ago 2023.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Conceptual and design thinking for thematic analysis. *Qualitative Psychology*, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1037/qup0000196>. Disponível em: <https://uwe-repository.worktribe.com/output/7164974/conceptual-and-design-thinking-for-thematic-analysis>. Acesso em: 16 maio 2023.
- CLARKE, Victoria. What is thematic analysis? [Lecture/Palestra]. University the West of England, Bristol, UK, 9 dez. 2017. 1:01:37. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4voVhTiVydc>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- CLARKE, Victoria. Thematic analysis: an introduction. [Lecture/Palestra]. University of the West of England, 25 jun. 2018. 01:02:19. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5zFcC10vOVY>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- CLARKE, Victoria; BRAUN, Virginia. Using thematic analysis in counselling and psychotherapy research: A critical reflection. *Counselling and Psychotherapy Research*, v. 18, n. 2, p. 107-110, jun. 2018.
- ELLIS, Sonja J.; KITZINGER, Celia. Denying equality: an analysis of arguments against of lowering the age of consent for sex between men. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, v. 12, n. 3, p. 167-180, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1002/casp.670>.
- FRITH, Hannah; GLEESON, Kate. Clothing and Embodiment: Men Managing Body Image and Appearance. *Psychology of Men; Masculinity*, v. 5, n. 1, p. 40-48, 2004. DOI: 10.1037/1524-9220.5.1.40.
- KITZINGER, Celia; WILLMOTT, Jo. 'The thief of womanhood': women's experience of polycystic ovarian syndrome. *Social Science; Medicine*, 54, p. 349-361, 2002. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(01\)00034-X](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(01)00034-X).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. [Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.]. ONU, Nova Iorque, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 19 out. 2023.
- ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa na educação em ciências. *Revista Atos de Pesquisa em Educação*, v. 16, e8574, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354202116e8574>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- SOUZA, Luciana. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract;pid=S1809-52672019000200005;lng=en;nrm=iso;tlng=pt. Acesso em: 27 set. 2023.
- TOERIEN, Merran; WILKINSON, Sue. Exploring the depilation norm: a qualitative questionnaire study of women's body hair removal. *Qualitative Research in Psychology*, v. 1, n. 1, p. 69-92, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1191/1478088704qp0060a>.

A ORGANIZAÇÃO HISTÓRICA E ÉTICA DAS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, OS PRIMEIROS CEM ANOS²⁴

Renata Breves Nogueira da Silva²⁵

Resumo: Este artigo tem por objetivo mostrar a formação histórica das unidades de terapia intensiva (UTI) como espaços orientados por normas éticas e organizadas conforme os avanços do conhecimento científico em saúde. O resgate da vida dos pacientes com risco de morte é o objetivo ético principal que orienta os trabalhos nas unidades de terapia intensiva. Desde a primeira UTI criada por Florence Nightingale durante a Guerra da Criméia (1853-1856), e nos cem anos que se seguiram, a enfermagem assumiu papel preponderante, tanto na organização do espaço hospitalar, quanto na vigilância e monitoramento dos pacientes graves. As novas tecnologias de suporte orgânico transformaram a UTI em um espaço não apenas de vigilância, mas também de intervenções terapêuticas.

Palavras-chave: Cuidados Críticos; Epistemologia Social; Bioética; Florence Nightingale; Triagem.

THE HISTORICAL AND ETHICAL ORGANIZATION OF INTENSIVE CARE UNITS, THE FIRST HUNDRED YEARS

Abstract: This article aims to show the historical formation of intensive care units (ICU) as spaces guided by ethical rules and organized according to the advances of health scientific knowledge. The main ethical objective that guides the work in ICU is to rescue lives of patients at risk of death. Since the first ICU created by Florence Nightingale during the Crimean War (1853-1856), and in the hundred years that followed, the preponderant role of nursing became evident, both in the organization of hospital space, and the surveillance and monitoring of patients. The emergence of organic support technologies has transformed the ICU into a space not only for surveillance, but also for therapeutic interventions.

Keywords: Critical Care; Social Epistemology; Bioethics; Florence Nightingale; Triage.

Introdução

A terapia intensiva é uma especialidade interprofissional dedicada ao tratamento de pacientes com, ou em risco de desenvolver disfunções orgânicas agudas que podem levar a morte (Marshall *et al.*, 2017, p. 271). Para isso, utiliza uma variedade de tecnologias que fornecem suporte a órgãos em condição de insuficiência, particularmente os pulmões, os rins e o sistema cardiovascular (Marshall *et al.*, 2017, p. 271).

Neste artigo, é proposta uma reconstrução da história da terapia intensiva em uma abordagem limitada aos aspectos epistêmicos (de conhecimento) e éticos da formação do espaço de trabalho na UTI. Os principais eventos responsáveis pela organização da UTI serão

²⁴ Agradeço aos professores Luciana Sarmiento Garbayo, Flavio Edler e Marisa Palácios que, durante o mestrado em bioética pelo PPGBIOS, muito contribuíram para a elaboração do conteúdo agora contido neste artigo.

²⁵ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) brevesre@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7107-0538>. Médica intensivista do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) e do Instituto Nacional de Câncer (INCA).

apresentados para destacar as normas éticas que guiaram a sua criação. Estas normas têm as suas próprias histórias, que se entrelaçam com normas de cunho científico, aproximando as práticas normativas da UTI, como sistema epistêmico, das suas justificativas éticas inseridas em contextos sociais. A partir desta análise histórico-filosófica, é possível propor recortes e hipóteses interpretativos no contexto ético-epistêmico.

A epistemologia é “o estudo filosófico da natureza, da origem e dos limites do conhecimento humano” (Stroll; Martinich, 2023). Já a epistemologia social sistêmica, ou de sistemas, estuda os procedimentos, as práticas sociais e os padrões de influência interpessoal internos que determinadas comunidades, sociedades e instituições possuem, e que vão ter efeito no desempenho e no *output* intelectual dos seus membros (Goldman, 2010, p. 7; Goldman; Blanchard, 2011, p. 1). Nessa reconstrução histórica, a UTI é entendida como um sistema epistêmico onde são organizados o conhecimento científico em saúde, e que são orientados pelas normas ético-sociais de cada época.

No período que antecedeu o movimento intelectual e filosófico conhecido como Iluminismo (antes de 1715), o hospital era visto como local de cunho religioso para a salvação da alma dos pacientes moribundos, e os juízos éticos eram pré-científicos. Porém, à medida que o método científico foi sendo estruturado e sendo aplicado às ciências da saúde, o hospital se tornou um espaço de terapia das doenças. A norma ética, então, se modifica, deixando de ser a salvação da alma, para se tornar a do resgate da vida física, orgânica, através do diagnóstico e do tratamento das doenças. Neste contexto, a organização das unidades de terapia intensiva surge na história dos hospitais com a particularidade ética de ser um espaço especializado no resgate da vida de pessoas com maior risco de morte.

Na emergência da terapia intensiva, agentes morais e epistêmicos passam a atuar em um marco científico empiricista e alicerçado no pensamento estatístico, representado por Florence Nightingale e sua escola. A justificativa da crença científica é aqui baseada na observação sistematizada do cuidado ao paciente grave. A norma ética do resgate do paciente grave é trazida pelo médico francês Dominique-Jean Larrey durante as guerras napoleônicas (Moskop; Iserson, 2007, p. 282), antes de Nightingale.

A organização dos hospitais no início da clínica moderna como base da terapia intensiva

A medicina do início do século XVIII, com a sua teoria dos miasmas e os seus tratamentos com sangrias, sanguessugas e banhos de imersão (Foucault, 1963, p. 222) deu lugar a práticas de saúde pautadas pela eficácia dos resultados.

O hospital era, inicialmente, um local destinado a atender pacientes com poucos recursos financeiros e que iriam morrer, e a dar suporte religioso para a sua salvação espiritual. Desde o seu surgimento, a instituição não desempenhava uma função propriamente terapêutica:

O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo. É alguém que deve ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento. [...] Era um pessoal caritativo – religioso ou leigo – que estava no hospital para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna (Foucault, 1984, p. 101).

A partir da Idade Moderna, a introdução do método científico permitiu que as doenças fossem classificadas, nomeadas e estudadas de maneira sistemática na busca de resultados empíricos. Neste processo de estruturação da medicina, o olhar e o discurso médicos foram também formatados de modo a que se tornassem compreensíveis, lógicos, reprodutíveis e racionais (Foucault, 1963, p. XI). O estudo moderno das doenças permitiu que tratamentos mais efetivos fossem desenvolvidos, e que o hospital se organizasse para este fim. George Canguilhem explica o nexo entre o objetivo terapêutico e a busca por descrições de doenças: “É à necessidade terapêutica que se deve atribuir a iniciativa de qualquer teoria ontológica da doença” (Canguilhem, 1966, p. 19). A medicina pouco eficaz do passado foi modificada, e o hospital “foi programado como um instrumento terapêutico, instrumento de intervenção sobre a doença e o doente” (Foucault, 1984, p. 99).

Inicialmente, a observação dos sintomas das doenças, o visível das alterações clínicas, gerou uma tentativa de classificação e agrupamento nosológicos. Posteriormente, com a ajuda da anatomia patológica, sintomas pouco compreendidos, percebidos apenas externamente, começaram a ser associados a alterações em órgãos específicos. “O conjunto qualitativo que caracteriza a doença se deposita em um órgão que serve então de suporte aos sintomas” (Foucault, 1963, p. 12).

Com isso, conseguiu-se uma organização mais estruturada das doenças (Foucault, 1963). Compreendeu-se que um mesmo sintoma poderia ter a sua origem em estruturas anatômicas diferentes. A falta de ar do edema agudo de pulmão, por exemplo, originava-se do aumento do tamanho do coração, a da fibrose pulmonar, do tecido pulmonar alterado, e a da pleurisia, da pleura adocida. O mesmo sintoma poderia ser compreendido e tratado de formas completamente diferentes, uma vez que a estrutura orgânica alterada fosse diversa.

Constatou-se, porém, que a anatomia patológica não era capaz de classificar unicamente todas as alterações clínicas observadas nos pacientes. Havia as doenças mentais que não tinham uma suposta base anatômica, assim como as febres (Foucault, 1963, p. 204). Seriam as

“afecções sem suporte”, ou as “doenças sem lesão orgânica” (Foucault, 1963, p. 202). Se a anatomia patológica permitiu a organização de uma nosologia empírica, ela não representava a nosologia completa, apenas estava inserida dentro desta (Foucault, 1963). Esta era a discussão na primeira metade do século XIX: novas formas de classificação que precisariam ser propostas, a fim de que dessem resposta aos casos variados observados na prática clínica.

O hospital passa a ser entendido como local de observação clínica, modelado ao olhar do médico.

O hospital como instrumento terapêutico é uma invenção relativamente nova, que data do final do século XVIII. A consciência de que o hospital pode e deve ser um instrumento destinado a curar aparece claramente em torno de 1780 e é assinalada por uma nova prática: a visita e a observação sistemática e comparada dos hospitais (Foucault, 1984, p. 99).

Inserido em normas hospitalares, o paciente tornou-se objeto de observação e de intervenção da medicina, transformado pelo olhar científico que agora se voltava para ele.

O olhar não é mais redutor, mas fundador do indivíduo em sua qualidade irreduzível. E, assim, torna-se possível organizar em torno dele uma linguagem racional. [...] Foi esta reorganização formal e em profundidade, mais do que o abandono das teorias e dos velhos sistemas, que criou a possibilidade de uma experiência clínica: [...] poder-se-á, finalmente, pronunciar sobre o indivíduo um discurso de estrutura científica (Foucault, 1963, p. XIII).

Ocorre aqui a “desindividualização da doença e o reducionismo físico-químico na compreensão dos fenômenos vitais, principais características do pensamento biomédico moderno” (Moreira, 2014, p. 37). É esta a crítica de Georges Canguilhem (Canguilhem, 1966), a medicina ter se transformado em uma ciência das doenças.

Com a estruturação da terapia intensiva, que será analisada a seguir, porém, a medicina se voltou para o estado de gravidade do organismo, mais até do que para a doença de base. Esta compreensão da gravidade clínica surgiu com o estudo das disfunções orgânicas, dos órgãos e dos sistemas em insuficiência. Através da tecnologia, o tratamento das disfunções orgânicas tornou-se a *expertise* da terapia intensiva.

As guerras, as enfermeiras e os pacientes mais graves

Se é verdade que se cura a doença por uma ação sobre o meio, será necessário constituir em torno de cada doente um pequeno meio espacial individualizado, específico, modificável segundo o doente, a doença e sua evolução (Foucault, 1984, p. 63).

A terapia intensiva inicia-se notadamente como uma prática inovadora de tratamento hospitalar de pacientes graves, a partir do olhar da enfermeira inglesa Florence Nightingale, durante a Guerra da Criméia (1853-1856).

Na ocasião, os correspondentes do jornal inglês *London Times* relatavam as péssimas condições a que eram submetidos os soldados ingleses enviados àquela guerra (Gill; Gill, 2005, p. 1801). A mortalidade dos soldados era alta, um em cada cinco soldados morriam, quer por ferimentos de armas de guerra, ou por infecção. Estas últimas, porém, predominavam, e matavam dez vezes mais do que as feridas das batalhas, como tifo, diarreia, cólera, infecções de ferida, infecções respiratórias, malária etc. Quando foi publicado que as tropas francesas recebiam suprimentos e cuidados muito melhores (Gill; Gill, 2005, p. 1801), a população inglesa criticou severamente o corpo clínico do exército pela primeira vez.

Foi neste cenário que o Secretário de Guerra da Inglaterra, Sidney Herbert, escreve um apelo à enfermeira Florence Nightingale, convidando-a a trabalhar no hospital de guerra inglês, o Barracks Hospital, localizado no distrito de Scutari, em Istambul, na Turquia (Fee; Garofalo; Chang, 2010, p. 1591; Gill; Gill, 2005, p. 1801). Ao mesmo tempo, Nightingale, por sua vez, escreve ao parlamento, oferecendo a mesma ajuda solicitada, e, no início de novembro de 1854, parte para Istambul juntamente com outras 38 enfermeiras (Gill; Gill, 2005, p. 1801).

O relato é de que ao chegar ao Barracks Hospital, Nightingale percebeu que os maiores problemas eram a dieta inadequada dos pacientes, a falta de higiene, e o escoamento impróprio do esgoto. Providenciou toalhas, lençóis, talheres, sabão, pratos e copos. Organizou a limpeza da cozinha e das alas do hospital, a compra de alimentos, e, em conjunto com uma Comissão Sanitária enviada pelo governo inglês, limpou o esgoto e melhorou a ventilação do hospital (Fee; Garofalo; Chang, 2010, p. 1591). Estas medidas contribuíram para uma significativa redução da mortalidade hospitalar (Aravind; Chung, 2010, p. 405).

Vale destacar que a Guerra da Criméia ocorreu 20 anos antes de Pasteur e Kock promulgarem a teoria do germe, e que, com exceção da quinina para a malária, os médicos tinham poucos recursos para tratar as infecções (Gill; Gill, 2005, p. 1800). Nightingale acreditava na teoria dos miasmas, que dizia que as doenças eram causadas por vapores nocivos emanados de matéria em decomposição (Aravind; Chung, 2010, p. 405).

Durante a sua estadia no Barracks Hospital, Nightingale desenvolveu também um sistema de triagem dos soldados vindos dos campos de batalha que, ao chegarem ao hospital, tinham as suas roupas sujas trocadas e os seus ferimentos limpos (GILL; GILL, 2005, p. 1801).

Geralmente, o termo triagem é usado para determinar uma prioridade de tratamento a determinados pacientes, especialmente, nos serviços de emergência (Moskop; Iseron, 2007, p.

282). Este processo reúne grupos específicos de pacientes, facilita certas tomadas de decisão e otimiza os cuidados (Mitchell, 2008, p. S4).

Conforme a triagem de Nightingale, os soldados considerados em condição clínica mais grave eram agrupados em um setor do hospital que permitia uma maior vigilância das enfermeiras (Kesecioglu, 2000, p. 150; Weil; Tang, 2008, p. 1541; Marshall et al., 2017, p. 270) (Weil; Shoemaker, 2004, p. 26). Este espaço do hospital ficou conhecido como sendo a primeira UTI da história da medicina (Weil; Tang, 2008, p. 1541; Weil; Shoemaker, 2004, p. 26).

A triagem de pacientes, porém, não surgiu com Florence Nightingale. Inicialmente, ela estava associada à medicina de guerra, como uma necessidade de se escolher quais soldados feridos nos campos de batalha deveriam receber atendimento prioritário. Seus primeiros relatos remontam ao século dezoito (Moskop; Iseron, 2007, p. 276). Era necessário definir quem, em que momento, onde e como selecionar os soldados feridos (Iseron; Moskop, 2007, p. 275). Este processo de escolha exigia a necessidade de se justificar eticamente quais grupos iriam receber tratamento prioritário, o que mostra qual era o fundamento moral da triagem, os seus valores e os seus princípios (Iseron; Moskop, 2007, p. 275).

Antes de Nightingale, o Barão Dominique-Jean Larrey (1766-1842), um cirurgião das tropas de Napoleão, desenvolveu um sistema de triagem em que os soldados feridos em guerra eram avaliados no próprio campo de batalha, onde eram realizadas amputações e curativos nas feridas, ao invés de se esperar horas e dias até o término da batalha, a fim de serem transportados a um hospital (Iseron; Moskop, 2007, p. 277). Larrey criou também um sistema de ambulâncias que removia os soldados com ferimentos mais graves da área de batalha para o posto de atendimento mais próximo (Iseron; Moskop, 2007, p. 277; Mitchell, 2008, p. S4).

Na triagem hospitalar proposta por Nightingale, seguindo a linha de Larrey, existia a preocupação de se cuidar com maior atenção dos soldados mais gravemente enfermos, quer pelos traumatismos de guerra, quer pelas infecções comuns nos ambientes de batalha daquela época. O maior risco de morte determinava a prioridade do tratamento.

O grande mérito do Barão Dominique-Jean Larrey foi o de reconhecer a necessidade de se classificar prontamente os soldados feridos conforme a sua gravidade, de se tratar e de se evacuar os casos mais urgentes, ainda no campo de batalha (Iseron; Moskop, 2007, p. 277). Larrey tratava os feridos, não importando a patente e o exército a que pertenciam, inclusive se fossem inimigos.

A norma ética que justificava a prioridade dada aos soldados a serem triados e tratados, ou seja, os que deveriam continuar no combate a fim de que a guerra fosse vencida a qualquer custo, foi modificada, e a prioridade passou a ser dada para aqueles que estavam em maior

sofrimento e com maior risco de morte (Moskop; Iserson, 2007, p. 277). A triagem de Larrey representou uma mudança de paradigma pois privilegiava os pacientes mais graves e os que sofreram as piores lesões, ao invés de procurar salvar os soldados mais fortes para mantê-los na batalha. O princípio ético que norteia a triagem de Larrey é o da beneficência, e as suas virtudes são a coragem, a dedicação e a sensibilidade ao sofrimento dos mais frágeis, e que são reconhecidos igualmente no trabalho de Florence Nightingale.

Observa-se que a terapia intensiva surgiu como uma iniciativa da enfermagem, que percebeu que os pacientes mais graves necessitavam de uma observação mais cuidadosa e próxima. Foi este olhar atento, próprio de uma enfermeira, interessada no cuidado e em classificar os pacientes, não pela sua patologia, mas pela sua condição de gravidade, que rearranjou o espaço físico do hospital, de modo a prestar o cuidado que os pacientes mais graves exigiam. Assim, a enfermagem se coloca como disciplina fundadora do espaço da UTI.

O papel de Nightingale e das demais enfermeiras demonstrou, desde então, que o paciente crítico necessitava de uma abordagem não apenas médica, mas interdisciplinar (Munro, 2010, p. 315), que o papel da enfermagem era fundamental, e que esta promovia um melhor desfecho para os pacientes. Ao classificar os pacientes conforme a maior ou menor gravidade da sua condição clínica, o cuidado e o alívio dos sintomas que os pacientes necessitavam assumiram papel preponderante, além do risco de morte,

Nightingale foi mais além na sua atenção à gravidade dos soldados ao criar um sistema de registro de óbitos e do cálculo da taxa de mortalidade hospitalar, que permitiu um controle da eficácia das suas ações (Aravind; Chung, 2010, p. 5). A aferição da taxa de mortalidade hospitalar mostrava a preocupação de Nightingale em saber se as novas práticas empregadas no hospital estavam atingindo os resultados esperados.

Assim, já nos seus primórdios, a UTI funcionava como um sistema epistêmico orientado por uma análise estatística e que necessitava de constantes avaliações dos seus processos de conhecimento para melhorar o seu desempenho.

Alvim Goldman explica a necessidade de avaliação epistêmica:

Muitos setores da vida social apresentam práticas e instituições ostensivamente dedicadas a fins epistêmicos, mas onde se pode imaginar se as práticas e instituições predominantes são ótimas? Sujeitar tais práticas e instituições à avaliação epistêmica é, portanto, necessário (Goldman, 2010, p. 18).

Ao término da Guerra da Criméia, os médicos do exército inglês publicaram um relatório de 1.637 páginas sobre os trabalhos no Barracks Hospital, em Scutari, sem qualquer menção a Nightingale e às demais enfermeiras (Gill; Gill, 2005, p. 1802). Segundo Gill (2005,

p. 1802), os médicos se ressentiram do poder que Nightingale exercia na administração hospitalar, e, de alguma forma, temiam ser implicados nas mortes dos seus pacientes.

As atividades de Nightingale foram amplamente legitimadas e publicadas por vários jornais e pela divulgação do testemunho dos soldados (Gill; Gill, 2005, p. 1802), que emergiram como alternativas aos relatos oficiais. “Com organização suficiente, podem surgir discursos resistentes que facilitam a compreensão para indivíduos com acesso à literatura *underground*” (Holman; Bernecker; Garbayo, 2018, p. 4356). O London Times (Gill; Gill, 2005, p. 1801), um dos jornais da época, não representava uma literatura *underground*, mas funcionou como uma forma de vazamento de informações que não foram divulgadas pelos médicos do exército inglês. A criação da terapia intensiva começou como uma iniciativa e atividade da enfermagem, de organização, de cuidado e de vigilância, mas também caracterizada como uma injustiça epistêmica, já que a enfermagem foi excluída dos relatórios oficiais do exército.

A exclusão das enfermeiras nos relatórios oficiais após o término da guerra pode ter se justificado pelo fato de serem mulheres, com conhecimento técnico e trabalho eficaz prestado no *Barracks Hospital*. Alvin Goldman ressalta que a epistemologia feminista investiga “as maneiras pelas quais os papéis e concepções de gênero interagem com as teorias e práticas epistêmicas, e argumenta pela importância de tal investigação para a compreensão do conhecimento em geral” (Goldman; Blanchard, 2011, p. 24), e mostra a maneira como “as práticas epistêmicas sociais são prejudiciais e injustas com as mulheres de várias maneiras” (Goldman; Blanchard, 2011, p. 24).

Nesta fase da história da terapia intensiva, observa-se que as ações de Florence Nightingale foram marcadas pela necessidade de se dar uma resposta à população inglesa sobre o tratamento dado aos soldados na Guerra da Criméia, em comparação com a França, pelo desenvolvimento do conceito de triagem, estruturação da nosologia, sedimentação do trabalho da enfermagem dentro do hospital, classificação da gravidade do estado clínico do paciente, e, principalmente, pela modificação do espaço físico do hospital de modo a promover a vigilância e o cuidado dos pacientes mais graves.

Esta é uma fase que mostra a transformação das crenças epistêmicas e das normas éticas na organização hospitalar.

Cem anos em que a enfermagem organiza as primeiras unidades de terapia intensivas

Nos cem anos que se seguiram após a Guerra da Criméia até por volta de 1950, o hospital passou por inúmeras transformações. Houve uma expansão do número de hospitais, dos leitos

e de alas hospitalares. Foi um período de amadurecimento organizacional e de adaptação aos avanços da medicina, além de uma organização técnica, adaptada às novas demandas tecnológicas e de procedimentos médicos nos hospitais.

As enfermarias dos hospitais nesta época poderiam ter até 40 leitos aproximadamente. Os pacientes que apresentassem um agravamento do quadro clínico, eram removidos para alas destinadas a pacientes terminais para não incomodar os outros pacientes. “Os pacientes de enfermaria que estavam mais gravemente doentes, especialmente quando havia a probabilidade de morte prematura, eram rotineiramente transferidos para os quartos laterais, o 'quarto de enfermaria' para os cuidados terminais” (Weil; Tang, 2008, p. 1451). Eram alas privadas ou semi-privadas dentro do hospital, com maior vigilância dos pacientes, e sempre sob os cuidados da enfermagem (Weil; Tang, 2008, p. 1451).

Com a evolução das técnicas cirúrgicas e anestésicas, foi possível realizar cirurgias mais longas, invasivas e complexas, que, conseqüentemente, demandavam cuidados pós-operatórios igualmente mais complexos. Com isso, houve, a necessidade de se organizar uma vigilância mais especializada, com uma enfermagem qualificada na identificação de problemas e no manejo geral desses pacientes em pós-operatório (Barone; Pablo; Barone, 2003, p. 240).

Em 1927, o Dr. Walter Dandy do Johns Hopkins Hospital, em Baltimore, organizou um setor destinado aos cuidados pós-operatórios de neurocirurgia (Weil; Tang, 2008, p. 1451). Trazia o conceito novo de ser uma área, dentro do hospital, exclusiva para o pós-operatório imediato, período que oferecia maior risco para os pacientes. Não era a gravidade do paciente que indicava a internação neste espaço, mas a complexidade da neurocirurgia e o risco de complicações cirúrgicas. Havia uma antecipação do risco de um trauma cirúrgico. As internações seriam curtas, apenas para aquele período específico de maior risco durante a internação (Weil; Tang, 2008, p. 1451). A iniciativa foi médica, o objetivo foi melhorar a atenção pós-operatória aos pacientes de neurocirurgia, mas os médicos só permaneciam no setor durante o dia (Weil; Tang, 2008, p. 1451). A vigilância durante vinte e quatro horas por dia, era feita exclusivamente pela enfermagem.

Este conceito de unidade especializada destinada a um intervalo curto de risco elevado, como o período pós-operatório, espalhou-se rapidamente. Durante a Segunda Grande Guerra, foram criadas unidades de observação pós-operatória e unidades de choque, para a observação dos pacientes severamente feridos (Weil; Tang, 2008, p. 1451).

Foi ainda neste período, na primeira metade do século XX, que começaram a florescer as tecnologias destinados a dar suporte a órgãos em falência. Os aparelhos de hemodiálise, os

ventiladores mecânicos, os marca-passos, os desfibriladores e as incubadoras são alguns exemplos.

As incubadoras para recém-nascidos foram desenvolvidas, inicialmente, pelo médico francês Stephane Tarnier em 1880, porém, uma unidade exclusiva, destinada a bebês prematuros, com incubadora, e suporte nutricional e respiratório, só foi organizada no Estados Unidos em 1922 pelo médico Julius Hess (Weil; Tang, 2008, p. 1452). Os aparelhos de hemodiálise foram introduzidos pelo fisiologista holandês Willem Johan Kolff em 1943 (Weil; Tang, 2008, p. 1452). Durante a guerra da Coréia (1952-1953), devido a uma epidemia de hantavírus que vinha acompanhada de insuficiência renal, os soldados e civis infectados foram tratados com sucesso com hemodiálise (Weil; Tang, 2008, p. 1452). Os desfibriladores elétricos (1950) e o marcapasso cardíaco transvenoso são outros exemplos de dispositivos que permitiram o surgimento das primeiras unidades de cuidados cardíacos (Weil; Tang, 2008, p. 1452). Os ventiladores a pressão negativa, ou pulmões de aço, os *chest cuirasses*, também começaram a ser usados nesta primeira metade do século vinte (Weil; Tang, 2008, p. 1452).

Modificações no espaço físico do hospital ocorreram como resposta ao surgimento destas tecnologias. Foram criados espaços físicos destinados ao tratamento de pacientes com disfunções orgânicas específicas, onde se utilizavam estas tecnologias (Weil; Tang, 2008, p. 1452). Não era o tratamento da doença de base o que mais importava nestes setores, mas o tratamento de um órgão disfuncionante. Estes espaços ganharam um propósito, uma finalidade nova dentro do hospital, pois o suporte orgânico feito através da tecnologia só poderia ser realizado em um local adaptado a ela e com maior vigilância dos pacientes.

Se nas unidades pós-operatórias o risco para os pacientes era relacionado aos procedimentos cirúrgicos invasivos e prolongados, nestas novas unidades era a própria intervenção de suporte orgânico que exigia o cuidado intensivo.

É possível destacar três particularidades destas novas unidades, a primeira, é que eram setores destinadas a dar suporte a um único órgão em situação de insuficiência, principalmente rins, coração ou pulmões (Weil; Tang, 2008, p. 1452). A segunda, era que não havia monitorização cardíaca contínua dos pacientes (Weil; Tang, 2008, p. 1452), própria das unidades de terapia intensiva modernas, e, a terceira, era que, apesar do novo propósito terapêutico, a vigilância durante vinte e quatro horas por dia continuava sendo feita, exclusivamente, pela enfermagem. Os médicos visitavam os pacientes apenas durante o dia (Weil; Tang, 2008, p. 1452).

O trabalho da enfermagem, próximo ao paciente, permitia a detecção precoce de mudanças na condição destes pacientes e melhores resultados clínicos (Wilson, 1990, pág. 32).

Entretanto, o papel da enfermagem nestas novas unidades passa a ir além da vigilância atenta aos pacientes, para tornar-se o de especialista em cuidados críticos, com competências e habilidades específicas relacionadas às novas tecnologias de suporte orgânico e ao perfil dos pacientes que ali internavam (Wilson, 1990, pág. 32; Fairman, 1992, pág. 56)

Estas novas tecnologias, juntamente com a transformação do espaço de maior vigilância da enfermagem, em outro espaço destinado a um fim terapêutico, de controle de disfunções orgânicas através de tecnologia (Weil; Tang, 2008, p. 1452), criaram o ambiente adequado para o surgimento da moderna terapia intensiva que surgiria na segunda metade do século XX, e que está fora do escopo deste artigo.

Apenas após este período de cem anos é que os médicos vieram a fazer parte do sistema de trabalho contínuo na UTI, a partir de uma epidemia de poliomielite ocorrida na Dinamarca em 1952 (Ibsen, 1954, p. 72). Nesta ocasião, devido ao acometimento bulbar da doença, os pacientes mais graves foram traqueostomizados e ventilados com bolsas de compressão manual (Lassen, 1953, p. 38), trabalho este realizado por médicos e estudantes de medicina, e que fez com que tivessem que permanecer continuamente ao lado dos pacientes (Ibsen, 1954, p. 73).

Conclusão

Neste artigo, observamos que o hospital transformou-se de um espaço de salvação da alma, para outro, nas unidades de terapia intensiva, de resgate da vida ameaçada, através do tratamento de disfunções orgânicas com tecnologia. A partir da triagem realizada nas guerras napoleônicas até o final da primeira metade do século XX, a terapia intensiva surgiu para atender as demandas éticas e técnicas do tratamento de pacientes com maior risco de morte.

Alguns eventos marcaram esta transformação, o primeiro, foi a triagem pré-hospitalar inicial nos campos de batalha, com a mudança da norma de se salvar os soldados que poderiam viver e continuar lutando, para uma nova norma ética, em que se resgatar os feridos com maior risco de morte era a prioridade, representada pelo médico francês Dominique Jean Larrey; o segundo, foi a implementação da triagem intra-hospitalar dos soldados com uma condição clínica mais grave, e a organização de um espaço dentro do hospital de maior vigilância para estes pacientes, realizada pela enfermeira inglesa Florence Nightingale e sua equipe; o terceiro, foi o desenvolvimento das técnicas cirúrgicas e anestésicas com a formação de unidades de vigilância pós-operatória; e, por fim, o quarto, que foi o surgimento das tecnologias de suporte orgânico e a organização de espaços dentro do hospital, especialmente destinados ao tratamento de disfunções orgânicas.

Todos estes fatos constuíram a base para a organização da UTI como um sistema epistêmico, fundado e organizado pela enfermagem, regido pela norma ética do resgate dos pacientes com maior risco de vida, e que se transformou, pelos avanços no conhecimento científico, em um espaço de vigilância e tratamento de pacientes com disfunções orgânicas. Do período apreendido entre a Guerra da Criméia (1853-1856) e os cem anos que se seguiram, a UTI foi um espaço de trabalho, 24 horas por dia, predominantemente da enfermagem. Os médicos, em esquema de plantão contínuo na UTI, só chegariam após estes cem anos, a partir da segunda metade do século XX, quando da epidemia de poliomielite na Dinamarca de 1952.

Referências bibliográficas

- ARAVIND, M.; CHUNG, K. Evidence-based medicine and hospital reform: Tracing origins back to Florence Nightingale. *Plastic and Reconstructive Surgery*, v. 125, n. 1, p. 403–409, 2010.
- BARONE, C. P.; PABLO, C. S.; BARONE, G. W. A history of the PACU. *Journal of Perianesthesia Nursing*, v. 18, n. 4, p. 237–241, 2003.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Segunda ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1966.
- FAIRMAN, J. Watchful vigilance: nursing care, technology, and the development of intensive care units. *Nurs Res*, v. 41, n. 1, p. 56–60, jan. 1992.
- FEE, E.; GAROFALO, M. E.; CHANG, B. B. Florence nightingale and the crimean war. *American Journal of Public Health*, v. 100, n. 9, p. 1591, 2010.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Quinta ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1963.
- _____. *Microfísica do poder*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GILL, C. J.; GILL, G. C. Nightingale in Scutari: Her Legacy Reexamined. *Clinical Infectious Disease*, v. 40, n. 12, p. 1799–1805, 2005.
- GOLDMAN, A. Systems-Oriented Social Epistemology. *Em: Oxford studies in epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2010. v. 3p. 189–214.
- GOLDMAN, A. I. Why Social Epistemology Is Real Epistemology. *Em: Social Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 1–28.
- GOLDMAN, A. I.; BLANCHARD, T. Social Epistemology. *Oxford Bibliographies Online*, p. 1–25, 2011.
- HOLMAN, B.; BERNECKER, S.; GARBAYO, L. Medical knowledge in a social world: Introduction to the special issue. *Synthese*, p. 1–11, 2018.
- IBSEN, B. The Anæsthetist's Viewpoint on the Treatment of Respiratory Complications in Poliomyelitis during the Epidemic in Copenhagen, 1952. *Journal of the Royal Society of Medicine*, v. 47, n. 1, p. 72–74, 1954.
- ISERSON, K. V.; MOSKOP, J. C. Triage in Medicine, Part I: Concept, History, and Types. *Annals of Emergency Medicine*, v. 49, n. 3, p. 275–281, 2007.
- KESECIOGLU, J. From intensive care to treatment of the critically ill. *Current Anaesthesia and Critical Care*, v. 11, n. 3, p. 150–158, 2000.
- LASSEN, H. C. A. A preliminary report on the 1952 epidemic of poliomyelitis in Copenhagen with special reference to the treatment of acute respiratory insufficiency. *Lancet*, v. 1, n. 6749, p. 37–41, 1953.
- MARSHALL, J. C. *et al.* What is an intensive care unit? A report of the task force of the World Federation of Societies of Intensive and Critical Care Medicine. *Journal of Critical Care*, v. 37, p. 270–276, 2017.
- MOREIRA, A. B. A Racionalidade Vitalista de Canguilhem e Suas Contribuições para a Humanização das Práticas de Cuidado em Saúde. *Anais do Congresso Internacional de Humanidades & Humanização em Saúde*, v. 1, p. 37–37, 2014.

VARIA

- MOSKOP, J. C.; ISERSON, K. V. Triage in Medicine, Part II: Underlying Values and Principles. *Annals of Emergency Medicine*, v. 49, n. 3, p. 282–287, 2007.
- MUNRO, C. L. The “Lady with the lamp” illuminates critical care today. *American Journal of Critical Care*, v. 19, n. 4, p. 315–317, 2010.
- STROLL, A.; MARTINICH, A. P. *Epistemology*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/epistemology>>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- W. MITCHELL, G. A brief history of triage. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, v. 2, n. suppl.1, p. s4–s7, 2008.
- WEIL, M. H.; SHOEMAKER, W. C. Pioneering contributions of Peter Safar to intensive care and the founding of the Society of Critical Care Medicine. *Crit Care Med*, v. 32, n. 2 Suppl, p. S8-10, 2004.
- WEIL, M. H.; TANG, W. From intensive care to critical care medicine: A historical perspective. *American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine*, v. 183, n. 11, p. 1451–1453, 2008.
- WILSON, V. From Sentinels to Specialists. Source: *The American Journal of Nursing*, v. 90, n. 10, p. 32–34, 1990.

ANÁLISE DO POEMA *BIOGRAFIA*, DE MIA COUTO E SUAS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA E A LITERATURA MOÇAMBICANA

Thiago Henrique Sampaio²⁶

Resumo: Mia Couto é um dos maiores expoentes da literatura em língua portuguesa e também das literaturas africanas em tempos contemporâneos. O moçambicano tem acumulado sucesso em suas empreitadas linguísticas e recebido prêmios e elogios de toda a comunidade acadêmica, intelectual e também daqueles que interagem com sua obra. Neste trabalho, o objetivo será analisar o poema *Biografia*, presente em sua obra *Poemas Escolhidos*, de forma a contextualizá-lo frente às interpretações literárias e também historiográficas a respeito da África. Para tanto, traçar-se-á uma leve biografia do autor e de sua obra, para compreender sua trajetória e suas influências. Em seguida, o objetivo é compreender o contexto histórico da obra de Mia, junto da história e do momento presente de Moçambique. Por último, contidos os elementos citados o poema será analisado sob a luz de suas letras, teorias e contextos.

Palavras-chave: Mia Couto; Moçambique; Literaturas Africanas de Expressão portuguesa.

ANALYSIS OF THE POEM “BIOGRAPHY”, BY MIA COUTO AND ITS RELATIONS WITH THE HISTORY AND LITERATURE OF MOZAMBIQUE

abstract: Mia Couto is one of the most important writers in portuguese and also in africa's literature on these days. the mozambican has a lot of success in his whole work, winning prizes and compliments from all academic and intelectual communities and also from those who met his work. in this paper, the aim is to analyze the poem *biografia*, which is on his book *poemas escolhidos*, understanding how it gets in front of literature and historic comprehensions about africa. to do that, it will be necessary to know couto's life story and talk about his work. after this, the goal is settled to understand historical context present on all of his books and also the actual times in mozambique. at last, once has a general knowing about his life and carreer, it will be possible to analyze the poem itself, under historical, linguistic and literature analyses.

Keywords: Mia Couto; Mozambique; African Literatures in Portuguese.

Uma breve biografia de Mia Couto

Nascido Antonio Emílio Leite Couto, veio ao mundo na cidade de Beira, em Moçambique, na data de 05 de julho de 1955. Apesar de moçambicano nato, sua família descende de emigrantes portugueses. Seu pai, Fernando Couto, já era conhecido como jornalista e poeta, frequentando os círculos intelectuais de seu país e também se alçou como autor, lançando dois livros, mas não teve muito sucesso nesta empreitada. (BORGES, 2017)

Muito jovem, com catorze anos, Mia Couto já publicava seus primeiros poemas, através do jornal Notícias da Beira. Apesar da pouca idade, decidiu-se pela produção de poesia, embora, posteriormente, também adentraria na seara da prosa, que lhe traria sucesso literário. (BORGES, 2017)

²⁶ Doutorando em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. UNESP.

VARIA

Aos dezessete anos, em 1972, mudou-se de Beira para Lourenço Marques, onde foi estudar medicina. Apesar dos estudos na área da saúde, dois anos após sua chegada no novo município, já se enveredava pela área jornalística. Com a independência de seu país, tornou-se repórter e diretor da Agência de Informação de Moçambique, depois da revista semanal Tempo e, por último, do Jornal de Notícias, função que exerceu até 1985, quando resolveu abandonar a carreira jornalística, ainda aos trinta anos. (BORGES, 2017)

Após deixar a carreira jornalística de lado, Mia Couto resolveu retomar os estudos, reingressando na Universidade de Eduardo Mondlane, mas, dessa vez, não optou pela medicina, e sim pela biologia, se tornando um especialista na área de ecologia. Inclusive, prossegue como titular da cadeira de Ecologia em alguns cursos desta Universidade até os dias atuais. (BORGES, 2017)

Seu trabalho em biologia volta-se à pesquisa de zonas costeiras, onde, por meio da compilação e catalogação de mitos, lendas e crenças populares, atua na gestão tradicional dos recursos naturais. (BORGES, 2017)

Também se tornou empresário, com a criação da empresa Impacto Ltda., em que realiza consultoria e avaliação de impactos ambientais.

Teve atuação no processo de independência de seu país, tendo sido membro da FRELIMO, a Frente de Libertação de Moçambique. Borges (2017) descreve que:

Como jornalista foi militante da Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO - inclusive é um dos autores do Hino Nacional Moçambicano. Foi diretor da Agência de Informação de Moçambique (AIM) e formou ligações de correspondentes entre as províncias moçambicanas durante a guerra civil no país. Também foi diretor da revista Tempo até 1981 e atuou no jornal Notícias até 1985. (p. 19)

O próprio Mia Couto descreve um pouco de seu momento mais atrelado à FRELIMO. Diz o autor que:

Eu consegui fazer um jornalismo engajado, a serviço da revolução, e isso eu fiz com grande dedicação. Hoje reconheço que havia muita coisa que não faria novamente, mas essa foi uma entrega de alma num período muito ético da história do nosso país, quando estávamos reconstruindo uma nação embriagados por uma causa. Depois houve um divórcio entre aquilo que era prática e o discurso, e pedi para sair do governo (COUTO apud BORGES, 2017, p. 20)

Todo este entorno é importante para a compreensão da própria definição de Mia Couto como escritor, posto que é tido como um “escritor da terra”, de forma a vincular sua preocupação com o ambiente através de seus escritos, não só no sentido literal, mas também no sentido figurado, pois:

[...] escreve e descreve as próprias raízes do mundo, explorando a própria natureza humana na sua relação umbilical com a terra. A sua linguagem extremamente rica e muito fértil em neologismos, confere-lhe um atributo de singular percepção e interpretação da beleza interna das coisas. Cada palavra inventada como que adivinha a secreta natureza daquilo a que se refere, entende-se como se nenhuma outra pudesse ter sido utilizada em seu lugar. As imagens de Mia Couto evocam a intuição de mundos fantásticos e em certa medida um pouco surrealistas, subjacentes ao mundo em que se vive, que envolve de uma ambiência terna e pacífica de sonhos – o mundo vivo das histórias. Mia Couto é um excelente contador de histórias. (FENSKE, s/a)

Sua obra, inclusive, proporcionou-lhe o fato de ser o único escritor africano membro da renomada Academia Brasileira de Letras, sendo eleito “Sócio Correspondente” em 1998, como sexto ocupante da cadeira de n. 5, cujo patrono é Dom Francisco de Sousa, que antes de Mia fora ocupada apenas por intelectuais portugueses.

Mia Couto figura atualmente como o autor moçambicano mais traduzido e divulgado no globo terrestre, sendo um dos autores estrangeiros mais vendidos também em Portugal. Já teve suas obras traduzidas em mais de vinte países e algumas delas adaptadas para os palcos de prestigiados teatros e também com versões para a sétima arte: o cinema.

Dentre os reconhecimentos que angariou sobre sua obra, destacam-se as comparações à Gabriel Garcia Márquez e Guimarães Rosa, o prêmio Vergílio Ferreira, em 1999, o prêmio União Latina de Literaturas Românicas, em 2007, o Prêmio Camões, em 2013, e a escolha de seu romance *Terra Sonâmbula* como um dos dez melhores livros africanos do século XX.

Mia Couto e sua Obra

O autor tem uma vasta bibliografia que percorre entre crônicas, contos, poesias e romances. Também tem alguns livros voltados para a literatura infantil.

Integrante do que se conjura como literatura contemporânea, sua literatura está marcada pelo movimento pós-independência ocorrido em Moçambique, quando era um jovem.

Sua literatura também ficou conhecida por marcas latentes, impostas pelo seu estilo único de escrito. Nesse sentido, João Teixeira e Rosilda Bezerra (2012) apontam que:

A obra de Mia Couto pauta-se numa convivência com a tradição, as histórias e modos de ser dos moçambicanos, esses desfilam pelas suas narrativas caracterizando o autor em questão como sujeito comprometido com uma literatura nacional tecendo seus discursos voltados aos temas da nação, do passado colonial, da posição feminina na sociedade, das histórias dos mais velhos entre outros temas ambientados num espaço em trânsito: pois, costumes diversos e culturas também diversificadas convivem no caótico ambiente em que tradição e modernidade andam em tensões e trânsitos identitários. (p. 1)

Algumas características ressoam em sua produção literária e uma das mais importantes - e quase uma marca registrada do autor - é o uso de neologismos, ou seja, a criação de novas palavras. Mia é um mestre no tocante à invenção de novos termos para definir sentimentos e eventos cujos significados ainda não tenham sido expressos pela língua portuguesa.

Nesse sentido, Orquídea Ribeiro e Fernando Moreira (2019) apontam que, certa vez:

Em “Escrevências desinventosas”, Mia Couto brinca com a sua opção de escrita, ironizando sobre a própria linguagem, plena de neologismos e inovações que incomoda(ra)m as instituições e os padrões estabelecidos. O autor recebeu uma ordem que proibia a invenção de palavras. A este pretexto escreveu esta crônica, aproveitando para inovar e recriar novos vocábulos, enquanto reflete sobre a ordem, referindo que a “palavra descobre-se, não se inventa” (COUTO, 1998a, p. 163). O texto de pouco mais de duas páginas é rico em recriações linguísticas, mostrando como a imaginação e a oralidade permitem a inovação (p. 143, 144)

Além disso, sua produção literária também tem como fundamento o realismo fantástico, corrente literária que se consagrou em vozes como Borges e Garcia Márquez, cujo objetivo é apresentar situações realistas da sociedade através de eventos fantásticos, cuja definição se encontra, quicá, melhor detida na família Buendía e suas nuances na Macondo de *Cem Anos de Solidão*, do colombiano Gabriel Garcia Márquez.

Também se encontra na obra de Mia Couto um resgate das tradições e uma busca da identidade nacional moçambicana, pois, como se viu, o autor nasce e passa sua juventude entre a independência de Moçambique e a guerra civil que se inicia logo após este marco histórico.

Nessa seara, aponta Borges (2017) que:

O fim da Guerra Civil veio ressignificar a identidade nacional moçambicana, com reconhecimento da diversidade cultural, da pluralidade, das etnias, das tradições e das lideranças locais, dos chefes das tribos e suas idiossincrasias. Estas mudanças significativas tiveram reflexo não só na organização das sociedades, mas também na produção cultural e na literatura do país. Mia Couto é uma das grandes representações dessa ressignificação, como há de se comprovar em seu romance de estreia, “Terra Sonâmbula”, publicado em 1992, e cuja narrativa trata da Guerra Civil e suas consequências (p. 22)

Em Mia Couto também é possível falar da oralidade, como bem postam Teixeira e Bezerra (2012), atrelada ao desenvolvimento social. Sustentam, pois, que:

O escritor em questão ao fazer essa recolha da oralidade, faz na língua daquele que colonizou seu país, ao criar a partir de uma matriz linguística diferenciada dos idiomas falados em seu país, se compromete num processo de reinvenção da língua portuguesa fornecendo elementos para a compreensão do sociocultural moçambicano. (p. 1)

VARIA

De suas linhas também transbordam questões multiculturais, mormente pelas africanidades passadas em sua vivência e pelos elementos de colonização que figuram presentes e enraizados em sua vida, principalmente a língua portuguesa, que usará para tecer suas histórias e sentimentos.

Pode-se falar também de uma literatura política em muitos de seus livros, em que trata da figura da mulher e também do idoso, mas com diversos planos de fundo que abordam a história moçambicana e suas raízes culturais, além dos sentimentos humanos, como o amor, a raiva, a tristeza e a alegria.

Entre seus livros publicados, cabe destaque para *Terra Sonâmbula* (1992), vencedor de diversos prêmios e aclamado pela crítica, onde conta a história de um garoto e um velho que, nos percalços da guerra civil moçambicana, encontram refúgio em um ônibus abandonado e, desse ponto em diante, descobrem nuances da guerra civil e da história do garoto, além das experiências e vivências do velho.

Borges (2017), inclusive, aponta que Mia figura como elemento proeminente no pós-guerra civil moçambicana, posto que sua voz é uma das mais importantes na busca por uma identidade de Moçambique e de seu(s) povo(s). Nesse sentido, diz que:

[...] a literatura moçambicana tomou para si a responsabilidade de reescrever a história sob a ótica do povo africano. O texto literário africano nega a legitimidade do colonizador e valoriza o universo local. A obra de Mia Couto, conseqüentemente, faz parte deste processo libertário de construir e consolidar uma identidade nacional moçambicana, com a expressão das narrativas que representam a cultura e o seu povo, sempre com forte apelo político-social. (p. 22)

Em *Vozes Anotecidas* (1987), Couto traz contos que misturam o real e o fantástico através de vozes pouco usuais, distantes dos grandes acontecimentos que ocorriam a seu tempo. Foi a primeira obra que o alçou ao sucesso.

Sua produção, contudo, não se resume às duas obras, mas a inúmeras e importantíssimas obras que incidem em três esferas: a história e produção intelectual de Moçambique, a literatura em língua portuguesa e a literatura mundial, como um todo.

Até o presente momento, Mia Couto já lançou mais de trinta livros, variando entre estilos difusos, mas sempre deixando sua competente marca. João Ubaldo Ribeiro, importante escritor brasileiro, corrobora com os elogios ao moçambicano, dizendo que o mesmo é “sem dúvida, um dos escritores mais importantes da língua portuguesa”.²⁷

²⁷ Comentário feito pelo autor brasileiro da entrega do Prêmio Camões ao moçambicano, em 2008. Disponível em: <<https://www.jn.pt/artes/joao-ubaldo-ribeiro-elogia-escolha-de-mia-couto-para-premio-camoes-3243042.html>>

Moçambique: independência, guerra civil e esperança

A nação, situada no sudeste africano, só foi conhecer de sua independência no ano de 1975. Contudo, sua história remete a tempos muito mais longínquos, tempos de suas raízes africanas e também tempos de colonização portuguesa.

A esse respeito, Omar (2022) aponta que:

Moçambique, é um país que tem a sua história marcada por um processo de colonização efectuado por Portugal durante cerca de 500 anos. Durante todos esses anos o Governo colonial procurou de todas as formas esmagar a história local do povo moçambicano especialmente no ensino partindo do princípio que este povo precisava passar por um processo de civilização e criar uma nova história aliada a uma nova identidade. Para tal fez-se valer da política de missão civilizacional que visava transformar os “indígenas”/moçambicanos em europeus de pele negra. (p. 39)

Portanto, apesar de sua matriz africana, a terra e o povo de Moçambique sofreram um processo civilizador de sua metrópole por praticamente cinco séculos, onde foi imposto o idioma, características culturais e sociais, além da exploração tanto social quanto dos recursos contidos no território africano.

Todavia, a pluralidade de povos e etnias africanas presentes na então colônia, promovia dificuldades em uniformizar a colonização. Segundo demonstram Chauma e Alves (2019):

[...] os grupos étnicos moçambicanos eram divididos em regiões e sub-regiões nomeadas da seguinte forma: ao norte do rio Zambeze encontra-se o macro-grupo Chewa, no qual existem os seguintes subgrupos: macua-lomué. Localizados no norte da Zambézia e sudeste de Niassa encontram-se os Macondes. Em Cabo Delgado estão os Ajauas, os Yao, os Chewas e os Nianja. Em Niassa³ e parte de Tete⁴ são localizados os Chuabos, na Zambézia. Ferreira (1982) também argumenta que a região central, mais para a margem sul do Zambeze, está o macro grupo Chona, e lá existem como subgrupos; os Senas e Ndaus. Na parte da Zambézia e Tete, os Nhungués, sendo a localização dos chona, em Manica. No sul do Save, estão grupos de mobilidades originários dos Rozwi, o segundo reino que se forma, a partir da decadência do grande Zimbabwe, o macro grupo Tsonga⁵, e existem ali os Changanas, em Gaza e Maputo, os Rongas, em Maputo, os Bitongas e Chopsi, povos localizados também em Inhambane (p. 3)

Não obstante, verifica-se uma pluralidade ainda maior na região central de Moçambique, o que se vê como consequência das grandes mobilidades sociais que ocorreram no período das guerras que formaram os grandes impérios do sul da África. (CHAUMA E ALVES, 2019)

Assim, Moçambique passou por séculos de colonização portuguesa ao passo que lidava com sua própria pluralidade étnica, causando estranhamentos, resistências e dificuldades nas relações entre a colônia e os diversos povos que habitam o território.

Vale ainda salientar que Moçambique figura como uma das últimas nações a conseguir sua independência, tendo ocorrido apenas em 1975, já no último quarto do século XX, em processo que alcançou também outras colônias portuguesas como Angola, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

Esse movimento de independência moçambicano veio após praticamente uma década de conflitos organizados pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Contudo, estes conflitos acabaram pondo os moçambicanos frente aos seus próprios conterrâneos, posto que, ainda nos anos 1960, Portugal, enquanto metrópole, traçou uma estratégia de gradualmente ceder espaço nas forças de defesa de Moçambique para os moçambicanos, com menos soldados nativos de Portugal. (CABAÇO, 2007)

Em questão de números, Correia (apud CABAÇO, 2007) aponta que:

Em Moçambique, onde o recrutamento local foi sempre mais significativo, [o número de africanos na FA] atingia já os 42,4% em 1965 (primeiro ano completo da guerra). A porcentagem desceu depois até 1967, face ao incremento dos reforços da metrópole, mas iniciou no ano seguinte uma progressão ascendente, ultrapassando os efetivos metropolitanos em 1971 e atingindo o máximo de 53,6% em 1973. (p. 359)

Dessa forma, o conflito que viria a promover a independência da nação opunha moçambicanos contra os próprios moçambicanos, praticamente já se criando o terreno para a guerra civil que se instalaria pouco após a independência.

De fato, a independência de Moçambique ocorre em 1975, com a vitória da FRELIMO frente às tropas portuguesas – ou seriam moçambicanas? -, impondo a libertação da nação africana após séculos de colonização, embora pagando o preço do sangue de seus próprios cidadãos.

O primeiro presidente da nova nação seria Samora Machel, um dos revolucionários que liderou todo o conflito pela independência moçambicana, cuja ação inicial foi estabelecer um Estado unipartidário e voltado para princípios marxistas.

A FRELIMO, entretanto, não tinha uma formação homogênea. Pelo contrário, haviam fortes dissidências internas. Nesse aspecto, Furquim (2017) demonstra que

[...] a FRELIMO desde seus primórdios possuía dissidências internas, pelo fato de duas correntes mais evidentes existirem dentro do partido: uma de caráter marxista e outra de caráter pan-africanista. O caráter heterogêneo das diversas visões de mundo foram aumentando as dissidências dentro do partido com o decorrer do tempo. A primeira corrente, de caráter marxista, visava

VARIA

primordialmente a instalação de um pensamento socialista que suscitaria na modernização da sociedade e na consolidação de um Estado-nação moderno, que poderia fazer com que o país se inserisse numa melhor situação econômica, principalmente aos olhos dos países exteriores. Uma outra questão é a de que neste pensamento ao assumir essa corrente, o país poderia se desvencilhar do pensamento e dos modos políticos portugueses. A outra vertente de pensamento se apoiava nas questões do panafricanismo, movimento em favor da luta de libertação dos negros contra os brancos, instaurada nas colônias do “Novo Mundo” desde o século XIX, e mais forte na África a partir de 1950. Nesse pensamento, todos os postos de administração estatal deveriam ser entregues aos negros, e não mais aos brancos, aderindo a um movimento de integração de toda a África, entretanto permaneceria o mesmo tipo de organização do governo (p. 667)

Doravante, a corrente socialista prevaleceu, angariando um projeto de poder que visava um rompimento com algumas tradições vistas, pelos novos governantes, como arcaicas e ultrapassadas, devendo ser, no campo das ideias, substituídas por um ideal de *homem novo*, moderno e recipiente das ideias de seus tempos, atreladas à própria experiência moçambicana. (FURQUIM, 2017)

O próprio marxismo da FRELIMO seria, de certa maneira, cadenciado pela experiência dos moçambicanos. Nesse cenário, Furquim (2017) demonstra que:

Antes mesmo da independência pode-se observar que já haviam quadros dentro da FRELIMO (Frente de Libertação Moçambicana, doravante FRELIMO) que aderiam a essa forma de pensamento, apontando para questões intrínsecas que não estavam diretamente ligadas a condição de dependência de Moçambique em relação à União Soviética ou a China após a independência. Com a formação da FRELIMO, majoritariamente formada pela elite moçambicana que estudou fora do país, houve o interesse em técnicas ideias e instrumentos do “mundo moderno”, que deveriam ser dominados para combater os interesses coloniais. (p. 667)

Ou seja, o interesse maior se pautava em construir uma luta pela independência ao invés de se consolidar com um regime de esquerda, embora a corrente marxista, como vimos, tenha sido preponderante dentro do partido.

Esse período de efervescência cultural e de maturação política nos alicerces das estruturas da luta pela independência que provavelmente caracterizam o uso do termo *embriagados* por Mia Couto, visto no início deste artigo, ao falar de seu envolvimento nesta seara.

Outros projetos almejados pela FRELIMO incluíam pautas feministas, com um papel mais importante da mulher no seio da sociedade, com promoção de espaços para as mulheres dentro do projeto de poder, que seriam encabeçados, principalmente, pelo Destacamento Feminino da FRELIMO. Não obstante, Santana (2016) aponta uma melhora significativa no papel da mulher dentro da FRELIMO, entretanto, ainda com uma visão da mulher como

instrumento para procriação e companheirismo ao marido, no que resta uma visão ainda machista, muito embora sejam elencados avanços em relação à situação anterior. (SANTANA, 2016)

Contudo, ao conseguirem efetivamente o poder haveriam diferenças entre o discurso e as ações. Um elemento a se destacar é no campo do direito, onde a visão da FRELIMO era de abarcar uma interpretação estritamente política do direito, instituindo, além de juízes formados, juízes que eram nomeados por sua influência em uma região, de forma que pudessem aplicar a justiça que vinha do Estado, sem muitas preocupações com a forma ou o método. Dessa forma, combateram questões tradicionais vinculadas às religiões, como a poligamia e a prática do lobolo. A ideia do *homem novo* da FRELIMO não poderia abarcar superstições e rituais, o casamento, para ser reconhecido, devia ser civil, o religioso não contava mais para o Estado. Assim, tais ideias secularistas foram ganhando espaço gradualmente, em um lento aparelhamento que ocorria através das ideias – e da força, quando necessária. (FURQUIM, 2017)

No que se refere às mulheres, como vimos, embora tenham adquirido maior protagonismo e também ocupado espaços que antes eram majoritariamente masculinos, a visão ainda se pautava, de certa forma, em um machismo mais velado, com proibição de opinarem a respeito de algumas querelas, além de uma percepção de que o papel maior da mulher era ainda no espaço privado, como mãe e esposa. (SANTANA, 2016)

A ideia de Estado unipartidário de tendências marxistas levou à guerra civil, opondo os partidários da FRELIMO, no poder, com grupos anticomunistas centrados na Resistência Nacional Moçambicana, a RENAMO. Assim, mal nascia a nação independente, já se afundava em uma guerra civil opondo novamente seus próprios cidadãos, devastando o país socialmente e também acarretando inúmeras dificuldades econômicas para o jovem país. Neste contexto, Fernando (2021), aponta alguns fatores que levaram a RENAMO ao estopim da guerra civil:

De acordo com as palavras de Afonso Dhlakama, o presidente em exercício da RENAMO desde 1979, a guerra civil em Moçambique foi endossada e justificada pela falta de clareza na Proclamação da Independência e a implementação do governo por parte da FRELIMO, que não ia de acordo com a realidade, isto é, se a FRELIMO não pautasse pela arrogância e crueldade, a RENAMO não teria espaço para atuar e nem existiria, porque a população não encontraria o motivo para apoiar a guerrilha. E a RENAMO viu essa maneira como sendo uma traição aos objetivos da formação da frente de libertação de Moçambique, e o legado da independência desde 1962 por Eduardo Modlane. Isto é o “descontentamento de uma parte substancial da população rural, sobretudo do centro norte do país, em relação às políticas da ditadura socialistas da FRELIMO e ao seu modo de execução” (ESTATUTOS da RENAMO 1989), isso fez com que o movimento tivesse um grande apoio da

população dessa região e atingisse mais de 20.000 guerrilheiros sem precisar de recrutamento compulsivo (p. 200)

A guerra civil moçambicana também teve um caráter regional, posto que os movimentos revolucionários e os governos dos países vizinhos à Moçambique, de alguma forma, envolveram-se com o conflito no país do sudeste africano e vice-versa. É notório, por exemplo, que o governo moçambicano, encabeçado pela FRELIMO, procurou apoiar o grupo de Mandela na África do Sul em tempos de *apartheid*.

Os conflitos perdurariam até 1992. Narram Lamas e Bueno (2021) que:

Em 4 de outubro de 1992, o então presidente de Moçambique e líder da Frelimo, Joaquim Chissano, e o já falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama, assinaram o Acordo Geral de Paz (AGP) que pôs fim a esse conflito armado que durou 16 anos. Apesar de o 4 de outubro, celebrado como o dia da Paz e da Reconciliação, oficialmente marcar o fim da guerra entre a Frelimo e a Renamo (1976-1992), este também pode ser visto, de uma forma mais ampla, como representando o fim de uma era de violência direta e de conflito armado. Ao iniciar-se na esteira da Luta Armada de Libertação Nacional contra o colonialismo português, o conflito entre a Frelimo e a Renamo dá, neste sentido, continuidade à guerra que soma no total aproximadamente 28 anos. (p. 110)

Como resultado deste sangrento e longo embate, as estatísticas apontam cerca de um milhão de mortos, sem contar feridos e também as sequelas causadas pelos crimes de guerra cometidos por ambos os lados durante o conflito. (OCI, 2021)²⁸

Mia Couto será uma importante voz sobre os efeitos da guerra civil na memória de seu país. Suas obras terão também a finalidade de acrescentar sua visão sobre a história de Moçambique, a partir da sua experiência e das vozes de seus personagens. Dessa feita, Lamas e Bueno (2021) mostram que:

Mia Couto usa o presente para tratar do passado, ao chamar atenção para algumas raízes do conflito civil, ao mesmo tempo em que retrata como esse passado passa por processos de memorialização através da construção e da reprodução de diferentes narrativas acerca do mesmo. Por um lado, as autoridades da Frelimo retratam a guerra civil como uma extensão da guerra de agressão externa, inicialmente liderada pela Rodésia, e depois continuada pelo regime do Apartheid na África do Sul, ou, de forma mais simples, uma guerra de desestabilização. Por outro lado, ao caracterizar a guerra civil como uma batalha pela democracia, a Renamo enfatiza o elemento interno da mesma, nomeadamente como uma resposta violenta desencadeada pelo regime autoritário pós-independência da Frelimo com suas políticas repressivas. Ao fazer referência inúmeras vezes ao longo do livro aos “bandidos armados” (ex-guerrilheiros da Renamo) ou mesmo aos “Matsangas”⁹ — “designação pela qual são conhecidos os bandidos armados” (COUTO, 2008, p. 27) —, Mia Couto retrata uma sociedade em que a

²⁸ Disponível em: <<https://sites.ufpe.br/oci/2021/05/12/decapitacoes-de-criancas-em-mocambique/>> Acesso em dez. 2022

narrativa da Frelimo ou da guerra de desestabilização, em que os ex-combatentes da Renamo são caracterizados como bandidos armados, era e continua a ser dominante (p. 123)

Em 1992, finalmente, um tratado de paz é assinado entre os dois lados combatentes, selando uma frágil retirada de ambos das lutas armadas e partindo para o plano político. O final da guerra traria alívio para os moradores moçambicanos, finalmente dando fim às mortes arbitrárias de suas famílias.

Todavia, entre 2013 e 2018, conflitos entre os grupos voltaram a ocorrer, embora dessa vez, de forma menos acentuada. Em 2019, há novamente tratativas pra acabar com eventuais hostilidades, resultando em sempre frágeis acordos que, como castelos de cartas, podem cair a qualquer momento.

É nesse universo caótico, sangrento e triste que Mia Couto insere sua história de vida, escrevendo sobre sua vida, seu país, sua terra, seus antepassados, em obras que saem de sua própria essência e se entrelaçam com a própria história e com o denso imaginário de uma nação.

O poema *Biografia*, de Mia Couto

O poema *Biografia*, de Mia Couto, se encontra presente no livro *Poemas Escolhidos*, cuja publicação no Brasil se deu pela Companhia das Letras, lançada sua primeira edição no ano de 2016.

Trata-se de uma coletânea de poesias de autoria de Mia Couto, selecionadas pelo próprio autor para publicação.

A apresentação da obra fica por conta de José Castello. Este, um renomado escritor, jornalista e crítico literário brasileiro, já tendo vencido o prêmio Jabuti – o maior prêmio literário brasileiro – por duas vezes (1994 e 2011), e muito reconhecido pelas biografias de personalidades que escreveu, como Vinicius de Moraes, Rubem Braga, Pelé e João Cabral de Melo Neto.

Assim, de início já se tem uma apresentação de uma figura gabaritada para tratar de literatura, apresentando um pouco da trajetória literária de Mia Couto e tecendo seus elogios ao autor moçambicano.

O livro então se divide em três partes distintas, *Idades*, com os primeiros catorze poemas, mais voltados para os desafios do tempo e como a vida e sua passagem é passada sob os olhos do autor. A segunda parte se denominou *Cidades*, com mais catorze poemas, desta vez voltados para a vida na cidade e os elementos urbanos e históricos a partir da percepção de Mia

VARIA

a respeito deles. Por último, a seção *Divindades*, cujo espaço na obra é maior devido aos 86 poemas contidos. Nesta parte, Mia explora sua própria cosmogonia, sua relação com a história, com a oralidade, com as divindades, o sagrado e o natural, sendo o maior capítulo de seu livro.

A obra comporta aproximadamente 190 páginas, contando folha de rosto, contracapa, dentre outras minúcias literárias, mas inicia seu texto na página onze, com a apresentação de Castello, e se finda na página 186, no último verso do poema *Aprendiz de Ausências*.

Na capa do livro, há uma foto do autor, em preto e branco, com sua face banhada pela luz na face e esquerda e mais sombria na face direita. Um contraste bem ao meio, dividindo sua face em duas vertentes. Mia veste uma roupa escura, provavelmente preta, com um fundo branco e usa óculos sutis, quase imperceptíveis. Seu rosto apresenta uma certa satisfação contida, aguçada por uma curiosidade sempre inerente aos grandes autores. A capa contém os próprios contrastes do autor, seu próprio antagonismo, sua própria infinitude em si mesmo. No canto inferior esquerdo, um retângulo laranja traz o nome do autor e, entre chaves, o nome da obra. Logo abaixo a informação de que foi uma seleção feita pelo autor e que a apresentação tem responsabilidade de José Castello. Abaixo das informações, o tradicional selo editorial da Companhia das Letras. A autoria da foto é de Bob Wolfenson, mas a diagramação da capa ficou por conta de Victor Burton.

Ao fechar o livro, na parte de trás da capa, a popular contracapa, há nova transcrição do poema que analisar-se-á em seguida: *Biografia*.

O poema *Biografia*, além de estar na contido na contracapa, figura na seção *Idades*, que, como vimos, é o primeiro capítulo do livro. Já é o segundo poema, precedido de *Idades* e sucedido por *A primeira vez da idade*.

Presente na página 27 do livro, traz os seguintes versos:

Todo o meu nascer
foi prematuro.

Agora,
em meus filhos
me vou dando às luzes.

Descendo, sim,
dos que hão de vir. (COUTO, 2016, p. 27)

Doravante, o autor divide o poema em três estrofes, sendo a primeira e a última com dois versos cada e a estrofe do meio com três versos, sendo a maior.

VARIA

Sobre poesia, sua própria definição é conflituosa, com inúmeras referências ao seu conceito, todas difusas e, ao mesmo tempo, pertinentes. Goethe diria que a poesia é a “fala do infalável”, Manoel de Barros já preferia dizer que “é voar fora da asa”, enquanto Leminski definia como “a liberdade da minha linguagem”. Mário Quintana dizia que “no fundo, a poesia é isto: a eternização do momento”, por sua vez, Garcia Lorca dizia que se trata “da união de duas palavras que ninguém poderia supor que se juntariam, e que formam algo como um mistério”. (BAPTISTELA, 2020)

De forma mais acadêmica, Eagleton conceituou poesia como:

A poesia é uma imagem da verdade de que a linguagem não é o que nos afasta da realidade, mas o que nos dá o acesso mais profundo a ela. Portanto, não é uma escolha entre ser fascinado com as palavras e apreensivo com as coisas. É da própria essência das palavras apontar para além delas mesmas, de modo que as agarrar como preciosas por si seja também avançar mais profundamente rumo ao mundo a que se referem (apud BAPTISTELA, 2020)

Assim, se tem na poesia o suprasumo da versificação, um espaço onde o autor, livre de amarras estruturais ou das necessidades da prosa, tem a ampla liberdade para criar seus versos e por, em palavras, seus sentimentos.

Pilati (2017), a seu tempo, traz importante descrição sobre a posição do *eu lírico* dentro do poema enquanto voz política ao sustentar que:

uma voz criada no poema se exprime no poema revelando um “conjunto de valores, individuais ou coletivos, considerados universalmente como norteadores das relações sociais e da conduta dos homens”. Daí podemos extrair ao menos um elemento importante: mesmo quando um poema está propagandeando o particularismo intenso de uma voz, isso se faz enquanto expressão de um conjunto de valores que atesta o laço muitas vezes tenso entre essa voz e a comunidade a que ela pertence. Encontramos aí, portanto, um âmbito político para a expressão lírica: a voz poética, ao enunciar-se, localiza-se socialmente, compromete-se e resiste à dispersão reificadora que estrutura nosso olhar cotidiano. O dizer lírico é, por isso, também um gesto de “mapeamento” social, para aludir ao conceito de Fredric Jameson. (p. 73-74)

Além disso, Pilati (2017) também aponta algumas características necessárias para que o poema alcance o que cunhou de eficácia estética, que seria impossível sem a dimensão política. Assim, demonstra que:

o poema alcança eficácia estética quando atinge certo grau de superação (no sentido de generalização ou de universalização) da experiência imediata, projetando-se, através da expressão coerente de uma vivência que se deseja estendida à perenidade e tensionada poeticamente em termos supraindividuais. A dimensão política estaria presente num poema exatamente pela (e não apesar da) intensificação de sua força particular ou individual. É esta força que lança o poema (sua forma, sua técnica, seu assunto) para além das contingências que motivaram sua criação. Sua matéria política é

VARIA

inextricável de sua dimensão universal, ou seja, de sua dimensão humana e humanizante, que se patenteia pela construção lírica (p. 75)

É possível compreender este caráter na obra de Mia Couto, posto que seus poemas tem um apego político sutil nas entrelinhas, como será visto neste artigo. Além disso, seus jogos de palavras, neologismos e passeios entre a língua escrita e falada, permitem uma estética diferente, mas sem perder a sua eficácia.

Também se faz importante apontar o uso da poesia – e da literatura – como fonte histórica, posto que a análise a seguir traçará paralelos entre a história de Moçambique e os versos de Mia Couto.

Sobre a poesia enquanto fonte histórica, Sevcenko defenderá que, enquanto o historiador se ocupa da realidade, o escritor se atrai pela possibilidade, mas que é possível que a literatura fale com o historiador, principalmente sobre a história que não ocorreu e as possibilidades não vingadas. O autor sustenta que a literatura é “o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos”. (SEVCENKO, 1999, p. 21)

Chartier, um dos grandes pensadores da atualidade, também traça algumas reflexões a respeito da literatura enquanto fonte histórica, apontando que:

as obras – mesmo as maiores, ou sobretudo, as maiores – não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam. Certamente, os criadores, os poderes ou os experts sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce. (1994, p. 09)

Sandra Pesavento é uma autora que destacará importância à literatura enquanto fonte histórica, ao apontar que a literatura serve como pretexto para que o historiador tenha uma nova fonte e, ainda mais, que consiga ver o que até então não viu. Sustenta também que a literatura, enquanto fonte histórica, fornece uma indicação do que cunha de “clima” de uma época, a partir de interpretações textuais e contextuais da obra analisada. (PESAVENTO, 2004, 2006)

A busca, então, ao se observar a literatura pela ótica da história, é compreender a mentalidade de uma época, o que é plenamente possível através das análises históricas. Em Mia Couto, outrossim, será possível compreender as entrelinhas de seus versos, as nuances históricas presentes em sua poesia e, por fim, interpretar sua importância para uma leitura crítica da história de Moçambique.

No poema escolhido, seus primeiros versos dizem “Todo o meu nascer, foi prematuro”.

Pode-se conspirar que o eu lírico deste poema de Mia Couto se trata da jovem nação moçambicana, alcançando sua independência em 1975, assim, ao narrar que todo seu nascer foi prematuro, o eu-lírico faz um *mea culpa* de todo o processo conflituoso que levou à independência. Que seu nascimento decorre de muitos riscos e dotado de muita fragilidade, posto que não ocorreu da forma como deveria ter ocorrido.

Sobre o uso do eu lírico por Mia, Micheletti (2018), sustenta que:

Há, desse modo, poemas em que essas relações são declaradas, com referências à realidade do escritor e, em outros casos, as referências são menos diretas, mas, mesmo assim, podem ter algum tipo de implicação entre o eu lírico e o autor. Como, em ambos os casos, permanecem aberturas à interpretação, entende-se que os aspectos autobiográficos, nos poemas analisados, estão no limite entre serem ou não autorizados, isto é, entre serem ou não indicados e, portanto, "permitidos" pelo autor. No conjunto dos textos, destarte, podem-se encontrar as vozes em suas várias assunções identitárias, os vários "eus" (p. 836)

E o mesmo autor também aponta que é recorrente, na obra de Mia, ver o eu lírico representar, de forma subjetiva, a nação moçambicana.

Nesse poema, há um conjunto de motivos espaciais e/ou metáforas que se encontram em outros textos de Mia Couto, como terra, céu, Sol, poeira, aves. Subentende-se que, aproximando as vozes, o eu lírico caracteriza Moçambique – nome não citado –, utilizando a metáfora de terra e céu com a diferença de extensão, havendo uma valorização ambivalente, isto é, positiva (MICHELETTI, 2018, p. 838)

Voltando ao poema, talvez o termo *prematuro* não se encontre como o mais adequado por dar uma ideia de cedo demais, o que não se consubstancia após verificar-se os cinco séculos de domínios portugueses, mas, ao passo que o termo pode ser identificado dessa forma, há de se lembrar de que se trata de um poema, logo, sua interpretação é muito mais extensa do que simples definições de dicionário. Assim, talvez a escolha pelo termo *prematuro* tenha sido no sentido de que a nação nasceu, não podendo, na metáfora, dizer que a mesma ocorre após um aborto e muito menos que ocorre um nascimento comum. É notório que um nascimento prematuro traz diversas dores para a gestante e que, o bebê, ao nascer, corre inúmeros riscos de vida e tem uma fragilidade muito grande se comparado aos bebês que nascem normalmente. Não obstante, metáfora buscada por Mia se envereda em anunciar a jovem nação de Moçambique como prematura no intuito de construir uma figura de linguagem onde a nação consegue sua independência sob alicerces muito frágeis, que tendem a se corromper ou a findar se não for devidamente cuidado. Licença poética mais que permitida, e que antagoniza o sentimento de um nascimento natural, sem grandes consequências, ao nascimento dificultoso, com muitos riscos para todos os envolvidos.

VARIA

Sua profecia acaba demonstrando certa acurácia, posto que o jovem país mal sairia da luta pela independência e já enfrentaria anos de conflitos sangrentos em seu próprio território durante a guerra civil que assolou a nação.

Daí advém a conexão com a segunda estrofe, onde Mia versifica que “Agora, em meus filhos, vou me dando às luzes”

Neste trecho, é possível tecer duas análises, uma se consubstancia na ordem gramatical, quando o autor faz um jogo com o termo de “dar a luz”, popular jargão da língua portuguesa para o nascimento de um novo bebê, assim, dentro da licença poética de sua metáfora, a nova nação moçambicana – partindo do pretexto que o eu lírico é Moçambique -, vai dando a luz aos seus filhos, ou seja, as gerações que nascem após sua independência são efetivamente moçambicanos, livres de quaisquer laços ou amarras com seus colonizadores. Não que as gerações passadas não gozassem desse status, mas, com a independência, de uma vez por todas é finda a exploração colonial portuguesa, corta-se o cordão umbilical desta relação abusiva.

A outra análise se consubstancia também na ordem gramatical, mas desta vez atrelado ao sentido filosófico, com o duplo sentido contido no termo “luzes”, que ao mesmo tempo que pode ter um significado atrelado à raiz da palavra, contido em luz, também tem significado metafórico ligado ao movimento iluminista, que se consolidou historicamente como a base filosófica que viria a culminar na Revolução Francesa e com a ruptura do povo francês com o absolutismo. Dessa forma, ao dizer que “em meus filhos, vou me dando às luzes”, Mia pode estar usando de um instrumento poético para demonstrar que, a partir da independência de Moçambique, há essa alegoria frente ao que ocorreu com os franceses no século XVIII, com a quebra de correntes que, se na França vinculavam o absolutismo ao povo, em Moçambique vincula o colonialismo à jovem nação.

Não obstante, também é possível compreender que o eu lírico fala, nesta estrofe, com seu próprio povo, pois, livre das amarras de seu colonizador, seu povo agora era livre para tecer sua própria história, vivenciar seu próprio trajeto. Daqui se pode tirar que o termo *luzes* pode ter uma conotação de conhecimento, de liberdade e de esperança, pois a nação Moçambicana já deixa claro aos seus filhos que, dali em diante, apenas lhes dará a luz, ou seja, o conhecimento, a razão, a soberania, a sua liberdade.

Por fim, a última estrofe do poema traz os seguintes versos: “Descendo, sim, dos que hão de vir”.

Mais uma vez, o eu lírico, tomado por uma Moçambique, ainda que sem se revelar, traz elementos de sua constituição, de seu nascimento. Há, novamente, um joguete com as palavras escolhidas por Mia, ao dizer que descende do que há de vir, uma certa incongruência linguística,

uma vez que apenas podemos descender daqueles antepassados a nós e não aos que virão. Dessa forma, ao encorpar a jovem nação africana em seu eu lírico, Mia trabalha com a magia da interpretação das palavras, trazendo uma explicação a aparente inconsistência de suas palavras: uma nação é forjada e criada por seus cidadãos. Então, Moçambique, em sua aurora da independência, por mais que carregasse elementos de sua raiz histórica, vinha de mais de cinco séculos de colonização. Apenas com a independência, haveria a liberdade de ser quem realmente era, doravante, somente as gerações vindouras poderiam garantir a sua soberania e vangloriar-se de nascerem moçambicanos em um Estado livre.

Também há um certo elemento que permeia entre a memória e a história, uma vez que a história atual, de certa forma, é escrita pelas gerações vindouras, dessa forma, no poema, Moçambique descende daqueles que virão, pois são esses os responsáveis por contar a sua história, por ratificar a sua independência e por tratar da manutenção e da evolução desta nova nação. Assim, uma frase que, à primeira vista, parece paradoxal, se revela, na realidade, uma sutil colocação por parte do autor em compartilhar com as próximas gerações de sua nação a responsabilidade por Moçambique. Neste ponto, Mia pode ter interpretado a história apenas como o fruto de gerações futuras, contudo, dentro dos estudos históricos, se compreende ser plenamente possível fazer uma história do tempo presente, todavia é escuso permitir ao eu lírico do poeta que se expresse dessa forma, para que o verso seja consoante ao seu projeto de poema.

Portanto, finda a leitura do poema, através de um olhar mais crítico, é mister realizar que o eu lírico escolhido por Mia se trata de uma nação, e que, somado ao título biografia e à experiência literária do autor, é certo supor que essa nação seja a sua própria: Moçambique.

A partir daí, é também provável de se imaginar que o poema aborda a questão da independência da nação e da importância que as próximas gerações terão na formação do país, uma vez que, nascido de forma “prematura”, possibilitou às novas gerações – “meus filhos” - que tivessem “luzes” suficientes para construir uma narrativa moçambicana, livre das amarras da colonização e com o privilégio de habitar, a partir de então, uma nação livre e soberana.

Em suma, a bela poesia de Mia Couto mais uma vez mostra elementos historiográficos e metafóricos que conversam com as suas raízes e com as vivências do autor. Além disso, sua marca no jogo de palavras também é recorrente na poesia analisada, trazendo duplos sentidos e interpretações variadas ainda que em poucos versos.

Após a análise do poema, entende-se o prestígio e o reconhecimento que alçaram o autor à fama, posto que consegue, em poucas linhas, ser complexo, profundo e belo. Certamente um moçambicano iluminado pelas “luzes” e que, com muito empenho e orgulho, colabora para deixar a marca de Moçambique no mundo.

Considerações Finais

Mia Couto se destaca como um dos grandes expoentes das literaturas e das culturas africanas no século XX. Sua obra atinge diversos países e, além de premiada, recebeu traduções para múltiplos idiomas, de forma que elevaram o patamar do autor para um sucesso mundial.

Sua obra, além disso, reflete sua vida. Toda sua experiência vivendo um período crítico da história moçambicana é presente em sua obra, sejam nos seus romances proseados ou em suas belas poesias.

Para além de Moçambique, o autor contribui com uma visão plural da África, trazendo elementos culturais de diferentes tribos e etnias em suas publicações e, o que se tornou uma de suas marcas, flutuando entre a língua portuguesa escrita e falada e os dialetos que conheceu em sua vida.

Mia viveu o período da independência moçambicana e, doravante, sofreu junto com seus compatriotas a terrível guerra civil que se seguiu à independência. Dessa forma, além de autor, é testemunha de toda uma transformação política, cultural, social e econômica que têm ocorrido em Moçambique desde os finais dos anos 1960.

Neste artigo, analisou-se a poesia *Biografia*, presente em uma obra do autor. Foi possível fazer uma interpretação da obra dialogando entre a literatura e a história para compreender como o autor reflete, nesta poesia, sua própria nação como *eu lírico* e, a partir disso, reflete sua própria memória da história contemporânea de Moçambique.

Para isso, inicialmente foi mostrada a trajetória de Mia Couto, desde seu nascimento e o seu histórico familiar, com pai que viveu no meio jornalístico e que se pretendeu autor, até seu crescimento e sua consolidação como um dos grandes autores dos tempos atuais. Em seguida analisou-se o contexto histórico em que Mia estava inserido, com a luta pela independência de Moçambique e os reflexos da vitória da FRELIMO, que resultaram em guerra civil e que deixou marcas indelévels em Mia, que respingaram fortemente em sua obra.

A obra de Mia Couto se veste de imenso valor para a sociedade, posto que, além de esteticamente agradável, cumpre papel de destaque no tocante a tratar de questões delicadas e que transbordam da sua experiência nacional. Assim, enquanto Mia aborda os reflexos da história de Moçambique e seus povos, também toca em assuntos como o protagonismo feminino, a discriminação, o racismo, a guerra, a violência e a esperança. Faz, então, uma obra universal, pois seus temas não ficam apenas à experiência moçambicana.

Pilati (2017) narra que:

A lírica é, portanto, realidade “em estado de formação”. Assim, a poesia acontece quando um poema se constrói a sério como artefato autônomo de linguagem que está à altura das exigências de seu tempo, e do que é a genericidade humana profunda de sua contemporaneidade. Quando isso acontece, o poema tem o poder de colocar os homens em contato verdadeiro e universalizante com o mundo a que eles pertencem coletivamente. A esse processo a que a grande arte está vocacionada podemos chamar “desfetichização”. Aludindo a uma conhecida expressão de Antonio Candido, poderíamos dizer que um poema é um “instrumento de autodescoberta e de autointerpretação”. Um poema é, por isso, uma busca pela inteligibilidade do trabalho que o constituiu e, depois, por extensão, da própria realidade à qual se integra e reflete. Tal instrumento é calcado em uma dicção inegavelmente subjetiva. Nos sentimentos que emergem, via linguagem, do fundo desse Eu que é tornado objetivo no poema, podem-se ler as contradições formativas da vida social. Desse modo, quando lemos um poema, ao fruirmos a sua especificidade estética, nos confrontamos com uma forma de conhecimento da realidade, construída e determinada pelas leis de uma harmonia a que historicamente chamamos de “belo”. (p. 76)

A partir de suas reflexões, podemos compreender que a obra de Mia Couto, é bela. Suas palavras não só constroem estórias, mas também servem para uma análise da história, transcendendo seu objetivo primário, de narrador, alcançando um patamar de fonte para a compreensão de suas experiências e dos contextos em que esteve inserido.

Por fim, vimos que no poema *Biografia*, Mia Couto se coloca no lugar de Moçambique, uma terra devastada pela guerra, mas que, vê nas gerações futuras uma esperança. Uma nação que “descende dos que hão de vir”, pois são as gerações vindouras que seguirão com a construção da nação que Mia Couto viu “nascer”.

Ao autor, agora na terceira idade, cabe o olhar atento de quem viu e viveu a história, de quem conta histórias e estórias e de quem pode, atualmente, ver o futuro vindouro que esmiuçou há muitos anos, em sua *Biografia*.

Referências Bibliográficas

- BAPTISTELA, Heberton. *O que é a poesia? 101 definições segundo 101 autores*. [Online]: Fazia Poesia, 2020. Disponível em: <<https://faziapoesia.com.br/o-que-e-poesia-abd6df7fca03>>
- BORGES, Divina A. A. *A literatura e as organizações: a contribuição de Mia Couto para o estudo de ambientes organizacionais críticos*. Brasília: UnB, 2017. Monografia.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo: USP, 2007. Tese de doutorado.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994, 2ª Ed.

VARIA

- CHAUMA, Sebastião I. M. ALVES, Maria I. A. *Aspectos históricos de Moçambique: a educação e as frentes de colonização*. Congresso Nacional de Educação, 2019. 10p. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA3_ID10790_1_4082019150928.pdf>>
- COUTO, Mia. *Poemas Escolhidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 1ª ed.
- FENSKE, Elfi Kürten. *Biografia, Bibliografia e Premiações*. [Online]: Portal Mia Couto. Disponível em: <<https://www.miacouto.org/biografia-bibliografia-e-premiacoes/>>>
- FERNANDO, Celestino Taperero. *O outro lado da história de Moçambique* in *Revista História em Reflexão [online]*, vol. 15, n. 29, jan/jun. 2021. p. 194-211
- FURQUIM, Fabiane Miriam. O discurso modernizante da FRELIMO e a revista Justiça Popular: as relações entre Estado, violência e modernidade. In *VIII Congresso Internacional de História*. Maringá, 2017.
- LAMAS, Isabella. BUENO, Natália. Moçambique e “uma guerra que parece não ter fim” em Terra Sonâmbula, in *Revista de Ciências Sociais: Fortaleza*, v. 52, n. 1, mar/jun., 2021. p. 109-138
- MICHELETTI, Everton Fernando. Mia Couto: uma estética engajada in *Criação & Crítica*, n. 21, nov. 2018. p. 77-90.
- OMAR, Denisse Kátia Soares. A importância da valorização da história local no ensino de história em Moçambique, in *Revista Espacialidades [online]*, v. 18, n. 1, 2022
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 2ª ed _____ . História & Literatura. In *Nuevo mundo Mundos Nuevos [online]*, Jan. 2006. Disponível em: <<[História & literatura: uma velha-nova história \(openedition.org\)](http://História & literatura: uma velha-nova história (openedition.org))>>
- PILATI, Alexandre. Crise, poesia e política. In *Signótica*. Goiânia, v. 29, n. 1, jan/jun 2017. p. 69-95
- RIBEIRO, Orquídea. MOREIRA, Fernando. Identidade(s) em Mia Couto, in *Revista de Letras/ Universidade Estadual Paulista*, São Paulo, v. 59, n. 1, jan/jun. 2019. p. 135-149.
- SANTANA, Cristiane Soares de. O olhar da FRELIMO sobre a emancipação feminina. In. *África(s)*, v. 03, n. 05, jan/jun 2016. p. 157-168
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999
- TEIXEIRA, João Batista. BEZERRA, Rosilda Alves. A literatura de Mia Couto – oralidade e escrita: caminhos, in *GELNE*, Natal/RN, 2012. p. 1-10

O APAGAMENTO DA ESCRAVIDÃO NEGRA AFRICANA NA CIDADE DE ITAPIRA-SP

Cristiane da Rosa Elias²⁹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar o percurso da história da Vila Penha do Rio do Peixe, atual cidade de Itapira no interior de São Paulo, tendo como perspectiva a história da escravidão africana que lá existiu em meio ao aumento da produção de café no Oeste Paulista, mas que foi apagada em detrimento da história da imigração europeia. Tendo como aporte os documentos encontrados em meio aos materiais de estudo do memorialista Jácomo Mandato. Com isso, pretendemos analisar essa região e as relações sociais que estiveram presentes nela e assim, aprofundar sobre os caminhos que a cidade percorreu quando pensamos as relações sociais e raciais estabelecidas.

Palavras-chave: Escravidão no Oeste Paulista; Escravidão em Itapira; Penha do Rio do Peixe; Ciclo do Café.

THE ERASE OF AFRICAN BLACK SLAVERY IN THE CITY OF ITAPIRA-SP

abstract: This article aims to present the course of the history of Vila Penha do Rio do Peixe, current city of Itapira in the interior of São Paulo, from the perspective of the history of African slavery that existed there amid the increase in coffee production in the West Paulista, but which was erased to the detriment of the history of European immigration. Having as contribution the documents found in the middle of the study materials of the memoirist Jácomo Mandato. With this, we intend to analyze this region and the social relations that were present in it and, thus, deepen on the paths that the city took when we think of personal social and racial relations.

Keywords: Slavery in the West of São Paulo; Slavery in Itapira; Penha do Rio do Peixe; Coffee Cycle.

O presente trabalho foi incitado quando tomei conhecimento da obra póstuma de Jácomo Mandato, intitulada *A Escravidão em Itapira*, lançada em 2015. Nela, Mandato faz breves referências à presença de negros escravizados no passado do município de Itapira, o que despertou minha curiosidade e desejo de saber mais sobre eles.

Jácomo Mandato nasceu no ano de 1933 e faleceu em 2009 na cidade de Itapira. Ele foi um memorialista e jornalista do município e teve grande reconhecimento por retratar vários aspectos da vida da comunidade em seus livros e artigos publicados no jornal local. Entretanto, suas produções eram voltadas para uma memória da elite da cidade, nas quais costumava destacar os descendentes de italianos e os acontecimentos considerados grandiosos. Porém, no ano 2000, ao encontrar fontes relativas à escravidão, o jornalista iniciou um levantamento sobre esses sujeitos que até então não haviam sido retratados pela historiografia da região.

²⁹ Professora de Educação Básica II no Governo do Estado de São Paulo e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História e Regiões pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: cristianeeliasuerj@yahoo.com.br

Eu nasci e cresci em Itapira sem saber que lá viveram africanos e seus descendentes na condição de escravizados. A única referência que a cidade apresentava de uma presença negra era a de natureza cultural, qual seja, a Congada sem, no entanto, explicar a origem de sua ligação com a cidade, ou mesmo com a história de Itapira. Não há, na obra póstuma de Mandato, qualquer referência à contribuição dos negros na construção da riqueza do lugar, nem o reconhecimento deles como mão de obra fundamental antes e durante o processo imigratório que atraiu europeus de várias nacionalidades, principalmente italianos.

Sobre o tema de escravidão em Itapira não há uma produção historiográfica, mas apenas registros centrados em aspectos estigmatizados e estigmatizadores de mulheres e homens negros. Em contrapartida, há escritos sobre Itapira exaltando seus fundadores: senhores de café e os imigrantes que teriam vindo em grande número e se fixado na cidade desde o início do século XIX, ou seja, elaborações idealizadoras de sujeitos e grupos na formação da região.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão (1985, p. 11), as relações sociais de produção praticadas nas terras do atual município foram primeiramente estabelecidas pela policultura de subsistência através dos posseiros e, posteriormente, pela cafeicultura trazida por escravagistas que chegaram à região. Assim, a localidade foi sendo dominada pelos fazendeiros e coronéis com três tipos de produtores que os serviram sucessivamente: o escravo, o lavrador (colonos) e o proletário rural. Brandão afirma que o ingresso do café como produto de riqueza da economia agrária nessa região estabeleceu o trabalho escravo; entretanto, mesmo com a presença da mão de obra escravizada, os produtores camponeses passaram a ser parceiros dos fazendeiros em algumas transações. É possível compreender esse arranjo já que existia, principalmente na Província de São Paulo dos oitocentos, um número significativo de homens livres e sem especialização que trabalhavam com a terra, como iremos perceber ao longo da pesquisa, pois a população livre de Itapira — que era maior que o número de escravizados —, trabalhava como lavradores. Carlos Alberto Medeiros Lima (2016), assim como Caio Prado Jr. (2011), descreve esse ambiente em formação que foi a São Paulo e seus interiores, ajudando-nos a compreender de forma mais consistente a formação da região em que nasceu Itapira.

Quanto ao café, segundo Dean (1977, p. 45), “Sementes vindas do Rio de Janeiro tinham sido plantadas em Campinas já em 1817, e em Limeira, na plantação Ibicaba, de Vergueiro, em 1828”. Outras pessoas adquiriram mudas dessas experiências, de modo que alguns fazendeiros de Rio Claro tinham pés produzindo em 1835. “Somente após 1840 se deu início ao plantio em larga escala de café no Oeste Paulista, de Campinas até Rio Claro” (LIMA, 2016, p. 235)

No início do XIX, a cultura do café chegou ao oeste paulista via Campinas e foi se espalhando pelas demais regiões. Algumas delas apresentavam a cultura da cana-de-açúcar ainda ativa, no entanto, concomitantemente iniciavam o processo da cafeicultura. Isso ocorreu em localidades como Campinas, Limeira e adjacências.

Desmembrada de Piracicaba (então chamada Constituição) em 1842, Limeira ganhou notoriedade na historiografia por abrigar as unidades canavieiras e depois cafeeiras de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Bento Manoel de Barros e Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda [...] Algumas das maiores escravarias na lista nominativa apareciam associadas à palavra engenho, mas a transição para a cafeicultura já devia estar adiantada. (LIMA, 2016, p. 234)

A partir de meados do século XIX a cidade de Campinas, então província de São Paulo, começava a colher de maneira mais intensa os lucros do café cujas primeiras fazendas se iniciaram quando a cana de açúcar ainda dominava sua paisagem e economia. (MARTINS, 2007, p. 1)

Compreendemos que após o fim da escravidão, a cidade de Itapira ainda continuou rural, com um número considerável de trabalhadores tanto nas lavouras de café quanto no plantio de cana-de-açúcar iniciado com a Usina Nossa Senhora da Aparecida (1921). Em 1922 foi fundada a Fábrica de Chapéus Sarkis & Quiriolli, seguida de outras indústrias como a de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A. e a Cristália, eventos que encaminharam a cidade para uma expansão de mercado de trabalho. Acreditamos que, futuramente poderemos aprofundar nossas pesquisas para averiguar como ocorreu a inserção dos libertos e descendentes de escravizados após a abolição na cidade, que avançou rumo a uma mudança econômica e social. Há uma crescente produção historiográfica que percebe a marginalização³⁰ a que mulheres e homens negros estiveram sujeitos no período pós-abolição no que se refere ao trabalho livre em São Paulo e no interior paulista, que podemos ter como horizonte.

As transformações econômicas e políticas na passagem da policultura para o domínio do café modificaram a estrutura social e política da região de Itapira. A esse respeito, podemos dizer que a região se converteu de uma comunidade camponesa para uma sociedade escravocrata do café e, depois, para uma sociedade de trabalho livre sob o regime do colonato. O regime de colonato, segundo Ediano Prado (2001, p. 100) foi a imposição do próprio estágio de desenvolvimento da lavoura canavieira paulista até a década de 1960, constituindo, para as usinas, uma fonte de recursos para a acumulação de capital.

³⁰ A marginalização aqui colocada não foi pensando somente o econômico e social da população negra, mas também o lugar de apagamento desses sujeitos quando estudamos os movimentos trabalhistas do Brasil e o mundo do trabalho livre. (SILVA, Lúcia Helena Oliveira. A sobre vivência no mercado de trabalho pós-emancipacionista., 2005.

Essas práticas econômicas, bem como as vivências de Itapira estão em diálogo com as das demais regiões como a de Rio Claro, Campinas, Limeira, Sorocaba, entre outras que tiveram, no processo da cafeicultura, a possibilidade de construção e estruturação de seu capital e, da mesma forma, de determinado segmentos sociais.

Refletindo sobre o Estado de São Paulo na atualidade, podemos dividi-lo economicamente em três grandes campos. O primeiro é o de serviços, o mais representativo e com o maior número de trabalhadores e empresas. O segundo é o setor industrial, que produz automóveis e autopeças; máquinas e equipamentos; produtos da indústria química, elétrica e eletrônica e produtos siderúrgicos, estando concentrado na “região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Campinas, Vale do Paraíba, Região Administrativa Central (Araraquara e São Carlos), Região de Ribeirão Preto e Região de Piracicaba³¹”. Por último, há o setor agropecuário, distribuído pelo interior do estado, com grande parte da produção destinada à exportação. Tal setor consiste em produções de açúcar, suco de laranja, frutas, café e carnes.

Os registros sobre a presença de escravizados na cidade são apresentados por autores como Jácomo Mandato (1996; 2003; 2006), Carlos Brandão (1985), Arnaldo Lemos Filho (1980), entretanto, sempre de modo superficial como podemos observar neste trecho.

Pouco tempo depois de haver chegado a Itapira, o fazendeiro comendador João Baptista de Araújo Cintra resolveu construir uma nova igreja para os cultos à imagem de Nossa Senhora da Penha. A nova igreja era agora “de taipa”, construída com o trabalho dos seus escravos e empregados. (BRANDÃO, 1985, p. 25)

Apesar de esses negros escravizados aparecerem de forma sutil na historiografia da região, o assassinato do delegado da cidade, Joaquim Firmino Araújo Cunha, cuja morte ocorreu no dia 11 de fevereiro de 1888, nos leva a questionar a suposta insignificância dada a esses escravizados. Tal insignificância não se sustenta, uma vez que a motivação do assassinato teria sido a postura abolicionista do delegado que, além de defender o fim da escravidão na região, foi acusado de ajudar alguns escravizados em seus processos de libertação, revelando, assim, a vontade dos fazendeiros de manter a escravidão sem questionamento ou possibilidade de fugas e libertação. O delegado foi assassinado por fazendeiros escravagistas que invadiram sua residência e o *trucidaram* (MANDATO, 2001, p. 9).

³¹ Economia do Estado de São Paulo Disponível em:
<https://www.suapesquisa.com/economia/estado_sao_paulo.htm> Acessado em: 02 nov. 2019.

Espantosa e inusitada a atitude adotada pelos fazendeiros penhenses de eles próprios invadirem a casa de Joaquim Firmino, em plena madrugada e trucidarem seu morador. A dedução mais plausível é a de que eles estavam irritadíssimos com o delegado pelo descumprimento de determinações superiores que o mandavam dar caça a escravos fugidos, ao que ele se negava terminantemente. Junte-se a este fato a impertinente e provocadora atitude de acoitar em sua própria casa, escravos de figuras importantes da cidade, como era o caso do major David Pereira, neto do co-fundador da cidade. Mais ainda, desde o ano anterior Joaquim Firmino e Joaquim Ulisses Sarmiento, seu conterrâneo de Mogi Mirim, participavam de movimentos abolicionistas nessa cidade e Penha do Rio do Peixe. Cunha deve ter sido visto como uma perigosa arma voltada contra os senhores poderosos, pelo estímulo que transmitia aos escravos de abusarem de direitos que não tinham. Restava, pois, colocá-lo no seu devido lugar. (MANDATO, 2001, p. 57)

Karl Monsma (2016), pontua o lugar social e o papel que os delegados tinham nas cidades, oferecendo-nos outra possibilidade de compreender esse fato, como também de questioná-lo ainda mais.

Muitos delegados do interior paulista eram escravocratas³², e todos classificavam os cativos e os libertos com esquemas de percepção formados na ordem escravista. Os escravos já eram bem conhecidos, mas a percepção deles como “perigosos” aumentava ao longo dos anos 1880, com a rebeldia crescente e as fugas em massa. Os últimos anos da escravidão também aguçavam a contradição, já evidente no Brasil, entre a lei do Estado e o poder particular dos grandes fazendeiros, criando dilemas para os delegados, que muitas vezes se viam forçados a escolher entre aplicar a lei ou apoiar as elites nas suas tentativas de usar a violência ilegal para o controlar os cativos. (MONSMA, 2016, p. 112 – grifos nossos)

Mediante esse relato, percebemos que existiram relações conflituosas diversificadas e agentes sociais que não foram suficientemente trabalhados na historiografia regional de Itapira. Isso abre possibilidades de pesquisa e age como uma espécie de força motriz, impulsionando a reflexão historiográfica regional a fim de fazer emergir esses sujeitos ainda sombreados e, principalmente, as relações político-sociais que foram construídas no interior dessa historicidade, levando à opacidade de sua compreensão. Nesse sentido, esta pesquisa se justifica por aspirar construir outra perspectiva sobre a história de Itapira, problematizando as razões do apagamento histórico da população negra naquela região, contribuindo, assim, para a visibilidade de outros sujeitos dessa história. Concomitantemente, ela apresenta similaridades com relação ao processo escravocrata do Brasil oitocentista, principalmente o Estado de São Paulo.

³² Entre os documentos de registro dos ingênuos temos como um dos proprietários o delegado Joaquim Firmino, desenvolveremos mais essa questão em futuros trabalhos, no entanto, compreendemos que ser abolicionista não significa não ter escravizados, pois compreensão do que era ser um abolicionista dependia de quem acusava, como no caso do delegado.

VARIA

Ao consultar os registros de nascimento, alguns livros de notas e demais fontes, observamos que essa documentação oferecia possibilidades de conhecer mais sobre os negros escravizados na vila da Penha, perceber qual era a conjuntura de suas vidas, bem como seus limites e possibilidades dentro do sistema escravista do oeste paulista.

Um estudo crítico da história de Itapira se faz relevante, portanto, para pensarmos o contexto da escravidão que se desenvolveu nos interiores de São Paulo, da sociedade imperial e fora dos grandes centros. Procuramos, assim, compreender as similaridades e diferenças do processo escravocrata na história do Brasil, em particular nas regiões do chamado *ciclo do café*. Nossa hipótese é a de que o processo de escravidão em Itapira, quando observado pela elite, é tratado como se tivesse sido um processo tranquilo, sem violência ou tensões, pois nas poucas vezes em que esse período é citado, pouco conseguimos aprofundar e reconstruir desse ambiente.

Além da obra de Jácomo Mandato (2015) que descreve fontes sobre os negros escravizados em Itapira, Odette Coppos, escritora e também memorialista local, escreveu sobre as congadas da cidade. Entretanto, a perspectiva que a autora tem da congada é a de uma dança dos negros escravizados ou libertos, algo cristalizado como folclore, sem compreendê-la como uma manifestação de resistência a escravidão, de recriação de uma memória, assim como um movimento de autonomia dos corpos negros tanto fisicamente como simbolicamente. Em duas passagens de Odette Coppos, podemos enxergar o lugar de onde ela compreende a congada de origem negra escravizada, da mesma forma que podemos perceber o que ela espera e pretende com a congada presente na cidade.

Curt Sachs e Carl Engel classificam as danças em três grupos: guerreiras – religiosas – e profanas. Na classificação das danças folclóricas brasileiras, temos como danças religiosas: a dança de Santa Cruz – de São Gonçalo – Cururu e Sarabacuê. Como danças profanas: o Fandango – Quadrilha – Lundu – Batuque – Côco – Jongo e Baiana. Como danças guerreiras: Maculelô – E nos bailados estão: a Moçambique – a Congada – a Caiapó. (COPPOS, 1971, p. 77). Durante estes cem anos de Congada de Embaixada, nenhuma mudança deturpou-a. Permanecendo autêntica e fiel ao seu enredo, às suas cores, ao seu toque, à sua maneira de ser, os congueiros fazem os seus instrumentos rudimentares e todos mantêm-se como antes. Uma tradição admirável dos negros da Embaixada, e que nós, a todo custo, procuramos levar a diante. (COPPOS, 1997, p. 41)

Ao ler a obra de Odette Coppos e analisar esses fragmentos, podemos notar a concepção que ela carrega da congada como algo estático, como se esse movimento não tivesse um desenvolvimento próprio em diálogo com seus contextos históricos e suas necessidades,

retirando, assim, a humanidade dessa união que surge com a escravidão e permanece de forma a se recriar com o ambiente.

É preciso dizer que a cidade, hoje, além de não enxergar as contribuições profundas dos negros escravizados, não tem interesse em reconhecer essa parte de sua história, optando por enaltecer os imigrantes italianos chegados a partir do final do século XIX e seus descendentes³³. Com presença forte até hoje, esses indivíduos se organizaram e são considerados importantes colaboradores na história oficial de Itapira, compondo inclusive o *Circolo Italo-Brasiliano XV de Novembro di Itapira*, instituição de salvaguarda dos documentos que serão examinados nesse projeto, peculiar em certo sentido, já que não encontramos tais informações no Museu da cidade, mas sim em um acervo particular de um de seus sócios.

A descoberta de registros e demais documentos referentes aos escravizados de Itapira por um descendente de italianos chamou mais a atenção quando tivemos acesso ao censo de 1872 do município da Penha de Mogi Mirim — um dos nomes dados à cidade de Itapira. Neste documento consta que existiu uma população livre de 4.597 habitantes, sendo 4.525 brasileiros e 77 estrangeiros, dos quais 2.513 eram brancos, 1.156 pardos, 749 pretos e 179 caboclos. Já a população cativa foi estimada em 1.298 escravizados, sendo 1.268 considerados brasileiros e 30 estrangeiros, tendo assim uma proporção de 1 escravizado na vila da Penha para 3 habitantes livres, como também um total de 3.382 não brancos para 2.513 brancos³⁴. Esses números justificam a necessidade de uma reescritura da história de Itapira contada até então.

Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em colaborar para uma revisão da História de Itapira, tendo como ponto de a presença negra na condição de escravizados, na condição de mulheres e homens libertos e na condição sujeitos construtores dessa região, para, dessa forma, construir outra perspectiva dessa História. Interessa-nos identificar, através dos documentos encontrados, qual era a situação desses sujeitos na região e como era constituída essa cidade, assim como, compreender, com base na análise das fontes, quais foram as redes familiares e sociais que esses escravizados estabeleciam dentro e fora de seus grupos, com o propósito de trazer de forma mais concreta as relações presentes e, posteriormente, desenvolver de forma mais complexa as rupturas e continuidades desse caminho.

³³ A primeira disposição legal que admite imigrantes europeus, sem exigir origem, data de 1874, Decreto nº 5.524, de 7 de janeiro de 1874. E realmente desta data até 1900 o Brasil recebeu 803.000 imigrantes, sendo 577.000 provenientes da Itália. (PRUDENTE apud. DALLARI, 1988:140)

³⁴ Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>> Acessado em: 23 out. 2019.

Em outras palavras, este estudo crítico pode contribuir de forma micro e macro, endossando a necessidade de trazer à tona essa história subterrânea e apagada da cidade Itapira. Entendemos, portanto, que o teor ativo de nosso trabalho tem como intento alertar os concidadãos para uma história traumática, que Jácomo Mandato iniciou. Uma história que traz para a memória da cidade e para as identidades criadas a partir dela, questões problemáticas, violentas que aconteceram e produziram uma ruptura na memória tanto coletiva como individual na cidade (LACAPRA, 2009, p. 21-22) e nos discursos produzidos posteriormente. A propósito da presença de imigrantes e, contrariamente a uma história oficial que procura divulgar relações harmoniosas no desenvolvimento de Itapira, uma parcela considerável de produções historiográficas ressalta que em diversas regiões do Brasil foram frequentes as tensões entre imigrantes de diversas origens, durante e após a escravidão, seja com os negros ou entre eles. Loiana Maiara Ferrando (2019) apresenta alguns desses conflitos em seu trabalho, ao analisar os processos crimes envolvendo poloneses em Irati-PR entre os anos de 1907 a 1930. Na documentação selecionada e na historiografia consultada, a autora encontrou inúmeras evidências dos confrontos travados para o estabelecimento de poloneses que necessitavam criar espaços de solidariedade e sociabilidade para conseguirem se estruturar no país, sobretudo durante um momento histórico que usava dos estereótipos como forma de organizar a sociedade. Construiu-se, assim, uma hierarquia de etnias ou, como enfatizado por Celia Maria Azevedo (1987), ao analisar o escravizado, fabricava-se, “uma ‘sociedade homogênea’ organizada de acordo com ‘uma escala perfeita de hierarquia social’, de modo que cada um conhecesse perfeitamente o seu lugar” (AZEVEDO, 1987, p. 46).

O negro quer fosse escravizado ou liberto, nesses projetos nacionais foram considerados como um “menino no desenvolvimento intelectual” (AZEVEDO, 1987, p. 46), comotambém o problema nacional.

Dessa maneira, visitar a história de Itapira é possibilitar a emergência do lugar e da voz de pessoas que também participaram da construção da cidade, que estiveram presentes em todas as etapas, mas que não foram ouvidas, vistas e, acima de tudo, que não foram reconhecidas como sujeitos históricos, nem como sujeitos importantes. O fato de haver registros sobre as atividades que envolviam a escravatura e seus trâmites comerciais e legais mostra que a memória da cidade não está apenas sobre os ombros de seus *membros ilustres*, mas que há um grito abafado que precisa se tornar público.

Rever esses arquivos hoje é reconstruir uma história regional e local, que não tenha apenas camponeses brancos e/ou caboclos e uma elite cafeeira como peregrinos, patriarcas e

senhores imortalizados na história oficial da cidade, mas trazer à superfície as complexidades de uma história que privilegie outros narradores, outros personagens e outros prismas.

Os problemas que orientam esta pesquisa, portanto, podem ser elencados da seguinte maneira: qual a importância de se fazer um estudo crítico sobre a história de Itapira levando em consideração outros personagens que não a elite local? Por que os registros sobre escravidão e sobre escravizados, na condição de mão de obra produtora de trabalho que gerou riquezas, não fazem parte da história oficial da cidade de Itapira, se podemos identificar suas marcas diluídas em manifestações religiosas e culturais?

Levando em consideração os questionamentos postos, ainda podemos reforçar que esse trabalho se justifica por também estar inserido em uma discussão sobre os vestígios deixados pelos povos africanos e seus descendentes em nossos tratos sociais, manifestações culturais e na vida política. Ainda que nos deparemos com os apagamentos históricos, nosso ofício consiste em revelá-los, rastreá-los e, como afirma Michael de Certeau (1982), dar luto; portanto, fazer com que sejam conhecidos, reconhecidos, admitidos e reparados.

Este estudo está inserido em uma linha de produção acadêmica que tende a refletir sobre a presença africana e de seus descendentes no Brasil, pensando as diversas contribuições destes, voltando-nos a arquivos ainda não analisados e a produções que ainda entendem a história desses sujeitos históricos como estagnadas na escravidão e a ausência de diálogo com o cotidiano.

Nosso trabalho tem como limites sua originalidade visto que as fontes trabalhadas foram descobertas recentemente e não estão em posse do poder público, uma vez que faziam parte do material de estudo de Jácomo Mandato. Mandato levantou esse material através de transcrições feitas no Cartório de Registro da cidade e pelo fato de ter posse dos Livros de Notas dela. Além dessa documentação, o acervo possui outros materiais ainda não manuseados que precisam ser mais bem tratados física e intelectualmente, visto a riqueza que possuem. O presente estudo reconhece a importância e promove o trabalho realizado por esse memorialista, capaz de proporcionar outras produções e aprofundamentos sobre o tema.

Mesmo diante dessas limitações, pudemos desenvolver um caminho para as demais possibilidades de compreensão tanto de Itapira como das outras regiões ao redor que contribuem para sua constituição, uma vez que senhores de escravos mantinham considerável contato com as cidades vizinhas para conseguir sustentar o comércio de escravizados.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Memória do Sagrado como a religião acontece? In: *Memória do Sagrado: Estudos de religião e ritual*. Edições Paulinas, 1985.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-70.

VARIA

- COPPOS, Odette. *Congadas (Folclore)*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Pongetti, , 1971.
- _____. *Nasce a Congada N. S. do Rosário dos homens dos Prados*. Mafra-SC: Gráfica e Editora Nosde. 1978.
- _____. *O Livro do Negro de Itapira*. Itapira, Minas Editora, 1999.
- LEMOS FILHO, Arnaldo, *Os catolicismos brasileiros*. Campinas: Editora Alínea, 1980.
- MANDATO, Jácomo. A Escravidão em Itapira. *Tribuna de Itapira*, 07 mai. 2000. Sessão História Ilustrada de Itapira. MANDATO, Jácomo. *História Ilustrada de Itapira*. Vol. III; Everest. Vol. III, 2006.
- MANDATO, Jácomo. A comemoração da Abolição em Itapira. *Tribuna de Itapira*, 13 mai. 2001. Caderno de Domingo. MONSMA, Karl Martin. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

NECROPOLÍTICA: REPERCUSSÕES DO PENSAMENTO PÓS-COLONIAL NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO.

*Matheus Fidelis Ferreira Ventura*³⁵

*Francisco Pereira de Sousa*³⁶

Resumo: “Necropolítica”, termo cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe em seu livro homônimo de 2011, é a capacidade de escolha que o soberano possui em decidir entre quem vive e quem morre, com uma finalidade que concerne o interesse na promoção da morte de devidos grupos sociais (sejam eles definidos de acordo com sua etnia, gênero sexual ou classe). Retirando desses indivíduos seu *status* político, os soberanos encontram formas desumanas de eliminar os que eles julgam como “inimigos do Estado”. Com base no livro e autores supracitados, serão expostas questões sobre como esta “política da morte” se atrela em nossa atual esfera política e como se conceitualiza, através dela, uma sistematizada “indústria da morte”.

Palavra-chave: Filosofia Africana - Política - Necropolítica.

NECROPOLITICS: REPERCUSSIONS OF POST-COLONIAL THOUGHT IN THE CURRENT BRAZILIAN SCENARIO.

Abstract: “Necropolitics,” it’s a term created by the Cameroonian philosopher Achille Mbembe in his homonymous book from 2011, it is an ability of the Sovereign to choose to decide between who lives and who dies, with the objective satisfying his will or, still, for the death promotion of social groups (whether they are determined by their ethnicity, gender or class) by removing these individuals from their political status, sovereigns discover inhuman ways of eliminating those they deem as “enemies of the state”. Based on the book and author mentioned above, questions will be exposed on how this “death policy” is linked to the current Brazilian political sphere and how a systematized “death industry” is conceptualized through it.

Keywords: African Philosophy, Politics, Necropolitics.

Introdução

O movimento pós-colonial, surgido durante e após a luta pela independência das colônias britânicas e francesas, entre as décadas de 1950 e 1960, tornou-se atualmente uma ampla área de inovação intelectual e encontra no filósofo camaronês Achille Mbembe um dos seus destacados representantes. Mas, a face posterior à forma de governo colonial, enfatizada pelo pós-colonialismo, não se refere apenas àquela de rosto africano ou oriental (palestino), como retrata Mbembe, ela se direciona também a “nosotros”, latino-americanos, cujos povos foram vítimas de um processo de colonização cuja influência deletéria é visível até hoje. O latino, negro, indígena e pobre, seja de língua hispânica ou portuguesa, expulso para a periferia

³⁵ Discente do Curso de Filosofia da UFAL.

³⁶ Docente do Mestrado de Filosofia da UFAL.

das nossas cidades, é até hoje vítima de um poder “soberano” que o reprime e que tem poder de vida e morte sobre sua existência.

A expressão “soberania” tem como atributo a capacidade de decidir quem vive e quem morre, como é exposto na obra “Necropolítica”, pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. Essa decisão de quem são os desejados e os indesejados da sociedade é um atributo fundamental para a soberania. Achille Mbembe afirma que: “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”.³⁷ A afirmação de Mbembe concerne no exercício de controle da mortalidade que o soberano possui, definindo quem é útil e quem é descartável, de acordo com sua conveniência. Para Michel Foucault (1997), o biopoder é aquele que tem o domínio da vida sob o qual ele domina, mas como o biopoder pode legitimar a morte? Sob quais circunstâncias ele pode decidir quem vive e quem morre? Esse questionamento faz alusão de que quando se tem uma noção do que é o biopoder, é suficiente para entender as formas contemporâneas em que o político utiliza da guerra, da resistência e da luta contra o terrorismo, para conduzir a morte de seu inimigo como um objetivo primário, ou seja, a guerra se apresenta como um elemento favorável para, alcançando a soberania, poder exercer o direito de matar.

Política, Biopoder e Estado de exceção

Achille Mbembe, visando esclarecer essas questões, explora o conceito de biopoder, sua relação com as noções de soberania (*imperium*) e o estado de exceção:

A fim de responder a essas perguntas, este ensaio baseia-se no conceito de biopoder e explora sua relação com as noções de soberania (*imperium*) e o estado de exceção. Tal análise suscita uma série de perguntas empíricas e filosóficas, que eu gostaria de examinar brevemente.³⁸

O filósofo camaronês compreende que o conceito de estado de exceção tem sido frequentemente relacionado ao nazismo, totalitarismo e campos de concentração/extermínio. Mbembe descreve os campos da morte como uma metáfora central para a violência soberana e destrutiva, sendo o último sinal do poder absoluto do negativo. Podemos compreender como uma manifestação de poder absoluto para destruir: “Os campos da morte em particular tem sido interpretado de diversas maneiras, como a metáfora central para a violência soberana e destrutiva, e como o último sinal do poder absoluto do negativo”.³⁹

³⁷ MBEMBE. 2018, p. 5.

³⁸ Op. Cit., p. 7.

³⁹ Ibidem.

Vale salientar o fato de os ocupantes dos campos da morte serem desprovidos de status políticos, reduzindo-os a seus corpos biológicos, o campo é, para Giorgio Agamben, segundo Mbembe, "o lugar onde a mais absoluta *conditio inhumana* se realizou na terra"⁴⁰. Os atos mais desumanos da terra foram realizados nesses campos da morte. Na estrutura político-jurídica do campo, o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito e passa a se manter continuamente fora do estado normal de lei. O objetivo de Mbembe não é discutir apenas a singularidade dos campos de concentração, mas sim iniciar a ideia de que a modernidade esteve na origem de vários conceitos de soberania, e por isso está relacionada com a biopolítica. Para o autor camaronês, a crítica política contemporânea acabou por privilegiar as teorias normativas da democracia, tornando o conceito de razão um dos elementos mais importantes tanto do projeto da modernidade quanto do território da soberania.⁴¹ Dentro dessa compreensão, a expressão máxima da soberania, segundo Mbembe, é a produção de normas gerais por um corpo político composto por homens e mulheres livres "A partir dessa perspectiva, a expressão máxima da soberania é a produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres e iguais".⁴²

A política, segundo o filósofo camaronês, é definida duplamente como um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante a comunicação e reconhecimento, diferente da guerra onde não existe comunicação e reconhecimento, apenas disputas bélicas. A partir da distinção entre razão e desrazão, a crítica tardo-moderna vem sendo capaz de elaborar uma ideia de política, comunidade, sujeito e investigando o que abarca a vida plena, como alcançar, e nesse processo, transformar-se em agente plenamente moral. A razão é a verdade do sujeito e a política é o exercício da razão na esfera pública. Exercitando a razão, é equivalente ao exercício da verdade, um elemento-chave que constrói uma autonomia individual.

A preocupação do autor camaronês está relacionada às formas de soberania, a intenção não é a luta pela autonomia, mas "a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações".⁴³ A forma generalizada e especulativa de como a soberania elimina determinados grupos removendo seus "*status* políticos". Apesar de aparentar ser ações insanas, essas formas têm propriedades lógicas em seu sentido, não sendo uma expressão de ruptura dos impulsos e interesses do corpo e da mente, isso significa que suas

⁴⁰ Ibidem, p. 8.

⁴¹ Ibidem, p. 9.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem, p. 10-11.

formas são premeditadas e não impulsivas. As experiências contemporâneas de destruição humana nos mostram capazes de desenvolver as leituras da política, a soberania diferente da que herdamos dos filósofos da modernidade. Na argumentação de Mbembe, que relaciona a noção de biopoder de Foucault a dois conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio afirmando "examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar".⁴⁴ Não é apenas o poder do Estado que se refere e apela à uma exceção, emergência e um inimigo, contendo outros tipos de poderes existentes que utilizam desse tipo de poder. Na formulação de Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, o biopoder funciona como mediador na divisão de quem vive e quem morre. O controle do biopoder pressupõem uma distribuição das espécies humanas em grupos, e criando essa subdivisão forma um distanciamento entre esses subgrupos. Na maioria dos casos, determinadas classes não convivem nos mesmos círculos sociais. Tal divisão será rotulada por Foucault com uma palavra familiar, esse termo é rotulado como "racismo".

É inteiramente justificável, segundo Mbembe, que o racismo tem um lugar bastante proeminente na racionalidade própria do biopoder. Considerando mais que as ideologias de classe, a raça sempre teve uma sombra presente nos pensamentos e nas práticas políticas ocidentais, principalmente quando se tratava de criar uma imagem desumana dos estrangeiros para poder subjugá-los e dominá-los. Para Mbembe, "a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte".⁴⁵ Em termos foucaultianos, racismo é "acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder".⁴⁶ Em outras palavras, o racismo é o mecanismo que tem como objetivo a legitimidade do exercício do biopoder. Por exemplo, quando determinados grupos são atacados por ter determinadas etnias ou classes sociais, ou com intuito de equilibrar a economia do biopoder. O racismo cumpre o papel de regular a distribuição de morte, tornando possível as funções assassinas do Estado, para Foucault, essa é "a condição para a aceitabilidade do fazer morrer".⁴⁷

Biopoder presente nos Estados modernos e o Estado de exceção

Foucault também afirma que o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder estão presentes na forma que funcionam todos os Estados modernos, podendo aparecer como elemento constitutivo do poder do Estado na modernidade. Para o filósofo francês, o Estado

⁴⁴ Ibidem, p. 16-17.

⁴⁵ Ibidem, p. 18.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

nazista é o mais completo exemplo do Estado que exerce o direito de matar. Criando um inimigo político, organizando guerras contra seus adversários e ao mesmo tempo, expondo seus cidadãos às guerras, sendo o Estado Nazista visto como o Estado que abriu caminho para uma consolidação do direito de matar, culminando no projeto "solução final". O Estado Nazista era uma formação de poder que se caracterizava Estado racista, Estado assassino e Estado Suicida, em outras palavras, suas características eram segregar, matar e morrer pelo Estado.

Tomando um ponto de vista histórico, um determinado número de analistas argumentam que as premissas usadas pelos nazistas podem ser encontradas tanto no imperialismo colonial, como na serialização de mecanismos técnicos de condução das pessoas à morte, que foram desenvolvidos na Revolução Industrial e na Primeira Guerra Mundial. Segundo Enzo Traverso (2002)⁴⁸, as câmaras de gás e os fornos foram o resultado de um longo processo de desumanização e de industrialização da morte, onde as características originais estavam em integrar a racionalidade instrumental como a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército). Após mecanizada, esse processo de execução em série se transformou em algo puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Esse processo foi facilitado em partes pelos estereótipos racistas, que foi aflorado a partir de um racismo baseado em classes, utilizando dos conflitos sociais do mundo industrial, que comparou as classes trabalhadoras dos "desamparados pelo Estado" do mundo industrial com os "selvagens" do mundo colonial.

Para Mbembe, as ligações entre a modernidade e o terror provém de várias fontes, algumas delas herdadas do Antigo Regime. Dentro dessa perspectiva se criou uma tensão crítica entre a paixão do povo pelo sangue e vingança. É de conhecimento as longas procissões feitas antes da execução de um condenado. Também os rituais de desfiles que se tornaram características da violência popular, onde cabeças eram exibidas em estacas. A guilhotina na França marca o começo da "democratização" da legitimidade de matar os inimigos do Estado. Essas formas de execução eram estendidas da nobreza a todos os cidadãos. Nesse contexto, a decapitação é vista como menos humilhante que o enforcamento, ou seja, a inovação tecnológica não tinha apenas o intuito de "civilizar" os caminhos da morte, mas também eliminar um grande número de inimigos do estado em pouco espaço de tempo.

Para o Filósofo camaronês, qualquer relato histórico referente ao surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, pois a escravidão é considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Em vários aspectos, a estrutura de colonização e suas

⁴⁸ TRAVERSO. 2002.

consequências nos apresentam uma figura "emblemática e paradoxal do estado de exceção".⁴⁹ Sendo elas paradoxais por duas situações: Na primeira questão, analisando o contexto da colonização, Mbembe afirma "figura-se a natureza humana do escravo como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um "lar", dos direitos sobre seu próprio corpo e perda de *status* político".⁵⁰ Em outras palavras, a escravidão reduz os direitos e retira a autonomia do escravo, que está sujeito à qualquer ordem e desejo de seu soberano, podendo ser morto pela vontade do soberano. Essa perda tripla, citada por Mbembe, é equivalente a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social, onde o sujeito é desumanizado e expulso da humanidade em modo geral. A fazenda é o espaço onde o escravo é propriedade pertencente a um mestre. Não se configura uma comunidade, porque, a definição de comunidade implicaria em exercícios de expressão e de pensamento.

O escravo tem um preço como instrumento de trabalho, também tem um valor como propriedade. Seu trabalho é necessário e usado pelos soberanos. E por isso, os escravos são mantidos vivos, mas em "estado de injúrias" onde sofrem horrores, crueldades e profanidades. Segundo Mbembe, "O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo".⁵¹ Essas violências, como chicotadas ou até mesmo tirar a vida do escravo é um ato de capricho e pura destruição com o intuito de exercitar o terror. Por essa perspectiva, a vida de um escravo é, em muitos aspectos, uma forma de morte em vida.

Para Mbembe, a condição de escravo é a de um agente produtor de uma contradição entre liberdade de propriedade e liberdade da pessoa. Segundo ele,

Uma relação desigual é estabelecida junto com a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu dominador.⁵²

Em outras palavras, o escravo perde sua autonomia e seu direito sobre a própria vida se tornando propriedade do dominador que pode comercializar e explorar seu trabalho. Compreendendo que a vida do escravo é propriedade de outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma "sombra personificada".

⁴⁹ Op. Cit., p. 27.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem, p. 28.

⁵² Ibidem, p. 29-30.

Vale salientar que apesar desse terror e dessa reclusão do escravo, ele ou ela elaboram compreensões sobre o trabalho, sobre o tempo e sobre si mesmo. Sendo esse o segundo elemento paradoxal do mundo colonial como manifestação do estado de exceção. E apesar do escravo ser visto apenas como um instrumento de produção, ele é capaz de extrair quase qualquer objeto, instrumento, linguagem e relação humana e inclusive desenvolvê-la, rompendo sua condição expatriado e com o puro mundo das coisas, no qual ele é apenas um mero fragmento, sendo o escravo, capaz de demonstrar as capacidades poliformas das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que é supostamente propriedade do soberano. Podemos notar na colônia e sob o regime do *apartheid* que se instaura uma forma peculiar de terror.

A característica mais original da forma de terror é a harmonização do biopoder, do estado de exceção e do estado de sítio, sendo a raça um elemento importante para esse encadeamento. Mbembe afirma que sobretudo nos casos que a seleção de raças, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram experimentados inicialmente no mundo colonial. Por fim, não é de grande relevância que as tecnologias que culminaram no nazismo tenham sua origem na fazenda ou na colônia, ou que, pelo contrário, a tese foucaultiana, onde afirma que o nazismo apenas ampliou as formas usadas pelos imperialismo e o colonialismo.

Em suma, o direito do soberano de matar não está sob qualquer lei ou regra que possa impedi-lo de matar. Podendo matar como e quando quiser, sem qualquer forma de punição. Segundo Mbembe, a guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais, ou seja, não é uma atividade codificada legalmente. As guerras coloniais são promovidas através da hostilidade absoluta que coloca o conquistador contra um inimigo absoluto. Foi nas colônias que os europeus encontraram lugar para efetivar todas as manifestações de guerra e hostilidade imaginadas por eles. Tais manifestações e hostilidades executadas pelos europeus entram em colapso com a distinção entre "os fins da guerra" e os "meios de guerra", assim como a ficção de que uma guerra funciona como um combate submetido a regras, fazendo oposição ao puro massacre sem risco ou justificativa instrumental.

O Necropoder colonial

Segundo Mbembe, poderíamos pensar que essas ideias recém-desenvolvidas estão atreladas a um passado distante. As guerras imperiais tinham o objetivo de eliminar os poderes locais, sitiando o local com tropas e instaurando novos modelos de controle militar sobre a

população. Um grupo de auxílio local podia participar da gestão dos territórios conquistados, anexados ao Império. Dentro do império, as populações que eram derrotadas adquirem um *status* que cultivava sua espoliação. Junto a essa configuração, a violência se mostra elemento que constitui a forma original do direito, e a exceção afirma a estrutura da soberania.

O filósofo camaronês também afirma a "ocupação colonial" como uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico, elaborando sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa territorialização foi equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas, a classificação de pessoas de acordo com diferentes categorias, extração de recursos locais, e também, a produção de uma ampla reversa de imaginários culturais. Esse imaginário deu, em resumo, o exercício da soberania. O espaço afirmado por Mbembe é a matéria-prima da soberania e da violência que a sustentava. Soberania tem o significado de ocupação, e ocupação significa afastar o colonizado para uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto. A definição de soberania, para Mbembe, é a capacidade do conquistador de decidir quem é relevante e quem não é relevante, quem pode ser "descartável" e quem não "Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é "descartável" e quem não é."⁵³ A ocupação colonial tardia é diferente em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, em sua combinação disciplinar, biopolítica e necropolítica. A forma mais bem sucedida de necropoder, segundo o filósofo camaronês, é a ocupação colonial contemporânea da Palestina.

As consequências da violência colonial e a ocupação são emergidas implicitamente pelo sagrado terror da verdade e da exclusividade, ou seja, expulsões em massa, reassentamento de pessoas "apátridas" em campos refugiados e estabelecimento de novas colônias. A ocupação colonial tardia em Gaza e na Cisjordânia mostra três características principais que concerne ao funcionamento da formação específica do terror, chamado por Mbembe de necropoder. A primeira é a fragmentação territorial, o acesso proibido e a expansão de assentamentos. O objetivo dessa configuração é duplo: impossibilitar qualquer movimentação e a implementação da segregação à moda do Estado do *apartheid*. Com isso, os territórios ocupados são divididos em uma rede complexa de fronteiras internas e várias células isoladas. Citando Eyal Weizman⁵⁴, Mbembe afirma que partindo de uma divisão planar de um território e ao aderir um princípio da criação de limites tridimensionais por meio de "volumes" soberanos, a relação entre soberania e espaço se redefinem através da dispersão e da segmentação.

⁵³ Ibidem, p. 41.

⁵⁴ WEIZMAN. 2002.

De acordo com Weizman, "a peculiar organização do terreno que constitui a Cisjordânia criou múltiplas separações, limites provisórios que se relacionam mediante a vigilância e controle".⁵⁵ Essas circunstâncias, segundo Mbembe, tornam a ocupação colonial não equivalente só ao controle, vigia e separação, mas também à reclusão. Essa "ocupação fragmentada", tem características semelhantes ao urbanismo estilhaçado que é característico da modernidade tardia.

No caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. Essa combinação dos três elementos possibilita ao poder colonial a dominação absoluta dos habitantes do território ocupado. Como afirma Mbembe, o "estado de sítio" já é em si uma instituição militar. Permitindo uma modalidade de crime que não tem uma distinção entre o inimigo interno e externo. As populações são alvos do soberano. As vilas são assediadas, invadidas, cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano das pessoas dentro dela se torna militarizado. E é liberado aos comandantes os próprios critérios para decidir, dentro daquele local militarizado, em quem atirar e quando. Para se deslocar do local é necessário autorizações formais. As instituições civis do local são sistematicamente eliminadas. A população local é privada de seus meios de renda. As execuções a céu aberto se tornam algo ordinário e somam-se a elas matanças invisíveis.

A Necropolítica no cenário brasileiro

Podemos até pensar que algo tão absurdo e desumano como o necropoder está longe da nossa realidade, mas a necropolítica está bastante presente em nossas vidas, quando melhor observamos a guerra contra as drogas, por exemplo, são guerras travadas em zonas periféricas. Onde um grande número de pessoas morrem, muitas delas são inocentes, de determinadas etnias e determinadas classe sociais. O necropoder colonial no Brasil é algo evidente, quando compreendemos a história do Brasil, percebemos que na chegada dos europeus, civilizações nativas derrotadas em combates foram subjugadas, escravizadas, usurpadas e tiveram sua humanidade reduzida à animalidade. Estando à mercê dos soberanos que podiam praticar violência sem qualquer tipo de punição. E não só os nativos como os africanos derrotados, que eram transportados para o continente como mão de obra e propriedade dos conquistadores.

Uma das maiores atrocidades cometidas no mundo aconteceu no Brasil. Mais precisamente em Barbacena (Minas Gerais), apesar dos relatos viscerais sobre o hospital

⁵⁵ Op. Cit., p. 45.

colônia, sua história não tem a devida notoriedade, principalmente na época em que a reportagem “A sucursal do inferno” de Luiz Alfredo e José Franco foi publicada pela revista *O Cruzeiro* em 13 de maio de 1961: “O país se comoveu. A classe política fez barulho, os governantes fizeram promessas públicas pelo fim da desumanidade. Quando o calor da notícia abrandou, tudo continuou exatamente igual no hospício”.⁵⁶ Responsável por cerca de 60 mil mortes, o hospital colônia foi um manicômio que manteve suas atividades entre 1903 e 1980.

Para o psiquiatra italiano Franco Basaglia, que esteve no Hospital Colônia afirmou em uma coletiva que “Estive hoje num campo de concentração nazista. Em nenhum lugar do mundo presenciei uma tragédia como esta”.⁵⁷ De fato, o Hospital Colônia era um campo de concentração. Quando nos aprofundamos na história do manicômio e nas histórias de seus pacientes, percebemos que o hospital colônia servia como um local para despejo de indesejados da sociedade (pessoas de outros gênero sexuais, drogados, moradores de rua, pessoas sem documentação e pessoas com determinadas etnias). Como afirma Eliane Brum, citada por Arbex:

Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças.⁵⁸

Reduzindo seus status a “louco”, os responsáveis podem tirar a autonomia e os direitos daquelas pessoas. Muitas dessas pessoas não possuíam nenhum problema mental (acabavam por adquirir no local), entretanto, por serem pessoas que ameaçam a soberania de pessoas relevantes, são enviadas para o lugar onde muitos que passaram consideraram o inferno. A violência exercida no local era cotidiana, onde pacientes morriam por frio, fome, até mesmo por choque. Existem relatos de dias que as sessões de eletrochoques foram tão fortes que a sobrecarga derrubava a rede municipal. Como aponta o filósofo camaronês: “Violência, aqui, torna-se um componente de etiqueta, como dar chicotadas ou tirar a vida do escravo: um capricho ou um ato de pura destruição visando incutir o terror”.⁵⁹ Consequentemente, a violência no Hospital Colônia é um elemento crucial para o adestramento dos pacientes, mesmo

⁵⁶ ARBEX. 2019, p 177.

⁵⁷ Op. Cit., p. 16.

⁵⁸ Ibidem, p. 14.

⁵⁹ Op. Cit., p. 28-29.

que venha levar à morte de muitos dos pacientes, sem escrúpulos e sem qualquer tipo de penalidade.

Atualmente, no Brasil a necropolítica atua de diversas formas, seja na intervenção em pontos de usuário de drogas, como na Cracolândia, seja em zonas periféricas. Mas, essas ações possuem como característica uma popular frase que ganhou voz entre o próprio povo dessa nação “bandido bom é bandido morto”, em outras palavras, o indivíduo que está contra o Estado não é mais detentor de seus direitos políticos, podendo ser eliminado quando necessário pela força do Estado, que tem essa moral articulada para promover o exercício dessa soberania, como cita Mbembe:

(...) base em uma distinção entre razão e desrazão (paixão, fantasia) que a crítica tardo-moderna tem sido capaz de articular uma certa ideia de política, comunidade, sujeito – ou, mais fundamentalmente, do que abarca uma vida plena, de como alcançá-la e, nesse processo, tornar-se agente plenamente moral.⁶⁰

A trágica história da Guerra de Canudos é um reflexo de como a necropolítica se legitima dentro de nosso cenário para conservar a soberania. A guerra de Canudos foi um conflito armado que foi protagonizado pelo Exército Brasileiro e uma comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro no interior da Bahia durante os anos de 1896 e 1897. O conflito começou com um desentendimento entre os sertanejos e uma cidade vizinha, após a comunidade de Antônio Conselheiro comprar madeira da cidade vizinha. Após a reivindicação dos sertanejos pelas mercadorias que já haviam pagos, rolou um conflito, centenas de sertanejos e dezenas de policiais morreram. Após isso começou uma campanha do exército, com o apoio de várias pessoas, por achar que aquele pessoal era uma ameaça à soberania brasileira. Para um melhor entendimento da dimensão dessa comunidade. Era uma comunidade com mais de 20 mil habitantes, que mesmo sendo uma comunidade que se localizava no deserto, tornou-se auto-sustentável e não compactuava com as ideias políticas que representavam a soberania da época.

A forma como todo o evento se deu durante esses dois anos tem que ser lembrada sempre, para mostrar como o aval da própria população pode legalizar o genocídio de 20 mil pessoas, a fim de eliminar os inimigos daquele Estado. O que aconteceu em canudos não foi uma guerra, foi um extermínio de toda uma população por supostamente ameaçar a soberania nacional. Como o autor de *Os sertões* (1984) bem afirma: “Aquele campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo”.⁶¹ Não podemos esquecer casos como esse, pois é neles que podemos ver as injustiças cometidas pela

⁶⁰ Ibidem, p. 9.

⁶¹ CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984. p 1.

própria política com a aprovação da população, utilizando da falácia de que para conservar a soberania do Estado precisa eliminar biofísicamente indivíduos que muitas vezes são apenas pessoas sem representatividade, que são alvejadas por ter determinadas classes, etnias ou gêneros.

Outro caso recente e que vale salientar é o caso da comemoração pelo abate de um sequestrador de ônibus na Ponte Niterói no Rio de Janeiro, no dia 20 de agosto de 2019 (AMORIM, 2019)⁶², Willian Augusto da Silva levou seis tiros durante a negociação com a polícia. Esse caso se mostra curioso, principalmente pelo fato das pessoas que assistiam comemorarem a morte desse “inimigo do estado”, onde o atirador de elite tem legitimidade para abater o criminoso, no momento em que um indivíduo político vai contra o Estado. A necropolítica promove a redução de seu *status* político para poder promover a morte desse indivíduo. Assim como afirma o filósofo camaronês:

Na realidade, as ligações entre a modernidade e o terror provêm de várias fontes. Algumas são identificáveis nas práticas políticas do Antigo Regime. A partir dessa perspectiva, a tensão entre a paixão do público por sangue e as noções de justiça e vingança é crítica.⁶³

Essas práticas políticas provêm do Antigo Regime, o público que assiste comemora a morte desse inimigo por vê-lo como apenas um criminoso, acreditando que a justiça é a promoção de sua eliminação biofísica.

Estatisticamente, no Brasil, o maior número de assassinatos estão ligados a determinadas etnias e classes sociais, onde muitos deles são promovidos pela guerra antidrogas. Casos famosos, como as intervenções em periferias, que são realizadas com o apoio de determinados subgrupos que pelo fato de serem segregados de outros, sua eliminação é a solução para o problema de violência, onde, ironicamente, a violência se combate com mais violência. A operação policial no Complexo do Alemão em 2007, no Rio de Janeiro, realizada pela Polícia Militar, Polícia Federal além de soldados do Exército brasileiro e a Força Nacional de Segurança Pública é um exemplo evidente da promoção de guerra, onde as autoridades adquirem legitimidade para abater civis considerados “inimigos do estado”:

Eles também acreditam que é possível distinguir entre o “erro” do cidadão e o “crime” do contrarrevolucionário na esfera política. Assim, o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errante de

⁶² AMORIM, D. *Confirma a cronologia do sequestro de passageiros de ônibus na Ponte Rio- Niterói*. O Globo, Rio de Janeiro.

⁶³ Op. Cit., p. 20-21.

VARIA

criar um espaço em que o “erro” seria reduzido, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado.⁶⁴

Com base nessa distinção entre o “erro” do cidadão e o “crime”, a necropolítica promove o exercício de matar, o que causa a morte não só dos inimigos, como de pessoas inocentes que moram nos locais onde essas guerras são promovidas. Caso semelhante é o do Massacre do Carandiru, um massacre ocorrido no dia 2 de outubro de 1992 no estado de São Paulo, promovido após uma intervenção militar para conter uma rebelião no presídio, que culminou nos assassinatos de 111 detentos. Após uma briga entre presos durante uma partida de futebol, se iniciou rebelião, a intervenção policial liderada por Ubiratan Guimarães na prisão teve como justificativa acalmar a rebelião. Como resultado dessa intervenção, o exercício de matar foi instaurado naquele momento, e as autoridades promoveram uma chacina no local.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi apresentar o conceito de “necropolítica”, fundamentado pelo filósofo Achille Mbembe, demonstrando as formas de subjugação na modernidade e no período colonial e pós-colonial, e a relação que tais formas de subjugação possuem com o atual cenário político brasileiro; cenário político esse que a cada dia se mostra mais autoritário, corrupto e “soberano”. Onde temos exemplos de políticos que, em rede nacional, homenageiam torturadores do período da nossa história recente de ditadura militar, em sessão de votação no congresso, ou seja, exemplos de políticos que comemoram o abate de inimigos do Estado, dando ênfase à intolerância, opressão e promoção da eliminação biofísica do pensamento divergente.

Ao analisarmos os conceitos filosóficos de Mbembe, percebemos como a necropolítica está explicitamente presente em nossa história, desde o período colonial até os momentos atuais, o poder soberano - não apenas do Estado, como também de organizações detentoras de poder monetário e político - promoveu e legitimou a morte de inúmeras pessoas com o intuito de praticar o exercício da morte sem nenhum tipo de punição e assim se firmar no poder sem ameaças à sua soberania. Por fim, concluímos que o pensamento político do filósofo camaronês é bastante coincidente com os modos instaurados da necropolítica promovida na atual esfera política brasileira; visto que a sustentação dessa afirmação não está baseada apenas em preceitos

⁶⁴ Ibidem., p. 23.

teóricos, a prática dessa política da morte está inserida na história não só do Brasil, como do mundo inteiro.

Referências:

- AGAMBEN, G. *Moyens sans fins: notes sur la politique*. Paris: Payot & Rivages, 1995.
- AMORIM, D. *Confira a cronologia do sequestro de passageiros de ônibus na Ponte Rio- Niterói*. O Globo, Rio de Janeiro, 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/confira-cronologia-do-sequestro-de-passageiros-de-onibus-na-ponte-rio-niteroi-23890367>>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- CAMARGO, H. *Como foi o massacre do Carandiru? Quase 35 anos depois, o massacre no pavilhão 9 ainda causa controvérsias*. Abril. São Paulo, 04 abr. 2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/como-foi-o-massacre-do-carandiru/>>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).
- FILHO, A. FILHO, F. V. *O que acontece no morro do Alemão*. Isto é. Rio de Janeiro, 4 de julho de 2007. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20070715041729/http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/1966/artigo54342-1.htm>> . Acesso em: 03 jun. 2021.
- FOUCAULT, M. *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York: Pantheon, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. 10ª Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GRANATO, F. *Carandiru, que faria cem anos, foi de prisão modelo a palco de massacre*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 21 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/carandiru-que-faria-cem-anos-foi-de-prisao-modelo-a-palco-de-massacre.shtml>>. Acesso em: 02 jun. 2021.
- HILÁRIO, L. C. CUNHA, E. L. *Michel Foucault e a Escola de Frankfurt: Reflexões a Partir da Obra Crítica do Poder, de Axel Honneth*. Trans/Form/Ação, Marília, v. 35, n. 3, p. 157-188. Sergipe: Scielo, 2012.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- TRAVERSO, E. *La violence nazie: une généalogie européenne*. Paris: La Fabrique Editions, 2002.
- WEIZMAN, E. *The politics of verticality*. open-Democracy <http://tinyurl.com/yclqxca> (publicação online em www.openDemocracy.net), 25 abr. 2002.

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA PREDIÇÃO PREDIZENDO A PREDIÇÃO

Artur Domingues⁶⁵

Resumo: O presente artigo tem como objetivo elucidar e lançar luz sobre a questão do capitalismo de vigilância, definido pela autora Shoshana Zuboff. Em vistas disso, analisar como essa nova ordem econômica reivindica a experiência humana como fonte de matéria prima para conduzir seus negócios; bem como esboçar como as grandes empresas de tecnologia têm lucrado e expandido suas fontes de receita através da extração dos dados, gerados através das interações entre aparatos e usuários. Ademais, visa refletir acerca das possibilidades desses avanços para então buscar novos caminhos que circundem essa nova ordem econômica vigente, que tem na vigilância constante seu pilar, para uma direção que não reduza a humanidade a meros usuários cujas experiências são limitadas e modificadas a fim de atender demandas mercadológicas de comportamento futuro, possíveis graças aos imperativos de predição.

Palavras-chave: Capitalismo de Vigilância; Comportamento Futuro; Extração de Dados; Predição; Perfis de Usuário.

SURVEILLANCE CAPITALISM AND THE SOCIAL IMPLICATIONS PREDICTING THE PREDICTION

Abstract: This article aims to elucidate and shed light on the issue of surveillance capitalism, defined by Shoshana Zuboff. So, it must analyze how this new economic order claims the human experience as a source of base material to conduct its business; as well as outline how large technology companies have profited and expanded their revenue sources by extracting data, generated through interactions between devices and users. Therefore, it aims to reflect on the possibilities of these advances and then seek new paths that surround this current new economic order, which has in constant surveillance its pillar, for a direction that does not reduce humanity to mere users whose experiences are limited and modified to attend market demands of future behavior, because of prediction imperatives.

Keywords: Surveillance Capitalism; Future Behavior; Data Extraction; Prediction; User Profiles.

Introdução

O presente artigo é construído de forma a ser tanto uma análise dos aspectos que compõem um novo modo de produção de capital, quanto um ensaio sobre as implicações sociais do *capitalismo de vigilância*, registrando tentativas de antever de que forma esse fenômeno continuará a moldar a sociedade, sendo o aspecto econômico o de maior peso e maior influência.

Posto isso, a autora Shoshana Zuboff, em sua obra intitulada *A era do capitalismo de vigilância* (2020), faz um mergulho profundo nessa nova ordem econômica, denunciando os aspectos dessa nova produção de capital gerida pelas *big techs*, seu fortalecimento, seus objetivos e em como estas pretendem continuar a orquestrar o sistema econômico de forma a manter-se no poder, prevendo e moldando o futuro.

⁶⁵ Graduando em Filosofia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO.

Embora a construção do texto acaba por criar uma atmosfera apocalíptica, de fato, normalmente é assim que as novas tecnologias são anunciadas e inseridas na sociedade. Elas não existem para além do seu tempo, sendo o seu tempo o responsável por colocar tais práticas de acordo com seu ordenamento, assim como a televisão e o rádio⁶⁶, que serviram para propaganda, adequando-se aos mais diferentes momentos políticos e os revolucionaram. Assim como o fordismo foi para a indústria, esse novo modo de produção de capital não será diferente: será capaz de expandir o que existe e estabelecer novas práticas não antevistas, mas que com um olhar mais atento, será possível vislumbrar ao menos um esboço de possibilidades.

Mas, afinal, o que é capitalismo de vigilância? Zuboff o define no início de sua obra por meio de verbetes de um dicionário para que sejam consultados. Nos ateremos a quatro definições dentre as oito propostas por ela:

1. Uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas;
2. Uma lógica econômica parasítica na qual a produção de bens e serviços é subordinada a uma nova arquitetura global de modificação de comportamento; (...)
4. a estrutura que serve de base para a economia de vigilância;
5. Uma ameaça tão significativa para a natureza no século XXI quanto foi o capitalismo industrial para o mundo natural nos séculos XIX e XX (.). (ZUBOFF, 2020, p.7)

Partindo do pressuposto de que há um comum acordo que vivemos em uma sociedade capitalista, o capitalismo de vigilância inaugura uma nova forma de produzir capital a partir da predição de comportamentos e da criação de mercados futuros da experiência humana.

Novo modo de produção

Dado o exposto acima, assim como Ford inaugurou a esteira de produção em massa⁶⁷, possibilitando ao capital expandir suas receitas, as *big techs*, como são conhecidas as grandes empresas do ramo de tecnologia, por sua vez, conseguiram estabelecer um novo modo de produzir capital através da extração de valor da própria esfera de experiência humana. De tais empresas, surgidas a maioria no epicentro do capitalismo financeiro especulativo do Vale do Silício, as mais famosas e mais consolidadas são a *Google*, *Apple*, *Facebook*, *Amazon* e *Microsoft*, denominadas GAFAM⁶⁸ e são responsáveis por basicamente toda a estrutura digital ao redor do planeta, gerindo a maior porcentagem do mercado de dados global.

⁶⁶ JURNO, 2021, p. 47.

⁶⁷ ZUBOFF, 2020, p. 105.

⁶⁸ Ibidem, p. 34.

Essas empresas controlam a maior parte dos dados digitais na internet, e mesmo não sendo as únicas, basicamente gerem todas as outras, uma vez que há uma carência de infraestrutura física – detalhe esse que não será visto nesse artigo, mas ressalvo que é de suma importância para a estrutura de vigilância, pois na ausência da capacidade de estabelecer uma infraestrutura devido ao alto custo de funcionamento, estabelecimento e manutenção, essas empresas que se consolidaram permitem que outras empresas utilizem parte dessa infraestrutura para hospedar seus sites, lojas etc. em seus servidores, e ao alugar a capacidade física no mundo real faz com que os dados provenientes dessas empresas passem pelas suas estruturas.

Dito isso, a grande questão consiste em como esse modo de produção de capital baseado na vigilância funciona e o que faz dele de fato algo inovador, temerário e, portanto, digno de ser considerado um marco do desenvolvimento capitalista.

Primeiramente, é preciso entender qual é o ativo principal do capitalismo de vigilância: os dados, gerados pela interação do usuário na internet ou através dos aparatos como *smartphones*, computadores, GPS, assistentes virtuais, aparelhos de casa interativa, entre outros⁶⁹. Tal fluxo de interação gera uma massiva quantidade de dados, chamados de *big datas*, que, uma vez estruturada, abastece sistemas de aprendizagem de *machine learning*, capazes de extrair o máximo de informações e garantir inteligibilidade a esse fluxo informacional. Uma vez abastecidas, essas máquinas *aprendem*⁷⁰ e, ao aprenderem, seu algoritmo permite a refinação cada vez melhor sobre aquilo que se tem interesse em minerar ou extrair. Segundo Zuboff:

Essas operações de inteligência de máquina convertem matéria prima nos altamente lucrativos produtos algorítmicos criados para prever o comportamento dos usuários. A inescrutabilidade e exclusividade dessas técnicas são o fosso que cerca o castelo e assegura a atividade no seu interior. (ZUBOFF, 2020, p. 83)

Esses dados não existem na natureza, não se encontram em outro lugar senão nas interações dos usuários com os dispositivos tecnológicos ou aparatos. Esses dados gerados acabam se tornando o ativo principal⁷¹ desse novo sistema econômico, que tem como objetivo a maior captação de dados para abastecer as *machine learning* e assim consecutivamente. Então os dados nada mais são do que as informações geradas sobre os usuários, fornecidas pelos

⁶⁹ Ibidem, p. 235.

⁷⁰ O uso da palavra “aprender” pode gerar a ideia de que as máquinas possuem uma inteligência natural, uma capacidade inata, quando na verdade a sua capacidade de refino de dados trata-se da sua programação, do seu algoritmo, ou seja, de seguir uma série de comandos inseridos em seu código de programação por uma *pessoa*. Portanto, o uso da palavra “aprender” diz respeito ao processo de retroalimentação entre programador-máquina e máquina-usuário e não a uma faculdade *subjéctiva ou autónoma* dos aparelhos.

⁷¹ SILVEIRA, 2021, p. 37.

próprios usuários através de suas interações e dos fluxos relacionais entre a tecnologia e sua utilização na esfera da vida cotidiana, sendo coletados e transformados em ativos por esse novo sistema econômico.

Assim como os sistemas econômicos vêm se sobrepor de forma não a eliminar o anterior, mas a absorver e assimilar para tomar o lugar de prioridade, tal como foi a transição da agricultura para a indústria, e desta forma será da indústria para o sistema de informação: uma vez que a agricultura se industrializou, a indústria se informará com a implementação de sua eficácia dentro da lógica capitalista de redução de custos e aumento do lucro, minimizando a *incerteza*. Para Zuboff:

Em outras palavras, o Google não faria mais mineração de dados comportamentais estritamente para melhorar o serviço para seus usuários, e sim para ler as mentes destes a fim de combinar anúncios com seus interesses (...). Com o acesso exclusivo do Google aos dados comportamentais, seria possível então saber o que um indivíduo específico, num tempo e espaço específico, estava pensando, sentindo e fazendo. (ZUBOFF, 2020, p. 97)

Todo esse processo é resultado de uma lógica econômica que reconheceu nesses dados, potencial para se extrair o valor do fluxo informacional gerado pela interação dos usuários com os aparatos tecnológicos⁷². Os aparatos podem ser compreendidos como todo meio de tecnologia informacional disponível objetiva ou não de interação do usuário com os mais diversos dispositivos, seja um buscador, o telefone, computador, assistentes como a Alexa ou Siri, plataformas como Uber, Netflix, redes sociais e etc. Pois muitos são as formas de interação na vida cotidiana dos usuários, e a pioneira nesse processo foi a *Google*, ao perceber uma dinâmica de interação do usuário com os aparatos por meio do buscador e traçar perfis desses usuários e de suas interações. Ainda segundo a autora:

A atividade no mundo real é compilada, de forma contínua, a partir de celulares, carros (...) e devolvida ao reino digital, onde encontra uma nova vida como dados prontos para serem transformados em previsões, tudo isso preenchendo as páginas em expansão (...). (ZUBOFF, 2020, p. 235)

Então as empresas perceberam que os usuários, ao interagirem com os aparatos, produzem informações sobre si mesmos, transcrevem suas vontades, seus interesses, aquilo que desejam, e, caso as empresas conseguissem personalizar esses perfis a partir de modificação comportamental, condicionando ou fazendo sugestões, com construção de *perfis*, que passariam a ser únicos de cada usuário, poderiam utilizar tais informações armazenadas em grandes bancos de dados para produzir mais novas fontes de receita.

⁷² ZUBOFF, op. cit., p. 235.

O novo petróleo

Duas coisas importantes: a primeira foi que o domínio dessas informações foi chamado de *new oil*⁷³ ou novo petróleo, que demonstra como a descoberta, expansão e utilização dessa informação de vigilância foi reconhecidamente impactante; e a segunda é a noção de “gratuidade” que há nessa relação entre usuário e aparatos na maior parte das vezes.

Há uma afirmação de senso comum, no sentido de que circula livre de reflexão, que possui sentido, mas não é verdadeira em todo seu aspecto: “Se você não paga pelo produto, logo, o produto é você”, que se deve ao fato de o usuário não pagar pelo produto, então ele seria o produto. Porém Zuboff demonstra que tal afirmação está equivocada⁷⁴, visto que, na verdade, o processo de extração e mineração das nossas interações são vendidas aos verdadeiros clientes: os compradores de espaço nessas redes de interação pagam pela publicidade personalizada provenientes desse processo – publicidade resultante da fonte primária de recursos extraídos, analisados, minerados, refinados e vendidos às grandes empresas: os dados.

Ou seja, o usuário não é o produto! O produto são suas interações mineradas, refinadas e enriquecidas que têm como expectativa diminuir a incerteza da venda ao casar um anunciante com seu comprador. De acordo com Zuboff (2020, p. 108): “na nova operação, os usuários não eram mais fins em si mesmo, mas tornaram-se meios para fins de outros”.

Uma vez entendido que a experiência humana transformada em dados através da interação entre o usuário e os aparatos é matéria prima, fonte de receita, como um meio para o fim dos outros, percebe-se que na lógica do capitalismo de *maximização dos lucros e minimização das incertezas*, vender produtos específicos a usuários com perfis compatíveis com as vendas ajuda a minimizar não apenas a incerteza mercadológica, como permite aumentar a especulação das vendas em mercados futuros, fazendo com que o modelo de mercado de comportamentos futuros venha a ser cada vez mais experimentado como uma certeza de escoamento de produtos, com uma precisão nunca antes vista, tanto quanto a qualidade de material minerado.

Por conseguinte, grande parte desses dados não são obtidos de tão livre bom grado, mas sim extraídos graças a uma total ausência de transparência dessas empresas para obtenção desses dados. Um exemplo disso são os *Facebook Files*, mostrando como a empresa tinha noção de uma série de conjunturas para obtenção de dados e de como utilizou esses UPI (*User Profile*

⁷³ SILVEIRA, op. cit., p. 34.

⁷⁴ ZUBOFF, op. cit., pp. 114-22.

Information)⁷⁵ para modificar ou condicionar determinadas atitudes. Outro exemplo é de como a *Google*, através do *Street View*, acessou a internet nas casas das pessoas sem autorização e também obteve dados privados dos correios eletrônicos de usuários do *Gmail*⁷⁶.

E é através da modificação e do condicionamento que as receitas provenientes do capitalismo de vigilância vêm se tornando cada vez mais vantajosas às empresas, e, por sua vez, as empresas se “plataformizam” em conformidade a essa nova realidade capitalista.

Estamos em todos os lugares

Quando se trata desse fenômeno, estamos falando de um modelo econômico com alta taxa de lucratividade baseada em modificação comportamental e condicional para que os clientes dessas *big techs* fiquem satisfeitos, enquanto o usuário tem a sua experiência reduzida à fonte primária a ser extraída e à de consumidor final desse processo – uma *arquitetura da extração*⁷⁷.

Deste modo, esse novo mercado e seu novo modelo de negócios baseados em mercados de comportamento futuros, são construídos através de imperativos de predição, isto é, a capacidade de conseguir prever exatamente em tempo real o que os usuários estão suscetíveis. Isso só é possível graças a uma conexão em tempo real das coisas com o usuário e a captação de dados sem o respeito à privacidade. Na verdade, existe a capacidade de no mundo digital coisas antagônicas existirem em paralelo sem que seja um paradoxo ou que crie um descompasso ou mesmo assimetria ao ser contraditório, no que tange às noções de público e privado⁷⁸, que se misturam e coabitam no mesmo lugar nas redes de internet global.

Essa vigilância constante, que gera *big datas* e abastece *machine learning*, só é possível pela forma com a qual essas empresas operam, sem transparência e com uma ausência de leis regulamentares, quando não leis que acabam por permitir um avanço maior no processo que devora a privacidade e permite a receita de vigilância se embrenhar. Tal como acontece com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que permitiu aos bancos captarem e compartilharem informações pessoais entre si e, em contrapartida, não possibilitou ao cliente direito à privacidade de seus dados biométricos ou faciais como uma resposta à possibilidade de evitar fraudes. Dessa forma, o cliente do banco x tem seus dados existindo em diversos bancos, mesmo que ele nunca tenha entrado em contato. O mesmo ocorre com práticas ilegais do tipo que

⁷⁵ Ibidem, pp. 97-101.

⁷⁶ ZUBOFF. 2018 (2015), p. 34.

⁷⁷ Cf. Idem, op. cit., p. 235.

⁷⁸ SIBILIA, 2018, p. 207.

concedem descontos em troca da utilização de cadastros em farmácias, mercados, lojas de conveniência – tais setores menores já sabem da possibilidade da venda de dados e dos custos e lucros eventuais desse processo, uma vez que esses dados podem ser vendidos ou disponibilizados e reutilizados para enriquecer as UPI (*Unified Payments Interface*) das *big techs*.

Luz no fim do túnel?

Não apenas Zuboff, mas muitos autores convergem para o fato de que esse novo tipo de sociedade em construção é um risco enorme à democracia, pois não há um limite das práticas éticas e morais na esfera digital e corrobora para atender todas as demandas do mercado independente dos *custos sociais*.

Com isto, todo exercício de antever e propor possíveis soluções e procurar perceber por onde cada vez mais esse tipo de lógica irá se expandir é um jogo de tentativa e erro, mas que não pode deixar de ser feito, pois não se trata de ser um vidente, mas de deixar registrado as possibilidades com os dados atuais postos. Embora todas as possibilidades ensaísticas aqui passem pelas questões econômicas e políticas, esses dois aspectos talvez sejam atualmente os mais relevantes, tendo em vista que dizem respeito ao compartilhamento do mundo comum, ou de uma mesma realidade a ser compartilhada e vivida com outros indivíduos.

Esse mundo comum da democracia, que cada vez mais se vê reduzido, esgaçado e abandonado, não é um acidente de utilização das redes sociais como meio de comunicação, mas fruto de uma escolha algorítmica cotidiana de todos os envolvidos. Não há bolhas nas redes sociais acidentalmente, uma vez que aquilo que decide o que irá aparecer na sua tela é calculado por um algoritmo, que só conhece seu padrão de busca indexado e é retroalimentado pelo usuário por aquilo que consegue prender a sua atenção na tela, graças aos imperativos de predição.

Logo, seu tempo de uso de determinado aparato e o uso que se faz dele, aqueles que desejam ver determinados conteúdos de cunho político específico serão sempre direcionados para esse perfil. Dessa forma, as bolhas geradas são algorítmicamente controladas, e, portanto, feitas para serem assim, na própria essência da construção dos perfis de usuário UPI.

O problema é que as democracias necessitam do compartilhamento de um mundo comum, uma realidade comum, enquanto no mundo digital é possível ser paradoxal e categorias contrárias coabitarem, mas não dialogarem entre si, e o mesmo não pode se dizer do tecido social, uma vez que ele é estabelecido pelo eco, ressonância e *diálogo* daqueles que vivem em sociedade, ao contrário do uníssono algorítmico desse novo modo de produção capitalista.

Visto que ele reconhece que o fornecimento de matéria prima necessária à própria experiência humana, toda sua arquitetura estará voltada para melhorar e implementar formas mais eficazes de extrair o máximo de informação, com o máximo de qualidade e a junção da arquitetura de extração e a arquitetura de ação⁷⁹, minerar e condicionar no mundo real tal fluxo informacional como forma de gerar receita e valorizar seus ativos. E, para tanto, não faltarão discursos que mostrem como abdicar da própria privacidade traz benefícios muito maiores do que os malefícios que possam ser causados pela sua ausência, até porque essas empresas só funcionam enquanto continuam a poder vigiar constantemente seus usuários. Por exemplo, o mundo passa atualmente pela ESG (*Environmental, Social and Governance*):

Segundo o Google Trends, ferramenta que mostra o volume de buscas sobre um termo no Google, o interesse pelo ESG atingiu, em 2021, seu nível mais alto em 16 anos. A procura foi quatro vezes maior que a média do ano passado e 13 vezes superior à de 2019. (BETHÔNICO, 2021)

Isto posto, o buscador do *Google* aparece sempre com indicativos de como está determinada discussão, pois a sua arquitetura de vigilância funciona assim: contanto que a discussão ocorra e gere engajamento, ela continuará a ser repassada algoritmicamente aos usuários, para que engajem negativa ou positivamente e tornem os espaços para propagandas mais caros, que é o objetivo principal. Então não basta mais passar pelas ESG, pois é necessário, como proposto, observar toda cadeia de produção-consumo⁸⁰, e, nesse processo, o algoritmo matemático se imiscuiu através de um mito de objetividade⁸¹, servindo de veículo para carregar ideologias e todo tipo de preconceito humano possível.

Destarte, há um grande interesse dessas empresas pelo ramo da educação. Afinal de contas, estamos falando da possibilidade da construção de perfis de usuários desde antes de eles possuírem um poder de compra real, mas que já estão sendo negociados em mercados futuros. Com a lógica da vigilância, estamos falando de dados gerados sobre alunos, sobre desempenhos escolares, de auxílio a grandes empresas do ramo de educação anteverem quantos alunos irão passar, quantos irão pagar e quantos ficarão inadimplentes antes mesmo de que esses alunos façam os vestibulares com base nos dados produzidos. Esse é só um exemplo entre os mais variados do novo tipo de mercado capaz de gerar mais receita, além dos farmacêuticos, seguros de carro, casa, vida, celular etc.

⁷⁹ ZUBOFF, 2018 (2015), p. 235.

⁸⁰ GROHMANN, 2021, p. 46.

⁸¹ JURNO, op. cit., p. 48.

Predizendo a predição

Embora não exista transparência e há resistência das empresas de tecnologia a explicar seu funcionamento, não há uma ausência total de experiência com novas tecnologias. Quando o rádio, a televisão e mesmo o cinema surgiram foram rapidamente empregados como veículos de propagandas a serviço de governos autoritários e democracias demagógicas no século passado, como seguiu a Segunda Grande Guerra e, após seu término, o período da Guerra Fria, com ambos os lados veiculando somente seus pontos de vista e que, por mais que possa ser criticado, havia um mito de imparcialidade ao veicular informações.

O que se quer estabelecer é a premissa de que, mesmo que não tenhamos experiência necessária com determinado elemento ainda, há uma proximidade com outros que permitem ver as limitações tanto dos elementos anteriores quanto dos atuais. Assim como ocorreu de forma devagar e gradativa a regulação das mídias anteriores, a responsabilização por aquilo que seria veiculado e a construção de legislações contundentes, da mesma maneira poderá acontecer com as tecnologias atuais, e o que sobra é quanto tempo esperamos e qual o tamanho do estrago até que isso venha a acontecer.

Faz-se necessário pautar o debate interdisciplinarmente entre as áreas de tecnologia e as ciências humanas, promover debates constantes acerca do *inevitabilismo*⁸² e de como esse novo modo de produção existe somente porque foi feito para ser assim e qual o caminho desejamos seguir. Ademais, deve-se reinserir no debate público embates reflexivos de forma constante e consciente desse novo processo e demonstrar a necessidade de regulamentação e estabelecimento de limites.

Portanto, podemos utilizar das ferramentas próprias desse novo sistema para indexar suas próximas transformações, seguir *telemetricamente*⁸³ suas rotas no planeta, contribuir com o máximo de informações claras e precisas sobre como essa nova arquitetura pode ser perniciososa, mas que essa foi uma escolha humana, e, por isso, é humanamente possível responder a ela.

Dado isto, a necessidade de formar comunicadores, uma vez que há novos papéis para serem desempenhados em sociedade, papéis esses que já vêm sendo bem-feitos por pessoas comprometidas em levar informação de forma independente, mas que carece de mais indivíduos engajados, pois sobra espaço nos meios de comunicações atuais para engajamento do filósofo em construir uma ponte entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular. Outrossim,

⁸² ZUBOFF, op. cit., p. 256.

⁸³ ZUBOFF, op. cit., p. 237.

é preciso mostrar o caminho da reflexão acerca de um novo processo que adentra o planeta e o potencial de tal transformação, pois se o algoritmo é capaz de interceder com os perfis do usuário para propagar as informações, cabe ao comunicador construir um caminho para que a discussão venha a ser pautada pela reflexão de um *mundo comum*.

Entretanto, isso por si só não é suficiente se não vier acompanhado de pautas públicas e regulamentações legislativas acerca das plataformas, da reconstrução da confiança dos indivíduos com o estado e com as dinâmicas econômicas, e da construção de um mundo comum e plural.

Referências bibliográficas

- BETHÔNICO, Thiago. Entenda o que é ESG e por que a sigla virou febre no mundo dos negócios. *Folha de S. Paulo*, Belo Horizonte. 26 de jun. de 2021. Disponível em: <[Entenda o que é ESG e por que a sigla virou febre no mundo dos negócios - 26/06/2021 - Mercado - Folha \(uol.com.br\)](#)>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- GROHMANN, Rafael. Trabalho plataformizado e luta de classes. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 36, pp. 40-46, abr. 2021.
- JURNO, Amanda Chevtchouk. Plataformas, algoritmos e moldagem de interesses. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 36, pp. 47-53, abr. 2021.
- SIBILIA, Paula. Você é o que o Google diz que você é: a vida editável, entre controle e espetáculo. In: BRUNO, Fernanda et. al. (orgs.). *Tecnopolíticas da Vigilância: Perspectivas da Margem*, São Paulo: Boitempo, 2018, pp. 199-216.
- SILVEIRA, Sergio Amadeu. O mercado de dados e o intelecto geral. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 36, pp. 32-39, abr. 2021.
- ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- _____. *Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. In: BRUNO, Fernanda et. al. (orgs.). *Tecnopolíticas da Vigilância: Perspectivas da Margem*, São Paulo: Boitempo, 2018, pp. 17-68.

MORTE E LUTO NA ESCOLA: COMO LIDAR COM ESSA REALIDADE PÓS- PANDEMIA

Gleucimar Romana Faria⁸⁴

Resumo: Este trabalho tem como pressuposto apresentar a importância de se discutir e trabalhar o tema da morte e do luto na escola, tendo, como fator relevante, o contexto atual gerado pela pandemia do coronavírus- COVID 19. O foco principal desta pesquisa é apresentar possibilidades teóricas e práticas para a lida da questão, bem como instrumentalizar os gestores escolares para que, juntamente com os seus professores, possam abordar o tema da morte e do luto com naturalidade e de acordo com as orientações dos estudiosos da temática na área da psicopedagogia. A realização desta pesquisa, na atual conjuntura mundial, é de grande importância, pois oportuniza, aos educadores, proporcionar atividades e práticas que permitam que seus alunos falem sobre os seus sentimentos e emoções gerados pelas perdas envolvendo situações de morte e de luto. Assim, vislumbra-se amenizar o sofrimento e contribuir para que crianças e adolescentes sejam saudáveis, já que, quando não se fala de uma dor, ela quase sempre leva ao adoecimento. A fundamentação da pesquisa é de base bibliográfica junto aos principais teóricos que se debruçaram sobre a questão.

Palavras-Chave: Morte e Luto. Escola. Gestores e Professores. Covid-19. Crianças.

Abstract: This paper aims to present the importance of discussing and working with the theme of death and mourning at school, having, as a relevant factor, the current context generated by the pandemic of coronavirus- COVID 19. The main focus of this research is to present theoretical and practical possibilities for dealing with the issue, as well as to provide school managers with the tools to, along with their teachers, approach the theme of death and mourning naturally and in accordance with the guidelines of scholars in the area of psycho-pedagogy. This research, in the current world situation, is of great importance, because it gives educators the opportunity to provide activities and practices that allow their students to talk about their feelings and emotions generated by losses involving situations of death and mourning. Thus, we aim to ease suffering and contribute to children and adolescents being healthy, since, when grief is not talked about, it almost always leads to illness. The research is bibliographically based on the main theoreticians who have addressed the issue.

Keywords: Death and Mourning. School. Managers and Teachers. Covid-19. Children.

Introdução

O nascer e morrer são intrínsecos à condição do ser vivo, entretanto, a morte é, certamente, um dos grandes mistérios da vida e um dos maiores desafios a serem enfrentados pelo ser humano. Se o morrer é a ação contrária do viver, ele representa o ponto final de uma jornada de sonhos e esperanças, realizações e projetos, traduzindo a ideia de finalização ou de paralização das funções vitais do corpo humano. É o fechamento da vida temporal na dimensão histórica da corporalidade. Já, o luto, de *luctus*, no latim, pode ser compreendido como uma reação a uma impactante perda. É uma resposta ao que foi perdido e que se processa por meio de reações cognitivas, comportamentais, físicas e emocionais (CARVALHO, 2014, p. 05). O

⁸⁴ Universidade Vale do Rio Verde (UninCor). Mestra em Gestão, Planejamento e Ensino (2021), Especialista em Educação Especial e TGD (2019), Pedagoga (2018).

luto não se relaciona somente às situações de morte, mas é um fenômeno que acontece também quando se tem perdas de oportunidades, experiências que não voltam mais, grandes mudanças, fins de relacionamentos, mudanças de emprego e outras situações de rompimentos. Ainda de acordo com Carvalho (2014), o luto pode ser compreendido como “um processo adaptativo que se dá diante de uma perda significativa que pode ser real ou simbólica” (CARVALHO, 2014, p. 26).

A realidade da morte, em todos os tempos, culturas e civilizações sempre levantou interrogações para as quais a ciência, a filosofia e a religião procuraram encontrar respostas. O impacto da morte de um ente querido provoca uma reação emocional intensa, levanta questionamentos diversos e desperta sentimentos confusos. Este acontecimento é algo avassalador e que fere profundamente o enlutado, de maneira ainda mais contundente quando o enlutado é uma criança ou adolescente.

No mundo escolar, embora a morte faça parte do cotidiano dos estudantes, não se contempla no currículo essa temática. Há, no entanto, autores que justificam e defendem a inclusão desse tema nos currículos das instituições de ensino, considerando que este deva ser um fator educativo do espírito e que, conseqüentemente, proporciona ao educando uma consciência de si, percebe-se que o tema é quase sempre omitido ou tratado como tabu no cotidiano escolar, nem sempre encontrando espaço para ser enfrentado pelos alunos e pela comunidade escolar.

Esta pesquisa tinha inicialmente como pretensão contemplar toda a comunidade escolar, envolvendo professores e gestores escolares para saber mais sobre a questão. Entretanto, devido às dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19, no que se refere ao distanciamento social e à modalidade de ensino não presencial, a pesquisadora forçosamente teve que optar por contemplar em sua pesquisa de campo somente gestores de escolas, embora as questões teóricas sejam discutidas no âmbito não somente da gestão escolar, mas também da prática docente e na relação professor-aluno.

O luto nos tempos da Covid-19

A incerteza causada pelo momento nunca vivenciado ocasiona o luto não apenas pelas mortes, mas também por variadas perdas como: emprego, bens materiais, projetos, distanciamento, entre outras.

Devido ao distanciamento social exigido, qualquer despedida fica como um assunto inacabado, trazendo grande angústia e culpabilização. As restrições à realização de cerimônias

fúnebres não permitem que o enlutado expresse a dor da perda, o que dificulta a aceitação da morte ocasionando processos de lutos traumáticos, ou até quadros de ansiedade e depressão (TEIXEIRA, 2020).

Alguns fatores tendem a facilitar ou dificultar o processo de vivência do luto. A impossibilidade de despedidas e a não realização de rituais fúnebres trazem consigo a elaboração mais dolorosa do luto. O fato de os familiares enlutados não terem realizado a despedida que julgam adequada, remete a uma sensação de irrealidade, impedindo-os de realizarem plenamente seu luto (DANTAS *et al.*, 2020).

O luto consiste em um processo de adequação à perda, abrangendo emoções, sensações e mudanças comportamentais (WORDEN, 2018). A pandemia tende a afetar o processo de luto de diferentes maneiras. Destaca-se o luto antecipatório, que é a preparação emocional em relação à perda. Para Worden (2013), o termo “luto antecipatório” se refere a um luto que ocorre antes da perda de fato, e é diferente do luto normal sentido pelo sobrevivente, que pode ser constantemente sentido, levando em conta a humanidade estar ante a iminência de viver situações desconhecidas e perdas constantes.

Entretanto, em um momento em que os rituais e o sofrimento são ocultados, o luto é vivido de maneira coletiva pela humanidade, que é bombardeada diariamente com informações maciças de números de mortes tornando todos mais vulneráveis.

O morrer nos dias de hoje

Falar sobre morte em decorrência do COVID pode gerar desconforto, sentimento de tristeza e incompreensão, principalmente pelo fato da morte ser algo intrínseco à existência humana. A própria relação com a morte foi se modificando ao longo do tempo. Outrora, ela era vivenciada dentro de casa, as pessoas adoeciam e eram tratadas no seio de sua família até morrer. Isso tornava o relacionamento com a morte direto e, talvez, até mais doloroso (KOVÁCS, 1992).

Essa relação com a morte já não é mais tão direta assim, as pessoas geralmente morrem em hospitais nas Unidades de Terapias Intensivas (UTIs), assistidas por equipamentos e profissionais especializados em tratamentos que podem retardar o momento da morte. Esses profissionais acabam atuando de modo a amenizar o contato direto entre a morte e o enlutado (KOVÁCS, 1992).

O morrer e os rituais funerários, mais uma vez, ao longo da história, passaram por uma resignificação. Atualmente, com a vivência da pandemia e suas consequentes perdas, em

massa, de vidas humanas e o risco alto de contágio entre as pessoas, as despedidas tornaram-se mais difíceis e distantes entre o infectado morto e seus familiares. Como é possível perceber, os rituais funerários mostram como uma sociedade lida com a morte e, nesse sentido, o funeral é fundamental para que as comunidades consigam seguir a vida e assimilem o momento imposto pela morte (SOUZA; SOUZA, 2019).

Com novas mudanças causadas pela pandemia, a despedida de um ente querido tornou-se privativa, pois, ao constatar a morte pelo vírus, o velório e o sepultamento ocorrem rapidamente, com nenhum ou pouco contato com familiares e amigos. Com o distanciamento social, a sociedade tornou-se ainda mais individualista. Por mais que o luto seja vivenciado por todos, suas fases tornaram-se mais solitárias e difíceis de serem enfrentadas.

Na cultura ocidental, os rituais funerários são consolidados na presença do corpo, que pode, pela última vez, ser contemplado, pois, a ideia de ver o corpo morto, traz a percepção de que enterramos a pessoa correta e dá concretude à morte. A imposição dessas limitações aos rituais de despedida de acometidos pela COVID-19 é caracterizada pelos caixões lacrados e por pessoas que não podem ser contempladas em seu leito de morte e despedida. Sendo assim, as famílias que tenham enterrado seus entes queridos pelo Coronavírus, têm em vista a execução de um ritual incompleto, que nunca se despediram de maneira digna daqueles que tanto amaram (DANTAS *et al.*, 2020).

Diferentes culturas percebem que a “má qualidade de morte” ou a falta de preparação para tal, com falecimento em leitos de UTI e isolamento, impedem que os membros das famílias tenham conversas que facilitem o processo de despedida. Isso causa nos familiares a sensação de culpa por não proteger seu ente querido (CARR; BOERMER; MORRMAN, 2020).

Conceito de morte na criança

Ao nascer, o bebê já entra em processo de desenvolvimento, portanto, sua mente acompanha este processo. Ao abrir os olhos, o bebê cria a realidade de seu mundo e estabelece noções sensoriais, afetivas e cognitivas. No entanto, enquanto bebê, este mundo é relacionado à vida uterina, ou seja, um paraíso onde ele tem suas necessidades atendidas. Aos poucos, este novo ser percebe que há necessidades, sofrimentos e, também, alegrias. Para Torres (2012), o fato de poder enxergar a finitude, sua mortalidade, será sua maior ferida, a qual carregará para sempre. É neste momento, portanto, que a criança, antes bebê, descobre que é apenas um homem, suscetível, sensível, mortal.

Diante do exposto, o conceito de morte para a criança, em consonância com o pensamento de Torres (2012), é descrito conforme a idade cronológica. Torres (2012) utiliza-se desta idade para focalizar o conceito de morte na criança seguindo o critério de desenvolvimento, a idade cronológica e o nível cognitivo, totalizando três etapas. São elas: Etapa 1, a criança de até 5 anos; Etapa 2, a criança entre as idades de 5 a 9 anos; e Etapa 3, a criança acima de 9 anos.

A etapa 1 descreve que a criança de até 5 anos percebe a morte como gradual e temporária, não a categorizando como irreversível. Segundo Torres (2012), a criança nesta etapa atribui à morte o significado de algo impossível, já que não tem noções de possibilidade de não vida.

A etapa 2 corresponde à criança entre 5 e 9 anos, em que o pensamento já possibilita a compreensão da morte como um acontecimento irreversível. Para Torres (2012), nesta fase existe uma forte tendência para personificar a morte, porém, a criança ainda não a enxerga como inevitável.

Na etapa 3 que corresponde à criança acima de 9 anos, Torres (2012) afirma que ela reconhece a morte como inevitável e sendo a causa da interrupção das atividades do corpo.

A morte é entendida como um processo que ocorre em todos os seres vivos e cujo resultado perceptual é a dissolução da vida do corpo. À medida que a criança compreende a morte como um processo que se espera dentro de nós, ela realiza sua natureza universal (TORRES, 2012, p. 29).

Para Paiva (2011), desde cedo a criança vivencia situações que lhe permitem criar uma noção da morte. Segundo ela, pode-se afirmar que a criança percebe a morte de forma diferente do adulto, de acordo com a faixa etária e condições cognitivas.

Observa-se que as crianças têm diferentes maneiras de vivenciar a morte e encará-la e que esse fato pode ser agravado conforme o grau de parentesco ou de proximidade com a pessoa que veio a falecer.

Os impactos da morte de pessoas muito próximas, como os pais, avós e demais parentes, pode ser um agravante para algumas crianças. Segundo Pangrazzi (2009), é possível citar alguns fatores:

- Morte do progenitor de maneiras bruscas, como suicídio ou homicídio
- Perda da mãe, para crianças menores de 11 anos; e do pai, para os adolescentes.
- Não receber apoio familiar ou em outros âmbitos de existência da criança.
- Ambiente familiar oscilante.
- Desmedida dependência do progenitor que ficou.
- Uma relação desordenada com o progenitor falecido.

VARIA

Com isso, a compreensão de sentimentos muda de acordo com cada criança. As reações emotivas podem ser parecidas com as de um adulto, mas normalmente correspondem a tristeza, culpa, pensamentos mágicos ou fantasias. O sentimento de culpa é retratado por questionamentos frequentes como: “Fui eu o causador da morte?”, “Acontecerá também comigo?” e “ Quem tomará conta de mim, agora?” (PANGRAZZI, 2009).

Em conformidade com a temática, serão explicitadas aqui algumas orientações para lidar com crianças enlutadas, a partir da premissa do momento vivido. De acordo com Bolaséll *et al.* (2020, p.13), ressalta-se o quadro abaixo com algumas dicas para conversar com crianças em situações de morte e luto:

1. Vá direto ao assunto, informe apenas o necessário para compreensão da criança.
2. Quando for conversar com a criança procure se abaixar.
3. Permita que a criança faça questionamentos e fale sobre o assunto quando desejar.
4. Dizer à criança que ela não tem culpa pelo que aconteceu.
5. Fique disponível para conversar sobre o assunto.
6. Permita-se chorar na frente da criança, pois ela irá se espelhar e também demonstrará seus sentimentos.

Quadro 1 - Dicas para ajudar crianças enlutadas. (apud BOLASÉLL *et al.*, 2020 – adaptado pela autora).

Além disso, conforme Edirrah Soares (2013) salienta, é preciso conversar com a criança sobre a morte e esclarecer seus possíveis questionamentos, explicando que a morte é um processo natural da vida humana. A escola, por sua vez, deve oferecer apoio ao aluno enlutado, trabalhando o assunto de maneira lúdica, com histórias, filmes e lhe oferecer, sempre, a oportunidade de falar sobre o assunto.

Ao ajudar a criança enlutada, é necessário que seja dita a verdade, de maneira simples e direta. A participação nos rituais fúnebres é importante, se a criança se sentir à vontade para participar, deixe-a participar. Dessa forma, ela observará as condolências dos outros e poderá, assim, assimilar seus próprios sentimentos (PANGRAZZI, 2009).

Citamos a seguir algumas sugestões de Soares (2013) para facilitar a abordagem da perda em escolas utilizando filmes:

1. O enigma das cartas – que trata da história de uma menina que perdeu o pai e que tem seu luto interditado.

VARIA

2. Tomates verdes fritos – trata de uma menina que perdeu quem mais amava e um menino que perdeu o braço.
3. Caminhando nas nuvens- trata da perda de um negócio familiar.
4. Meu primeiro amor – trata de uma menina que, muito cedo, conhece a dor da perda.
5. A Bela e a fera – aborda uma história de perda de beleza e o começo de um grande amor.
6. Babe, o porquinho atrapalhado – um porquinho que vive grandes aventuras, mas que sente muita falta dos seus amigos quando são roubados.

Considerações finais

O principal objetivo desta pesquisa foi tentar compreender como é abordado o luto infantil dentro do contexto escolar por meio de levantamentos teóricos.

Assim, salienta-se a importância das relações familiares e escolares como contribuição para a vivência deste processo. Por isso, faz-se relevante que a escola constitua uma rede de apoio para os estudantes enlutados.

Após as reflexões apresentadas nas seções anteriores notou-se que luto, família e escola precisam ser considerados de modo indissociável e indispensáveis e devem ser paralelamente trabalhadas quando a criança se encontrar em profunda tristeza causada pela perda de alguém muito querido.

Ao levantar a questão sobre educar as crianças para a morte encontrou-se suporte teórico para a inclusão de reflexões e práticas relacionadas à educação para morte, mas é preciso entender que não é somente buscar apoio e suporte técnico para lidar com questões delicadas como o luto infantil, é importante que o professor se encontre preparado para as situações diversas, possíveis questionamentos e expressões exacerbadas de emoções, buscando equilíbrio entre o bom senso e seu comportamento psicológico.

Apesar de o apoio ser algo importante é válido ressaltar que o luto é sempre um processo subjetivo e que possui estágios que devem ser respeitados, já que cada pessoa possui suas particularidades. Entretanto, o luto pode ser complicado e durar mais tempo do que o devido para sua saudável elaboração, o que compromete a saúde mental do sujeito, acarretando danos às dimensões físicas, psíquicas e sociais. O luto é um processo de adaptação a uma perda e pode ser longo, dolorido, somente amenizado com o tempo e o apoio de pessoas próximas.

Na análise do assunto evidenciaram-se as seguintes situações que aqui tentamos reunir enfileirando-as de maneira mais didática possível:

VARIA

- A maioria das escolas ainda não dão importância ao tema e não registraram iniciativas interventivas a respeito da temática;
- Raramente, são encontrados relatos de pessoas que afirmam estar preparadas psicologicamente para lidar com a morte e com as dores que ela causa nos indivíduos. Da mesma forma, os educadores deveriam considerar se estão realmente preparados para apoiar, incentivar e trabalhar com educandos que estejam limitados psicologicamente por traumas como o luto, para não incorrerem em possíveis falhas.
- Observou-se, também, que a morte está sim muito presente no ambiente escolar e que o professor pode se apoiar em alguns recursos para abordar a temática em sala de aula com seus alunos, estando eles de luto ou apenas como uma forma de prevenção;
- Notou-se, através das leituras realizadas até o presente momento, que o luto pode ocorrer em qualquer fase do desenvolvimento humano. Para as crianças, especificamente, ele é extremamente delicado, porque, ao contrário do que muitos pensam, criança também fica de luto;
- Embora a escola seja uma rede de apoio aos seus estudantes enlutados, muitas delas ainda não dão a devida importância ao tema.

Diante disto, deparamo-nos com o questionamento sobre como a escola pode oferecer apoio às crianças enlutadas. Entende-se que é importante falar em prevenção, investindo, assim, na capacidade da escola como um todo de encarar a dor em situação de morte e outras perdas. As pessoas têm a ideia de que escola é um ambiente de vida, de crescimento e desenvolvimento, mas a escola não está isenta de enfrentar a morte como um problema rotineiro. É necessário que a equipe escolar tenha condições para agir no enfrentamento do luto, esteja ele direta ou indiretamente ligado a seu cotidiano.

Referências

- CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a morte, a palavra e o chão: memória, sentimento e luto nos cemitérios de São João Del Rei*. 2014.175f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) PUC-SP, São Paulo, 2014.
- TEIXEIRA, Ana. O luto na era COVID-19. *Portal Saúde Bem-Estar. Blog [online], Caderno de Psicologia*, 2020.
- DANTAS, Clarissa de Rosalmeida *et al.* O luto nos tempos da COVID-19: desafios do cuidado durante a pandemia. *Rev. Latino-americana de psicopatologia fundamental*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 509-533, set. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142020000300509&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2021.

VARIA

- CARR, D.; BOERNER K.; MOORMAN, S.. Bereavement in the Time of Coronavirus: Unprecedented Challenges Demand Novel Interventions. *Journal of Aging & Social Policy*, v. 32, n. 4-5, 425-431, 2020.
- KOVÁCS, Maria J. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- SOUZA, C. P.; SOUZA, A. M.. Rituais fúnebres no processo do luto: significados e funções. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35412. Epub July 04, 2019.
- WORDEN, J. William. *Terapia no luto e na perda: um manual para profissionais da saúde mental*. 4. ed. São Paulo: Roca, 2013.
- TORRES, Wilma da Costa. *A criança diante da morte: desafios*. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- PANGRAZZI, Arnaldo. *Conviver com a perda de uma pessoa querida*. Trad. Floriano Tescarolo. .3 ed. São Paulo: Paulinas Editora, 2009.
- PAIVA, L. E. *A arte de falar da morte para as crianças*. São Paulo: Ideias & Letras, 2011.
- BOLASÉLL, L. T. et al. *O processo de luto a partir das diferentes perdas em tempos de pandemia*. Porto Alegre: PUCRS, 2020.
- SOARES, Edirrah Gorett Bucar; MAUTONI, Maria Aparecida de Assis Gaudereto. *Conversando sobre luto*. São Paulo: Ágora, 2013.

PERSPECTIVAS E RELEVÂNCIA DA HORTA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Carina Firmino Sá⁸⁵

Resumo: Os problemas ambientais desafiam as gerações atuais a encontrarem soluções sustentáveis para a manutenção da vida no planeta, gerando a necessidade de ampliar as pesquisas sobre a temática ambiental na educação. O objetivo desse estudo é apresentar uma reflexão sobre as perspectivas e relevância da horta escolar para o desenvolvimento da Educação Ambiental na formação de crianças e adultos conscientes. Tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, destacando estudos de autores que atuam na interface entre educação e meio ambiente na legislação e Agenda 2030. Os resultados demonstram a relevância da horta escolar para o desenvolvimento da educação ambiental nas escolas a partir da metodologia de projetos.

Palavras-chave: Meio ambiente. Educação Ambiental. Prática Pedagógica. Projeto. Horta Escolar.

PERSPECTIVES AND RELEVANCE OF THE SCHOOL GARDEN FOR ENVIRONMENTAL EDUCATION

Abstract: Environmental problems challenge current generations to find sustainable solutions for maintaining life on the planet, creating the need to expand research on the environmental theme in education. The objective of this study is to present a reflection on the perspectives and relevance of the school garden for the development of Environmental Education in the formation of conscious children and adults. Its methodology is bibliographic research, highlighting studies of authors who work at the interface between education and environment in legislation and Agenda 2030. The results show the relevance of the school garden for the development of environmental education in schools from the methodology of projects.

Keywords: Environment. Environmental education. Pedagogical Practice. Project. School Garden.

Introdução

Os maiores problemas ambientais ocorridos nos últimos tempos abrangem questões como poluição do ar, desmatamento, extinção de espécies, degradação do solo e superpopulação, esses os quais estão desafiando as gerações atuais a encontrarem soluções sustentáveis para a manutenção da vida no planeta. Na atualidade, existe a Agenda 2030, um plano de ação internacional adotado em setembro de 2015 e implementado em janeiro de 2016, resultado de um processo global participativo com 193 Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Este documento compreende questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, inclusão social, sustentabilidade ambiental, além de paz e segurança para todos (ONU, 2015). Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão

⁸⁵ Graduação em Pedagogia. Universidade Veiga de Almeida. carina.cfsa@gmail.com

dispostos na Agenda 2030 e compõem 17 objetivos que visam levar às pessoas a uma consciência global de ação contra pobreza, proteção do meio ambiente e garantia de paz e prosperidade para toda população. Essas ações exigem um novo modelo de educação que compreenda a integralidade entre ser humano e ambiente, ou seja, uma educação ambiental (ONU, 2018).

No Brasil, a educação ambiental está prevista na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795/99, além de participar da Agenda 2030. Entretanto muitos educadores desconhecem ou conhecem superficialmente essas diretrizes legais e acordos internacionais. Existem aqueles que, apesar de conhecer e se identificar com a temática ambiental, encontram dificuldades de implementar projetos nos espaços escolares.

Nesse contexto, este estudo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre as perspectivas e relevância da horta escolar para o desenvolvimento da Educação Ambiental na formação de crianças e adultos conscientes. Trata-se de uma iniciativa de propor novos olhares pedagógicos para horta escolar. Para tanto, entenderemos inicialmente o que é a Educação Ambiental, a sua necessidade e importância na formação do indivíduo ativo para uma sociedade sustentável.

Seguindo essa abordagem, alguns conceitos serão apresentados dentre eles: a definição da Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável focando a relevância dos mesmos para a compreensão da proposta pedagógica ao trabalhar a horta escolar. Apresentará, também, a relevância de tratar a alimentação saudável na escola, o cuidado com a natureza, senso de responsabilidade e outras possibilidades de trabalho envolvendo o indivíduo, as famílias e a tecnologia.

Justifica-se a realização desse estudo por sua relevância na formação cidadã de crianças, adolescentes e adultos que precisam compreender que o homem faz parte do ambiente. É responsável de alguma forma pelo lugar onde vive e tem direito ao meio ambiente saudável. As crianças que atualmente estão desenvolvendo conhecimentos nas escolas sobre a Educação Ambiental serão os futuros adultos responsáveis por preservar o meio ambiente.

A metodologia adotada para a realização deste estudo é pesquisa bibliográfica focando em livros e artigos sobre o tema, complementada com uma pesquisa documental buscando na legislação, acordos internacionais e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a fundamentação teórica necessária à compreensão da urgência de trabalhar a Educação Ambiental nas escolas. Com o objetivo de também fundamentar as análises aqui expostas, autores como Gardner, Gadotti e Nogueira também irão compor este trabalho.

A Educação Ambiental e sociedade

Como foi visto anteriormente, devido a diversos problemas ambientais enfrentados e a ameaça de vida no planeta, países se unificaram em busca de soluções sustentáveis para as nações. Os ODS, dispostos na Agenda 2030 e coordenados pela ONU, compõem 17 objetivos sustentáveis envolvendo os três pilares do desenvolvimento sustentável: âmbito social, econômico e ambiental (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Dentre esses objetivos, o 4 tem seu foco em uma Educação de Qualidade, garantindo o acesso à educação inclusiva e de qualidade, proporcionando oportunidade de aprendizagem a longo da vida para todas as pessoas de maneira equitativa (ONU, 2018). “Educação de qualidade é aquela que desperta e potencializa as habilidades do ser humano como um todo, estimulando o ideal de liberdade e o pleno exercício da cidadania” (ODS, 2016). Nesse contexto, esse aluno necessita atuar de maneira direta no seu próprio processo de ensino e aprendizagem, assumindo uma postura ativa de agente investigador e transformador de si e do meio em que vive, onde ele é construído não a partir de suas inteligências cognitivas. Mas onde ele é priorizado em sua formação integral; assim, é capaz de atuar sobre o meio ambiente e exercer a sua cidadania com plenitude.

Segundo a Constituição Federal de 1988, disposto no Art. 225 do Capítulo VI:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1998).

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, entretanto, torna-se necessário que a sociedade de forma coletiva e ética preserve as condições de vida no planeta pensando nas gerações atuais e nas futuras gerações. Para garantir esse direito constitucional, foi sancionada a Lei de Educação Ambiental em 1999, incumbindo ao poder público “definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999:

Art. 1º- entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Para tanto, torna-se necessário pensar como trabalhar a Educação Ambiental, visto que essa é extremamente importante na construção desses alunos que compõem e agem de maneira ativa na sociedade.

O meio ambiente, assim como outras temáticas relacionadas a ética, gênero e sexualidade, saúde e abordagens étnico raciais, são classificados como temas transversais, abordando questões presentes no contexto de cada cidadão, onde também a escola e a vida se relacionam e ganham vida em único processo. Este tema transversal está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e não pertencem a nenhuma disciplina especificamente, deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, articulando as diversas áreas do conhecimento. Seguindo essa mesma linha, a BNCC recomenda que esse tema seja desenvolvido com os estudantes de forma transversal e integradora. Além disso, há ODS, compostos por 17 objetivos e 169 metas, dentre elas, questões como consumo sustentável, paz, justiça, cuidados com a natureza são discutidas.

De acordo com Reigota (2017), a educação ambiental precisa ser vista como uma educação política, onde todos estão em busca a se comprometerem com a relação seres humanos e a natureza, onde todas as espécies biológicas convivem e sobrevivem com dignidade e respeito e onde essa educação precisa ser por princípio, criativa e inovadora:

A educação ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum (REIGOTA, 2017, p. 8-9).

Além disso, para Lima (2015), o meio ambiente se tornou problemático, ou seja, componente importante a ser estudado, discutido, investigado; pois nele se intensificaram os impactos prejudiciais ao indivíduo e a sociedade, o mal-estar, e o aumento de conflitos por posses e bens ambientais devido a visibilidade do potencial predatório do estilo de vida e também do desenvolvimento ocidental, além de se aprofundar a reflexão, observação, pesquisa e o compartilhamento de problemas sociais atuais e futuros; nessa perspectiva o referente ensino permite esse aluno entender os impactos das suas ações no meio ambiente, pois o mesmo que pode atuar como agente negativo, ao mudar as suas práticas e o seu olhar, também pode assumir a sua postura de agente positivo.

Analisando todo o exposto aqui, pode-se perceber o quanto a Educação Ambiental é imprescindível para a formação do ser humano. Gadotti (2000) propõe um grande debate sobre a educação, discute uma pedagogia da Terra, uma eco pedagogia pautada na Carta da Terra. Desta forma, criar essa consciência ambiental, esse senso de responsabilidade, de conservação

do meio ambiente, de sustentabilidade e de olhar crítico para as ações da sociedade sobre a natureza, é urgente e necessário.

A horta escolar para a promoção da Educação Ambiental

Dando continuidade à análise inicial, a partir da fundamentação apresentada, pode-se depreender a relevância de trabalhar a educação ambiental na educação formal. Entretanto, algumas questões podem surgir, como, por exemplo: De que maneira trabalhar a educação ambiental na escola? Quais metodologias são mais adequadas? Como foi dito anteriormente, esse estudo irá apresentar algumas propostas para trabalhar a Educação Ambiental utilizando a horta escolar como referência para o desenvolvimento de práticas educativas.

Em primeira instância, pode-se trabalhar com a horta escolar para desenvolver conhecimentos sobre a origem dos alimentos, os cuidados com o ambiente e desenvolver a consciência da importância da alimentação saudável. Proença (2010), faz uma relação sobre alimentação e globalização, para ele, essa relação vai muito além das razões biológicas, mas envolve questões econômicas, sociais, científicos, políticos, psicológicos e culturais. Ele atenta ainda sobre o como há um distanciamento das pessoas em relação aos alimentos de verdade, os rótulos estão cheios de informações que não geram um verdadeiro entendimento, em meio a tantos industrializados. É preciso resgatar a origem e a importância de consumir alimentos naturais de verdade, trazer a consciência do quanto tal ato impacta na saúde desses estudantes e possibilidade de consumir de produtores locais, de pessoas que produzem o seu próprio alimento e impactam na economia, na sociedade e na saúde de forma extremamente relevante.

Além disso, outra possibilidade da horta escolar é despertar a curiosidade sobre a fitoterapia nas crianças, a possibilidade de tratamento de questões cotidianas através das plantas medicinais envolvendo as famílias. Refletir sobre a possibilidade de complementar tratamentos e resgatar hábitos tão presentes nas culturas tradicionais e que atualmente são objetos de pesquisa. Como exemplo as pesquisas realizadas pela Nutricionista Jocelen Mastrodi Salgado (2005) que explica como obter mais saúde por meio da alimentação. Destaca-se na cultura popular o uso do alecrim para cicatrização, dor articular, quedas de cabelo; o boldo para dores de barriga e dores no estômago; capim-cidreira para cansaço, estresse, febre; erva-doce como calmante para dores de cabeça e gases; dentre outras plantas que auxiliam em diversos aspectos e que podem substituir muitos remédios de farmácia no cotidiano. Mais uma vez, é possível pensar na questão da saúde e de hábitos tão importantes que muitas vezes foram perdidos com o avanço da ciência e da tecnologia.

Outra possibilidade, é trabalhar o desenvolvimento dos sentidos e a coordenação motora ao mexer com as plantas através do cuidado com a horta e de todo o processo desde a germinação até a colheita desenvolvendo, também, a sensibilidade. Nesse contato a criança desenvolve a observação, a paciência ao lidar com os processos e com as experiências, vindo da necessidade de limpeza da terra, de regar, cuidar, proteger para que se alcance o objetivo da colheita de sucesso. Dessa forma, a vida cotidiana familiar e a escola de fato são integradas e a aprendizagem passa a fazer sentido para esse sujeito. Pois, ele aprende diversos aspectos da vida na materialização das suas construções a partir da horta escolar. Somando-se a isso, nesse exercício e nesse contato, os estudantes são estimulados continuamente a utilizarem os seus sentidos para conhecerem os diferentes elementos da horta. É importante que o docente que irá mediar todo esse processo, convide esses alunos a um olhar diferenciado, a utilizarem do seu olfato para sentirem os aromas riquíssimos que advém das plantas, utilizarem o tato e entender as texturas e o paladar ao ingeri-las. A construção em conjunto, a pesquisa, o debate cooperativo com alunos da turma poderão gerar novos temas de interesses da turma possibilitando a interdisciplinaridade entre as diferentes áreas do conhecimento.

A horta escolar permite que esses estudantes desenvolvam habilidades e competências importantíssimas na sua construção enquanto sujeito, em suas análises de forma crítica, ao compreenderem a natureza na sua vida e conseqüentemente o quanto é necessário se preocupar e estabelecer uma relação de respeito e amor a tudo que os cerca, pois o ambiente depende deles e eles precisam entender na prática essa conexão.

Nesse contexto, Moacir Gadotti (2003) convida os educadores a refletirem sobre suas práticas explicando que:

Um pequeno jardim, uma horta, um pedaço de terra, é um microcosmos de todo o mundo natural. Nele encontramos formas de vida, recursos de vida, processos de vida. A partir dele podemos reconceitualizar nosso currículo escolar. Ao construí-lo e cultivá-lo podemos aprender muitas coisas. As crianças o encaram como fonte de tantos mistérios! Ele nos ensina os valores da emocionalidade com a Terra: a vida, a morte, a sobrevivência, os valores da paciência, da perseverança, da criatividade, da adaptação, da transformação, da renovação (GADOTTI, 2003 p. 62).

A horta tem o poder trabalhar esse indivíduo de forma integral, nos aspectos sociais, cognitivos, comportamentais e emocionais. Em conteúdos disciplinares, mas também em consciência e aplicabilidade. Eles desenvolverão sua capacidade de análise, seu senso de responsabilidade, seu olhar crítico, observação, uma capacidade maior de raciocínio lógico ao necessitarem pensar na quantidade de água necessária, a quantidade de terra, dentre outros.

Não podendo ficar de fora desse processo a articulação à tecnologia, pois ela pode potencializar ainda mais as possibilidades desse trabalho, na internet os alunos podem realizar pesquisas, conhecer mais das plantas, conversarem e debaterem entre si sobre outras possibilidades. Podem utilizar diferentes plataformas e ferramentas para a criação e cuidados com a horta, dessa forma podem ir além do conteúdo apresentado pelo professor. Dentro dessa metodologia, o estudante torna-se um sujeito ativo, consciente da sua própria aprendizagem, pois pesquisa, investiga, constrói ampliando o conhecimento pessoal e coletivo.

Práticas em Educação Ambiental: Metodologia de Projetos e a Horta escolar

É essencial que se pense no ensino da Educação Ambiental para além dos livros didáticos. Em seu livro “Pedagogia dos Projetos”, Nilbo Ribeiro Nogueira propõe uma reflexão não contra os conteúdos acadêmicos, mas uma forma diferente de tratá-los. O autor faz uma crítica a forma conceitual que todos os conteúdos são trabalhados, onde o professor em geral ocupa uma posição de detentor e transmissor do conhecimento, onde não importa o contexto do aluno, mas os seus próprios saberes, e o aluno recebe passivamente tudo que lhe é transmitido, sem questionamentos, recebe soluções para problemas que nunca teve; o que acaba por ocasionar um aprendizado totalmente descontextualizado. Ele levanta ainda as queixas trazidas por docentes a respeito da falta de interesse do aluno em detrimento dos objetos de conhecimento, e mais uma vez isso se explica pela maneira que os conteúdos são tratados. Nogueira (2009), vai dizer que o aluno de hoje vive em um mundo completamente veloz e tecnológico, mesmo os sujeitos que estão à margem dos recursos tecnológicos não devem ser subestimados quanto a velocidade em que o mundo se encontra. Esses alunos anseiam por adentrar na sala de aula e encontrar significado; sem contar os outros aspectos que necessitam ser percebidos e valorizados, como os distúrbios de aprendizagem, problema emocionais e estruturais da família, dentre outras questões que não se dissociam do processo de aprendizagem. O corpo docente precisa repensar e quebrar paradigmas para atender a esse novo indivíduo que se transforma e avança a cada dia, visando uma formação integral desse sujeito. Nilbo disserta sobre rever posturas e repensar ações para construir um alicerce básico e buscar uma práxis que leva em consideração a:

A aprendizagem significativa; A aprendizagem individual e não coletiva; As múltiplas interações do aluno com o meio, com outros indivíduos e com o objeto do qual pretende se apropriar; A interação do aluno no seu processo de construção do conhecimento; O conteúdo sendo trabalhado além da forma conceitual, com possibilidades procedimentais e atitudinais; A pluralidade das

VARIA

inteligências e a consideração que o sujeito possui um espectro de competências a ser desenvolvido; A necessidade de atuar além das áreas lógico-matemática e linguística (NOGUEIRA, 2009, p. 75).

Devido à necessidade notória de se repensar a educação, trabalhar conteúdos através dos projetos ganham cada vez mais espaço nas escolas. Inicialmente, segundo Pascoal (2017), para se trabalhar com projetos é necessário se pensar na temática a ser abordada e nos desdobramentos que ela terá, esse tema deve estar de comum acordo entre os envolvidos e deve ser trabalhado anteriormente com a turma, onde será possível previamente levantar os aspectos positivos e a sua relevância na vida da crianças, ao trabalhar com projetos visa-se ir para além das paredes formais da escola para desenvolver o que é realmente significado para esses indivíduos.

Após delimitar o tema, o assunto escolhido é debatido, a consciência crítica é explorada, e através deste espaço que é concedido, o docente instiga o potencial criativo, reflexivo e investigativo dos seus estudantes, eles são engajados constantemente nesse processo, pensando-se não apenas no problema, mas em possíveis soluções e estratégias, nesse momento, diversas áreas são exploradas em conjunto, pontos específicos de colaboração à comunidade local são examinados, além de haver uma vasta interdisciplinaridade dos conteúdos que naturalmente seriam trabalhados de maneira isolada, todavia, no projeto se misturam e ganham uma nova forma de maneira colaborativa, servindo como uma grande potência na vida dessas crianças, uma vez que as aproxima e se trata de situações reais vividas no cotidiano. Além disso, o projeto requer a elaboração de um produto final, mas não se baseia nele, pois tem seu foco nas relações e no processo que é estabelecido e construído. Ao se trabalhar com projetos no processo ensino-aprendizagem, o docente necessita estar apto a uma flexibilização contínua, visto que os alunos assumem de fato uma postura ativa nas tomadas de decisão e o corpo docente realiza a mediação, servindo como um facilitador da relação entre os alunos e o conhecimento, desenvolvendo as habilidades e competências necessárias e preparando esse indivíduo para lidar com as situações da vida, ao olhar crítico e reflexivo na lógica problema e solução (PASCOAL, 2017).

Ao trabalhar o individual e coletivo, local e global convidando os estudantes a construir e compartilhar os conhecimentos a escola possibilita o desenvolvimento da educação ambiental de acordo com os princípios da Lei 9795/99, Art. 4º, destacando “o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade” (BRASIL, 1999).

VARIA

Nogueira (2009) fala sobre a necessidade de superar uma visão reducionista dos projetos escolares, ele acredita que é importante ir além do tema, as crianças precisam pensar de maneira abrangente e até de forma irreal, e somente nas aplicações e nas ações dele, esses pontos vão sendo sistematizados e ganhando a forma real. Para ele, é importantíssimo demonstrar ao aluno que a autoria desse projeto é dele e o beneficiado também será ele, independente de nota; os projetos não se tratam de mais atividades que o professor solicita.

Praticamente todas as escolas trabalham ou dizem trabalhar com projetos nos dias de hoje, e a falta de conhecimento dessa prática tem levado o professor a conduzir atividades totalmente insipientes denominadas projetos. Qualquer cartaz pendurado na parede com desenho de três patinhos já é denominado "Projeto Animais", reduzindo desta forma um projeto à mera elaboração de cartazes. É exatamente essa visão reducionista que pretendemos romper neste momento. Para ampliarmos, portanto, a visão de projetos, temos de inicialmente ir além do tema, ou seja, não quero discutir, no primeiro momento, o "Projeto Brasil 500 anos", o "Projeto Olimpíadas" ou o "Projeto Meio Ambiente", mas sim o PROJETO em sua forma mais ampla e abrangente (NOGUEIRA, 2009, p. 76).

Para o autor, um projeto tende a seguir algumas etapas, de acordo com o autor, a primeira delas nasce a partir dos sonhos, desejos e necessidades do indivíduo, dessa maneira, cada um trabalha diretamente com o seu foco de interesse. Após a escolha do tema/ conteúdo, parte-se para o planejamento a partir dos alunos e pode se tratar de algo informal, diferente dos projetos educacionais com objetivos gerais, específicos e estratégias formais, nesse caso, toda essa relação pode ser organizada e estruturada de maneira natural com os alunos. A respeito do planejamento, Nilbo destaca a importância que desenvolver projetos gera, pois em nenhuma disciplina o aluno aprende a realizar um planejamento, um aspecto tão importante para esse indivíduo que posteriormente precisará lidar com esse tipo de necessidade na profissão ou nas suas relações pessoais. Questões como: O quê?/ Por quê?/ Com?/ Quando?/ Quem? e/ Recursos? Fazem parte deste planejamento; partindo depois para a etapa de execução e realização; após a etapa da Depuração, onde os alunos tem a possibilidade de expressar se estão satisfeitos, se querem replanejar, reelaborar ou reproduzir; e por último a Apresentação e exposição. (NOGUEIRA, 2009). Todas essas etapas do projeto requer um trabalho conjunto dos diferentes profissionais dentro da escola, interação com a família e contextualização comunitária para atender às reais necessidades dos estudantes.

À luz de Nogueira (2009) atividades que são desenvolvidas com os alunos de acordo com a metodologia de projetos amplia o processo de construção do conhecimento, já que os alunos realizam a descrição de suas hipóteses planejadas, realizam novas pesquisas e acessam novas descobertas, onde os estudantes podem analisar criticamente e refletir sobre suas ações,

replanejando suas atividades se necessário. Essas possibilidades tornam o processo de aprendizagem do aluno muito mais significativo, atrativo e interativo, gerando motivação, além de respeitar as individualidades de cada sujeito.

Outro autor que permite a reflexão a respeito de explorar novas possibilidades para além dos conteúdos programáticos é Howard Gardner. Pesquisador, participante de uma equipe de investigadores da Universidade de Harvard, firma que o ser humano é dotado de múltiplas inteligências. Para ele, a escola precisa mudar a forma que vai trabalhar de maneira que traga o que essa criança tem como potencial, isso inclui todo o processo a ser realizado, que precisa levar em conta a pluralidade dos alunos e a diversidade da forma que aprendem.

Todos os seres humanos são capazes de, pelo menos, sete diferentes modos de conhecer o mundo – modos que, em outros lugares eu defini como as sete inteligências humanas. De acordo com esta análise, todos nós estamos aptos a conhecer o mundo através da linguagem, da análise lógico-matemática, da representação espacial, pensamento musical, do uso do corpo para resolver problemas ou para fazer coisas, de uma compreensão de outros indivíduos e de uma compreensão de nós mesmo (GARDNER, 1994, p.14).

Assim, a metodologia de projetos pode contribuir para o desenvolvimento de diferentes habilidades, inclusive a inteligência naturalista conforme Howard Gardner alerta que “enquanto alguns indivíduos têm o dom de reconhecer padrões naturalistas, outros têm deficiência neste aspecto” (GARDNER, p. 68). Para o autor, a educação envolvendo a valorização da relação do homem com a natureza possibilita o sujeito desenvolver a capacidade de compreender o meio em que vive.

Nogueira (2009), apresenta alguns aspectos dessa inteligência, ao afirmar que ela está relacionada a capacidade que o ser humano tem de discernir dentro do campo da natureza, o estabelecimento de uma relação de reconhecimento, respeito, manipulação e interesse por compreender os aspectos que envolvem essa temática. Para o autor, possuir da inteligência naturalista vai para além de gostar de plantas, animais e ecologia, está ligada a outras diversas áreas do sistema evolutivo. A reflexão do que comer, de qual animal ou objeto se aproximar envolve a inteligência naturalista, além de todas as facetas envolvendo o meio ambiente e os seres vivos, bem como o conhecimento da horta e das suas possibilidades.

Desta forma, além de desenvolver a inteligência naturalista, ao trabalhar a horta escolar o professor está de acordo com os objetivos da Lei da Educação Ambiental 9795/99, Art. 5º que prevê “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (BRASIL, 1999).

Ao adotar a metodologia de projetos, a escola deverá criar uma nova dinâmica para o desenvolvimento do currículo. Poderá encontrar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diretrizes para a formulação de objetivos e estratégias pedagógicas que atendam às novas demandas, destacando os direitos de aprendizagem concedido às crianças da Educação Básica, de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2017).

Apesar da proposta ser interdisciplinar, a BNCC também discorre sobre o compromisso das Ciências da Natureza com a formação integral dos alunos, bem como no desenvolvimento do letramento científico diretamente articulado a autonomia, a cooperação e a capacidade do indivíduo de interpretar o mundo em que vive considerando a sua esfera natural, social e tecnológica, além de agir de maneira consciente com base nos princípios de sustentabilidade e do bem comum. É fundamental que esse estudante possa desenvolver as suas habilidades de levantar problemas, analisar hipóteses e propor intervenções, para a BNCC, o elemento central na formação dos estudantes deve ser o processo investigativo. Dessa forma, as Ciências devem promover situações onde os estudantes possam definir problemas, analisar, representar, comunicar e intervir. Ao aprender Ciências, o indivíduo aprende a respeito de si mesmo, compreende a diversidade, os processos evolutivos e a real manutenção da vida; com esses aspectos bem desenvolvidos, os alunos conseguem intervir na realidade em que vivem (BRASIL, 2017).

Existem algumas competências específicas de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental, a competência 8 diz que:

Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017).

Não é sobre os alunos terem acesso aos conhecimentos científicos somente, mas sobre terem a oportunidade de envolver-se em processos de investigação para ampliação da curiosidade, da capacidade de observação, raciocínio lógico e habilidade criativa. Nesse caso, o trabalho com a horta escolar se apresenta como um potencializador dessas oportunidades, onde o aluno pode justamente utilizar de uma observação crítica, reflexiva, investigativa e criativa; e exercer dessa forma, o seu protagonismo.

Na unidade temática da BNCC para o Ensino Fundamental “Matéria e Energia”, é possível perceber alguns objetos de conhecimento, como as plantas e os seres vivos no ambiente, os quais preveem o desenvolvimento de habilidades para descrição das características

das plantas, como cor, tamanho, forma, fase da vida, local de desenvolvimento; investigação da importância da água e da luz para a manutenção da vida de plantas em geral; e identificação das principais partes de uma planta, quanto a raiz, caule, folhas, flores e frutos, além da função realizada por cada uma delas, devem estabelecer também relações entre as plantas, o ambiente e os demais seres vivos (BRASIL, 2017).

Conforme proposta da Base Nacional Comum Curricular, ao articular a horta escolar, o educador possibilita o desenvolvimento de diversas habilidades necessárias ao processo de aprendizagem dos alunos. Desta forma, a educação ambiental é viabilizada através de projetos relevantes envolvendo a escola, a família e outros atores sociais.

Considerações Finais

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que os problemas ambientais geraram a necessidade de se repensar as ações do ser humano diante o meio ambiente. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos na Agenda 2030 organizada pela ONU, compõem objetivos claros de erradicação da pobreza e da fome, garantia de acesso à educação de qualidade e proteção do planeta. Além disso, conforme foi visto, a educação ambiental no Brasil, é um direito garantido pela Constituição Federal de 1998 e pela Lei de Educação Ambiental 9795/9. Analisando essa realidade, a pesquisa realizada objetivou apresentar uma reflexão sobre as perspectivas e a relevância da horta escolar para o desenvolvimento da educação ambiental na formação de crianças e adultos conscientes, na formação de uma sociedade sustentável, cidadãos mais participativos e responsáveis, e na construção de um mundo que preserva o ambiente.

O estudo confirmou que ao desenvolver um processo de ensino-aprendizagem mediante a metodologia de projetos, o professor viabiliza a participação ativa do estudante para a produção do conhecimento, uma vez que, através de projetos envolvendo a horta escolar é possível compreender os impactos significativos na formação desse estudante, pois amplia o conhecimento sobre a relação homem natureza, alimentação saudável, a importância do equilíbrio ambiental. Durante a realização de projetos envolvendo a horta escolar, o professor pode trabalhar a tecnologia articulada a natureza, o incentivo a um olhar mais consciente e ampliar a percepção de que o ser humano interfere de maneira relevante nesse ambiente que o cerca. Contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento da inteligência naturalista associada ao entendimento do processo cultural de acordo com o contexto em que o aluno vive.

Dessa forma, é fundamental pensar quais são as formas de promover a educação ambiental, essa que não deve se basear apenas em conteúdos tratados de maneira esporádica, mas deve ser explorado de forma a transformar as presentes gerações e as futuras, à medida que se entende a relação sujeito e meio.

Como foi analisado, é importantíssimo que o aluno atue como agente de sua própria aprendizagem, ocupando um lugar de investigador e pesquisador do conhecimento. Nesse sentido, cabe ao docente proporcionar experiências aos estudantes que permitam a atuação deles sobre os objetos, que estimulem a coletividade, o olhar crítico e problematizador, onde possa identificar na sua escola, a sua própria vida.

Referências

- ABREU, Luiz Carlos de *et al.* A Epistemologia Genética de Piaget e o Construtivismo. *Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Hum.* [S. l.], p. 361-366, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19973/22059>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federal do Brasil*. Disponível em Acesso em 16.nov.2021.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, meio ambiente/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso em: 20.abr. 2021.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Básica, 2017.
- COLACO, Veriana de Fátima Rodrigues et al. Estratégias de mediação em situação de interação entre crianças em sala de aula. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 12, n. 1, p. 47-56, Apr. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2007000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 16 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2007000100006>.
- ESTEVE, Júlia Maria. Mudanças sociais e função do docente. In: NÓVOA, Antonio. *Profissão Professor*. Porto: Ed. Porto, 1995.
- FERREIRA, Aurino Lima; ACIOLY-RÉGNIER, Nadja Maria. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. *Educar*, Curitiba, ano 36, p. 21-38, 2010.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- _____. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido* – Novo Hamburgo: Feevale, RS. 2003. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/93aeebed-9c8b-4b56-8341-22ac5cd3b501/Boniteza%20de%20um%20Sonho.pdf> (Links para um site externo.). Acesso em: 29 de abr de 2021.
- GARDNER, H. *Inteligências Múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- _____. *Inteligência: um conceito Reformulado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- GODOY, Arilda. RAE Artigos. *Pesquisa Qualitativa tipos Fundamentais*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 11 de abr de 2021.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Educação Ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios*. 1. ed. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2015. 254 p. ISBN 9788544900680.
- NOGUEIRA, Nilbo. R. *Pedagogia dos Projetos - Uma Jornada Interdisciplinar Rumo ao Desenvolvimento das Múltiplas Inteligências*. Editora Saraiva, 2009. 9788536522302. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522302/>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- ODS #4: *Educação de qualidade* • IBGE Explica. IBGE. Youtube. [S.l.:s. n.], 30 set. 2016. 4min.08s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=htHKxLMIWrY>. Acesso em: 20 nov.2021.

VARIA

- ONU. *Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda> Acesso em 13.nov. 2021.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2018. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>> Acesso em: 15 mar. 2021.
- PASCOAL, Raissa. *Trabalho com projeto para criar atividades significativas para os alunos*. [S. l.]: Nova Escola, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4938/trabalho-com-projeto-uma-alternativa-para-criar-atividades-significativas-para-os-alunos>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- PROENCA, Rossana Pacheco da Costa. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 43-47, Oct. 2010. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400014&lng=en&nrm=iso>. Access em 15 June 2021.
- REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. [S. l.]: Brasiliense, 2017. 71 p. ISBN 9788511350289.
- SALGADO, Joselem Mastrodi. *Alimentos inteligentes: saiba como obter mais saúde por meio da alimentação*. São Paulo: Prestígio, 2005.
- SARTORI, Latrônico, Campos. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. *Ambiente & Sociedade*. 2014, v. 17, n. 1, pp. 01-22. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/asoc/a/yJ9gFdvvcwTxMR5hyWtRR6SL/?lang=pt#>>. Epub 08 Maio 2014. ISSN 1809-4422.
- TIBA, Içami. *Ensinar aprendendo: novos paradigmas da educação*. 18 ed. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

RELATO DE PESQUISA**SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO EM RECÉM-NASCIDOS PRÉ-TERMO EM USO DE OXIGENOTERAPIA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL - UTIN**

Karolina de Araujo Cappelli⁸⁶

Resumo: Objetivo: Analisar, quantitativamente, a ocorrência dos desvios de saturação de oxigênio nos Recém-Nascidos pré-termos com idade gestacional igual ou menor que 32 semanas e menores que 1500g, que foram submetidos à oxigenoterapia na UTIN. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, realizado por meio de busca retrospectiva dos registros dos níveis de saturação de Oxigênio contidos nos prontuários dos RNPT internados na UTIN de uma maternidade de alto risco fetal. **Resultados:** A amostra foi constituída por 16 participantes, com predominância do sexo feminino. Das modalidades ventilatórias apresentadas, o CPAP foi mais prevalente que a VM e os eventos de Hiperóxia mais frequentes que os de Hipóxia. Foi possível analisar o peso de nascimento, tempo de exposição ao oxigênio e a idade gestacional comparando as duas modalidades ventilatórias. **Conclusão:** Através dos resultados encontrados, podemos observar que os eventos de hiperóxia são mais banalizados comparados aos eventos de hipóxia no cuidado do RNPT. A saturação alvo ainda é uma temática pouco estudada nas plataformas de pesquisa. Por isso, vale considerar a contribuição desse estudo para a prática clínica e para a busca do cuidado ideal do prematuro na diminuição dos danos associados à oxigenoterapia. **Descritores:** Oxigenioterapia; Recém-Nascido Prematuro; Monitorização Transcutânea dos Gases Sanguíneos, Unidades de Terapia Intensiva Neonatal.

OXYGEN SATURATION OF PRETERM NEWBORNS IN OXYGEN THERAPY IN THE NICU

Abstract: Objective: To quantitatively analyze the occurrence of oxygen saturation deviations in preterm newborns with gestational age equal to or less than 32 weeks and weighing less than 1500g, who underwent oxygen therapy in the NICU. **Methods:** This is a descriptive study with a quantitative approach, carried out through a retrospective search of records of oxygen saturation levels contained in the medical records of PTNBs admitted to the NICU of a maternity hospital with high fetal risk. **Results:** The sample consisted of 16 participants, predominantly female. Of the ventilatory modalities presented, CPAP was more prevalent than MV and Hyperoxia events more frequent than Hypoxia. It was possible to analyze birth weight, time of exposure to oxygen and gestational age by comparing the two ventilatory modalities. **Conclusion:** Through the results found, we can observe that hyperoxia events are more trivial compared to hypoxia events in PTNB care. Target saturation is still an understudied topic on research platforms. Therefore, it is worth considering the contribution of this study to clinical practice and to the search for optimal care for preterm infants in reducing the damage associated with oxygen therapy. **Descriptors:** Oxygen therapy; Newborn Premature; Transcutaneous Blood Gas Monitoring, Neonatal Intensive Care Units.

⁸⁶ Enfermeira neonatal · Especialista em Enfermagem neonatal pelo Programa de residência do IFF/FIOCRUZ (2020). Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2017).

Introdução

Diante do uso de oxigênio suplementar em recém-nascidos na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), surge a motivação de estudar a importância da monitorização dos níveis de saturação de oxigênio nessa população. Desde o surgimento da oxigenoterapia, diversos relatos de morbidades são relacionados ao uso indiscriminado do gás, principalmente em recém-nascidos pré-termo (RNPT) e de baixo peso ao nascer. Estudos apontam que, na década de 60, observou-se um grande progresso na assistência perinatal com o surgimento de novas tecnologias, porém, em consequência, elevou-se a incidência de Displasia Broncopulmonar (DBP).¹

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisas Neonatais, de 2008 a 2016 ocorreu um aumento de 13,7% na sobrevivência dos recém-nascidos pré-termo extremos e de muito baixo peso ao nascer. Porém, apesar de todo o avanço na diminuição da mortalidade, a prematuridade é responsável pela elevada morbidade dos sobreviventes, seja por complicações agudas ou em longo prazo.²

Dentro da UTIN é possível observar RNPT que necessitam de oxigenoterapia para a manutenção da saúde. Em consequência disso, ocorre o aumento das chances de sobrevivência, já que esses bebês se encontram em processo de desenvolvimento e maturação pulmonar. Muitos necessitam de suporte ventilatório por períodos prolongados e na maioria das vezes com altas concentrações de oxigênio, aumentando os riscos de BDP e Retinopatia da Prematuridade (ROP).³

Crianças que fizeram uso de Ventilação Mecânica (VM) no período neonatal apresentam 1,5 vezes mais chances de episódios de morbidades respiratórias na idade entre 12 a 36 meses do que as não ventiladas.³ Por isso, é de imensa importância a fiscalização rigorosa dos níveis de saturação de oxigênio dentro dos parâmetros ideais para recém-nascidos em exposição a oxigênio suplementar.

Acredita-se que níveis de saturação inferiores a 90% podem reduzir os riscos de ROP, porém, estudos prévios demonstraram comprometimento de neurodesenvolvimento e aumento no risco de morte. Já valores maiores a 95% podem aumentar os riscos de sequelas pulmonares em bebês que permanecem dependente de oxigênio por períodos mais elevados.⁴

Correlacionando a prematuridade com o uso de oxigênio suplementar, a lesão pulmonar induzida pelo oxigênio é deflagrada pela produção excessiva de radicais livres tornando-se tóxicos. O prematuro é mais vulnerável a esse tipo de lesão já que os sistemas antioxidantes ainda não se desenvolveram por completo fazendo com que os metabólicos ativos do oxigênio

provoquem dano tecidual.⁵ Devido à tais fatores, a monitorização da entrada e saída dos gases e a realização dos devidos ajustes quando necessários precisam fazer parte de maneira significativa da rotina dos profissionais de saúde do setor.

O uso do oxigênio no período neonatal é extremamente necessário para o suporte de vida em diversas patologias, porém pode ser potencialmente tóxico em diversos tecidos e órgãos em um RNPT. A partir da quinta década do século XX, a oxigenoterapia tornou-se uma medida terapêutica efetiva na manutenção da vida desses recém-nascidos, e com o seu uso liberal, ocorreu um aumento significativo da ROP, confirmando-se então a relação do oxigênio em altas concentrações com essa doença e o surgimento de lesões pulmonares que posteriormente foram denominadas como DPB.⁶

A precursora da Enfermagem, Florence Nightingale, em sua época, já ressaltava que o primeiro quesito de um hospital é que ele jamais faça mal ao paciente. Logo, o papel do profissional presente na UTIN é manter a segurança do recém-nascido de alto risco levando conforto e tratamento necessário para a sua recuperação com presença mínima de sequelas. Portanto, a monitorização dos níveis de saturação de oxigênio é uma estratégia de segurança do paciente para minimizar os riscos de malefícios a essas crianças.

Objetivos

Analisar, quantitativamente, a ocorrência dos desvios de saturação de oxigênio nos Recém-Nascidos pré-termos com idade gestacional igual ou menor que 32 semanas e menores que 1500g, que foram submetidos à oxigenoterapia na UTIN.

Métodos

Estudo descritivo, de abordagem quantitativa. Realizado por meio de busca retrospectiva dos registros dos níveis de saturação de Oxigênio contidos nos prontuários dos RNPT. Como critérios de inclusão foram utilizado idade gestacional igual ou menor que 32 semanas e menores de 1500g, necessidade de oxigenoterapia por meio de VM, Pressão Positiva Contínua de Vias Aéreas (CPAP) ou oxi-Hood em um período superior a 24 horas, admitidos na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal entre janeiro à dezembro de 2018. Os Critérios de Exclusão foram os RNPT que apresentaram má-formação congênita, que foram diagnosticados com alguma cardiopatia e/ou os que vieram a óbito no período de internação.

VARIA

A pesquisa foi realizada em uma UTIN de uma maternidade referência para risco fetal na Cidade do Rio de Janeiro. Esta é dividida em UTIN com aproximadamente 14 leitos, a Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal (UCINCO) possuindo 8 leitos de internação e a Unidade Intermediária Neonatal Canguru (UCINCA) com 4 leitos e atualmente fechada por questão de reforma.

Como estratégia de coleta de dados utilizou-se o prontuário do paciente. Os dados coletados foram: Data de nascimento, idade gestacional e peso ao nascer, tipo de modalidade ventilatória utilizada e período de exposição ao oxigênio suplementar. A partir dessas informações, foi elaborada uma planilha no Software Excel para constituir um banco de dados apresentando as variáveis. Somando a isso, foram requisitadas as oportunidades de anotação em horas, ou seja, as vezes que a saturação de oxigênio foi anotada pela equipe, e a partir desse dado, as ocorrências de hipóxias e hiperóxias presentes a partir da FiO₂ registrada (valores acima da concentração do ar ambiente 21%) de acordo com os níveis utilizados pela Instituição (91-95%). Essas informações estão presentes nos balanços de enfermagem contidos nos prontuários. Foram avaliadas todas as folhas desde o primeiro dia de oxigenoterapia até a sua suspensão.

Para a análise de dados foi utilizado o software SPSS Statistics 20, onde foi possível exportar o banco de dados do Excel e a partir disso, realizar os testes e construir tabelas para a formulação dos resultados. Para verificar a normalidade dos dados, foi utilizado o teste de Kolmogorov-Smirnov. As variáveis categóricas foram apresentadas através de valor absoluto e seu percentual na amostra e as contínuas, através de valores de mediana, mínimo e máximo. Para a comparação das medianas, foi utilizado o teste de Mann-Whitney. Foi considerado estatisticamente significativo o p-valor menor que 0,05.⁷

O presente estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da instituição através da Plataforma Brasil com o número de aprovação 07533019.0.0000.5269. O início da coleta ocorreu apenas perante aceitação do CEP. De acordo com a Resolução 466 de 2012, a pesquisa respeita todos os aspectos éticos, assegurando os direitos e deveres dos participantes, a comunidade científica e ao Estado.

A coleta de dados se deu a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos responsáveis pelo recém-nascido, respeitando todas as etapas para que o convidado possa se manifestar de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida. Por se tratar de uma pesquisa retrospectiva e sem entrevista direta com os participantes, destaca-se que os riscos de maleficência física, psíquica, física ou moral são inexistentes. O risco de identificação do paciente foi minimizado a partir de utilização de códigos para o seu registro.

Resultados

Do total de 24 recém-nascidos inicialmente selecionados, 8 foram excluídos por óbito no período da internação. Sendo assim, a amostra foi constituída por 16 participantes aptos para a pesquisa e a descrição de suas variáveis foi apresentada na tabela 1.

O sexo Feminino foi mais predominante entre os participantes assim como a modalidade ventilatória CPAP comparado com VM. Em relação aos desvios de saturação apresentados no período de oxigenoterapia desses RNPT, os eventos de Hiperóxia são mais frequentes quando comparados com os eventos de Hipóxia (tabela 1).

Tabela 1: Descrição da amostra

Variáveis	N=16
Sexo	
Feminino	10(62,5%)
Masculino	6(37,5%)
Modo Ventilatório	
CPAP	12(75%)
VM	4(25%)
Idade Gestacional (semanas)	30+4 [27+2-32+7]
Peso ao nascer (gramas)	1325 [410-1665]
Tempo de Exposição (dias)	11 [2-246]
Eventos de Hipóxia	2 [0-240]
Eventos de Hiperóxia	20 [2-1282]

CPAP: Pressão Positiva Contínua de Vias Aéreas; VM: Ventilação Mecânica.

É possível observar que os RNPT que foram expostos à VM apresentaram menor peso ao nascer e maior tempo de exposição ao oxigênio suplementar, comparando as medianas das variáveis. A idade gestacional também foi inferior quando se tratou das crianças que fizeram uso de VM comparadas com as de CPAP, apresentado uma mediana de 28 semanas e 1 dia (tabela 2).

Tabela 2: Comparação entre VM e CPAP

Variáveis	CPAP n=12	VM n=4	P valor
Peso ao nascer	1402 [1105-1665]	971[410-1280]	0,03
Tempo de exposição ao O ₂ (dias)	11 [2-39]	43 [9-246]	0,262
Idade gestacional	30+8 [28+2-32+7]	28+1 [27+2-29+2]	0,013
Eventos de hipóxia	1 [0-23]	84 [2-240]	0,02
Eventos de hiperóxia	19 [2-73]	218 [12-1282]	0,212

CPAP= Pressão positiva contínua em vias aéreas, VM= Ventilação mecânica

Além disso, pode-se observar, em relação ao peso de nascimento, que os RNPT com idade gestacional inferior a 30 semanas apresentaram uma mediana de peso menor comparado aos bebês com idade superior, 1230g e 1430g respectivamente. Vale ressaltar que o tempo de exposição dessas crianças foi mais que o dobro com uma mediana de 15 dias em comparação com o grupo maiores de 30 semanas que apresentou 7 dias de exposição a oxigenoterapia. Ambas as variáveis apresentaram p valor menor que 0,05, sendo então estaticamente significativo (tabela 3).

Tabela 3: Correlação Idade Gestacional

	IG <30 semanas	IG >30 semanas	P valor
Peso ao nascer	1230 (410-1310)	1430 (1200-1665)	0,002
Tempo de Exposição	15 (9-246)	7 (2-33)	0,042
Hipóxia	3 (0-240)	0 (0-23)	0,091
Hiperóxia	26 (12-1282)	18 (2-66)	0,071

IG= Idade gestacional

Discussão

Estudos que tratam especificamente da atuação do enfermeiro na assistência ao recém-nascido em terapia com oxigênio suplementar ainda são escassos, e cerca de 45% dos artigos referem-se a monitorização dos níveis de oxigenação.⁸ Por isso, pode-se destacar a importância

da construção de novos estudos com essa temática, visando o aprimoramento no tratamento do RNPT, assim como o objetivo desta pesquisa.

A mensuração da oxigenação arterial e a importância da sua avaliação são de suma importância no manuseio do RN de alto risco, além de ser fácil de ser medida, indica adequado suprimento de Oxigênio aos tecidos e correlaciona-se bem com as medidas de saturação da Hemoglobina.⁹

A Rede Brasileira de Pesquisas Neonatais mostra um considerável avanço na sobrevivência dos RNPT desde o ano de 2008 comparado ao de 2016. No entanto, a prematuridade continua sendo a principal causa de óbito neonatal. Além de contribuir para a mortalidade, o nascimento prematuro é responsável por elevada morbidade dos sobreviventes, seja por complicações agudas, seja em longo prazo por conta de sequelas no desenvolvimento físico e intelectual.²

O uso de suporte ventilatório no período neonatal esteve associado com maior prevalência de diagnóstico médico de asma aos seis anos de vida. Alguns fatores envolvidos no desenvolvimento desses problemas são a prematuridade, assistência ventilatória, infecção, início tardio de nutrição enteral e a persistência do canal arterial.²

Os dados apresentados neste estudo analisaram os desvios de saturação de oxigênio nos RNPT, pois, como relatado anteriormente, fazem parte da população que apresenta maior risco de desenvolver morbidades relacionadas ao uso de oxigênio suplementar. Logo, existe uma relação inversa entre a incidência da DBP com a idade gestacional e o peso de nascimento, e no Brasil, sua incidência variou de 21% a 68% nas pesquisas mais recentes.¹⁰

A população estudada apresentou idade gestacional igual ou inferior a 32 semanas e muito baixo peso ao nascer (<1500g). Portanto, pode-se destacar um risco elevado de complicações e morbidades relacionados a prematuridade e imaturidade do bebê, sendo necessário a fiscalização adequada dessa população com objetivo de minimizar danos.

Através da análise de 129 medições da Saturação de Oxigênio em um estudo, 72 apresentaram valores normais de acordo com os níveis estipulados em seu estudo e 57 foram alterados. Do número total de medições encontrados alterados, 46 se deviam a Hiperóxia e 11 a Hipóxia. Tal dado corrobora ao encontrado na pesquisa, como podemos observar nos resultados da tabela 1, onde os eventos de hiperóxia são superiores aos eventos de hipóxia.¹¹

Em relação à frequência de hiperóxia e hipóxia nos RNPT, podemos observar que os eventos são mais frequentes naqueles que fizeram uso de VM comparados aos de CPAP. O peso ao nascer e a idade gestacional também são variáveis que chamaram atenção durante esses eventos, já que os mais novos e menores foram os que apresentaram mais eventos de hipóxia e hiperóxia durante a sua internação.

Por meio deste estudo, percebeu-se que o tipo de suporte ventilatório mais utilizado na unidade foi o CPAP, porém, comparado com o peso de nascimento, observou-se que os RNPT com mediana de 900g fizeram uso de VM. Dos participantes que fizeram uso de VM durante a internação também foram os que tiveram maior tempo de exposição ao O₂ e idade gestacional inferior aos que utilizaram apenas CPAP.

Em relação ao tempo de exposição ao oxigênio, estudos mostram que crianças nascidas com idade gestacional inferior a 32 semanas e/ou peso de nascimento menor que 1500g que fizeram uso de oxigênio suplementar por período superior a 28 dias, apresentaram cinco vezes mais chances de dispneia aos 19 anos de idade do que aquelas que usaram por período menor². Comparando com os resultados apresentados, o tempo de exposição ao oxigênio encontrado na pesquisa teve uma mediana de onze dias. Porém, comparando CPAP com VM, podemos observar uma diferença importante entre as medianas com 11 e 43 dias respectivamente, ou seja, crianças que foram expostas a VM durante a internação apresentaram aproximadamente quatro vezes mais tempo de oxigenoterapia do que as que fizeram uso de CPAP.

Como estratégia de controle da saturação alvo estipulada pela instituição, utiliza-se uma placa nos monitores das crianças que fazem uso de oxigênio suplementar independente da sua patologia, idade gestacional ou peso. Essas placas servem de alerta para a equipe na questão dos alarmes a serem estipulados auxiliando no controle da FiO₂ ofertada. Além das placas, a anotação horária da equipe de enfermagem também se configura como uma medida de controle para manter as crianças na saturação alvo.

Como limitação do estudo, pode-se apontar a dificuldade na obtenção da assinatura do TCLE, já que 100% dos prematuros são acompanhados nas consultas de Follow up, porém além das faltas, muitas famílias abandonam o acompanhamento com o passar dos meses interrompendo o seguimento e dificultando as assinaturas.

Através dos dados apresentados, podemos sinalizar a importância do controle da oxigenação durante a internação hospitalar, principalmente se tratando de crianças tão frágeis e imaturas como os RNPT de muito baixo peso ao nascer. Todas as nossas atividades dentro da UTIN impactam diretamente na qualidade de vida dessa criança no futuro, sendo assim, é função da equipe de saúde fornecer o cuidado para esses pequenos com o objetivo de minimizar os danos em sua infância e vida adulta.

Conclusão

A saturação alvo ainda é uma temática pouco estudada nas plataformas de pesquisa. Por isso, vale considerar a contribuição desse estudo para a prática clínica e para a busca do cuidado ideal do prematuro na diminuição dos danos associados à oxigenoterapia.

Através dos resultados encontrados, podemos observar que os eventos de hiperóxia são mais banalizados comparados aos eventos de hipóxia no cuidado do RNPT. Isso pode apontar um determinado déficit de conhecimento da equipe quando se trata dos agravos que o excesso de oxigênio causa nessa população.

Como recomendação, é de extrema importância investir na capacitação desses profissionais sobre o controle do oxigênio alvo, sendo uma das prioridades na UTIN já que parte da clientela é prematuro extremo ou muito baixo peso ao nascer. O treinamento e a sensibilização da equipe são elementos de custo zero, porém com alto impacto nos possíveis desfechos desfavoráveis de morbidade neonatal. O objetivo é devolver essas crianças para suas famílias em excelente estado de saúde e com o mínimo de agravo possível.

Através da visão como residente de enfermagem, enxergo esse estudo como uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. O cuidado do recém-nascido de alto risco e sua família é o foco principal, e para mim, esse cuidado inclui uma visão holística desde o seu posicionamento no leito até o manejo da tecnologia dura. Por isso, a busca por conhecimento precisa ser intermitente, e essa pesquisa se configura como a continuação de um aprendizado interminável.

Referências

- MONTE, LJV; FILHO, LVFS; MIYOSHI, H; ROZOZ, T. *Bronchopulmonary Dysplasia*. J. Pediatr. (Rio J.). 2005 Abril; vol.81 (no.2)
- CHIUETTA, FS; MUNHOZ, TN; SANTOS, IS; MENEZES, AMB; ALBERNAZ, E; BARROS, FC; et al. *Suporte ventilatório ao nascer e associação com doenças respiratórias aos seis anos: Coorte de Nascimentos de Pelotas*, Rio Grande do Sul, Brasil, 2004. Cad. Saúde Pública 31 (7). Jul 2015; vol31 (n7).
- CHALFUN, G; MELLO, RR; DUTRA, MVP; ANDREOZZI, VL; SILVA, KS. *Fatores associados à morbidade respiratória entre 12 e 36 meses de vida de crianças nascidas de muito baixo peso oriundas de uma UTI neonatal pública*. CSP. Fev 2009; Vol25 (n6).
- ASKIE, LM; DARLOW, BA; FINER, N; SCHMIDT, B; STENSON, B; MORDI, WT; et al. *Association Between Oxygen Saturation Targeting and Death or Disability in Extremely Preterm Infants in the Neonatal Oxygenation Prospective Meta-analysis Collaboration*. JAMA. Jul 2018; Vol 319 (no21).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Atenção à Saúde do Recém-Nascido* vol. 1, 2012.
- RODRIGUES, FP. *Importância dos radicais livres de oxigênio no período neonatal*. J. Pediatr. 1998; Vol74 (no2).

VARIA

- MUKAKA, MM. *Statistics corner: A guide to appropriate use of correlation coefficient in medical research*. Malawi Med J. Set 2012; vol24 (n3): 69-71.
- BORGES, JPA. *Monitorização da oximetria de pulso em recém-nascidos: atuação do enfermeiro nas unidades neonatais*. REAS. 2013; vol2 (n3): 106-114
- MARGOTTO, PR. *Oximetria de pulso/capnografia oxigenação ótima*. Rev. Saúde Criança Adolesc. 2010; vol2 (n2): 12-22.
- DUARTE, PEGR; COUTINHO, SB. *Fatores associados à displasia broncopulmonar em prematuros sob ventilação mecânica precoce*. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. Jun 2012; vol12 (no2).
- MENDES, TAB; ANDREOLI, PBA; CAVALHEIRO, LV; TELERMAN, C; LASELVA, C. *Adjustment of oxygen use by means of pulse oximetry: an important tool for patient safety. einstein*. 2010; vol8 (no4):449-55.

RELATO DE EXPERIÊNCIA**O FEMININO EM TONS DE CIANO: UMA OFICINA DE REVELAÇÃO EM CIANOTIPIA***Izabel Marluce Silva Lemos⁸⁷**Daniela Nery Bracchi⁸⁸*

Resumo: Este relato de experiência se debruça sobre uma oficina de cianotipia cujo objetivo foi resgatar a técnica alternativa de revelação fotográfica através da cianotipia, de maneira que a técnica fosse entrelaçada com sua aplicação dentro da temática do feminino. A busca foi por relacionar de modo poético a temática utilizada com a técnica de revelação, de modo a construir uma cooperação crítica e estética entre esses dois âmbitos. O projeto teve foco no público feminino da comunidade acadêmica, pessoas que eram artistas, interessadas por fotografia e técnicas alternativas de revelação. O projeto foi realizado por meio de método teórico e prático, intercalando explanação teórica com experimentação e exercícios, para que houvesse uma melhor compreensão e as participantes pudessem aplicar o que foi ensinado, em suas produções. Todo o projeto ocorreu na cidade de Caruaru - PE, durante o período de seis meses, contando desde a sua preparação, organização, execução e ação para promover os resultados. Além disso, houve a parceria com o Laboratório de Fotografia do Agreste (Fotolab), local onde foi realizada a oficina. O projeto contemplou ao final uma exposição aberta ao público, que teve a intenção de mostrar o resultado do que foi produzido ao longo da oficina e provocar os espectadores acerca da temática abordada nas produções. O projeto teve, ainda, o apoio da Bolsa de Incentivo à Criação Cultural (BICC) da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (ProExc) da Universidade Federal de Pernambuco.

Palavras-chave: cianotipia; feminino; fotografia; narrativas visuais; processos históricos de revelação.

THE FEMININE IN SHADES OF CYAN: A REVELATION WORKSHOP IN CYANOTYPE**Abstract**

This experience report focuses on a cyanotype workshop whose objective was to rescue the alternative technique of photographic development through cyanotype, so that the technique was intertwined with its application within the theme of the feminine. The search was to relate in a poetic way the theme used with the revelation technique, in order to build critical and aesthetic cooperation between these two areas. The project focused on a female audience in the academic community, people who were artists, interested in photography and alternative development techniques. The project was carried out using a theoretical and practical method, interspersing theoretical explanation with experimentation and exercises, so that there was a better understanding and the participants could apply what was taught in their productions. The entire project took place in the city of Caruaru - PE, over a period of six months, counting from its preparation, organization, execution and action to promote results. Furthermore, there was a partnership with the Laboratório de Fotografia do Agreste (Fotolab), where the workshop was held. At the end of the project, the project included an exhibition open to the public, which was intended to show the results of what was produced throughout the workshop and provoke viewers about the themes covered in the productions. The project was also supported by the Bolsa de Incentivo à Criação Cultural (BICC) from the Pró-reitoria de Extensão e Cultura (ProExc) of the Universidade Federal de Pernambuco.

Keywords: cyanotype; feminine; photography; visual narratives; historical processes of revelation.

⁸⁷ Graduanda em Design na Universidade Federal de Pernambuco. Projeto de pesquisa: Narrativas visuais.

⁸⁸ Professora Adjunta do curso de Design e do curso de Comunicação do Núcleo de Design e Comunicação e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Linguística pela USP, mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Projeto de pesquisa: Cultura Visual e Educação. daniela.bracchi@ufpe.br

Introdução (objetivos, justificativa)

Este relato de caso apresenta o percurso do projeto *Oficina de Cianotipia: O feminino em tons de ciano*, que consistiu em uma oficina composta de seis encontros semanais nos quais as participantes puderam trabalhar etapa por etapa o tema do feminino e a técnica da cianotipia. Além dos encontros semanais, o projeto contou também com exposições, a fim de expor os trabalhos das participantes produzidos durante a oficina.

A iniciativa aqui relatada foi uma proposta aprovada na Bolsa de Incentivo à Produção Cultural (BICC), uma iniciativa da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (ProExc) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O projeto foi aprovado em sétimo lugar entre as quarenta e cinco vagas disponíveis, e teve seu início em outubro de 2023 indo até março de 2024, totalizando seis meses de execução.

O objetivo foi provocar uma reflexão acerca da estética do feminino na fotografia, através de uma oficina com seis encontros nos quais foram ensinadas e produzidas imagens com a técnica alternativa de revelação cianotipia, dentro da temática do feminino, a fim de relacionar conceitualmente o tema e a técnica.

Resgatar e repassar o conhecimento sobre a técnica alternativa de revelação cianotipia foi um dos norteadores principais desse projeto, mas não somente isso. Buscou-se também realizar uma discussão sobre a temática do feminino e fazer fotografias dentro desta temática, transformando os resultados fotográficos em revelações em cianotipia e que sofreram posteriormente outras intervenções manuais. Além disso, por meio das exposições, foram promovidos os resultados obtidos nas oficinas, estimulando o expectador à crítica e interpretação livre acerca da temática representada por meio da fotografia e intervenção estética da cianotipia. Com isso, contribui-se para a expansão do conhecimento de técnicas alternativas de revelação e para o debate artístico e ativista sobre a estética do feminino.

O projeto que aqui relatamos foi composto de uma oficina de cianotipia, método alternativo de revelação fotográfica, de natureza artesanal. Pretendeu-se, por meio da oficina, ensinar a técnica e a aplicação da cianotipia como uma ferramenta de expressão artística de fácil acesso e que pode ser flexível para se somar a outras intervenções manuais sobre a fotografia.

A cianotipia é uma ótima porta de entrada para o conhecimento sobre os processos alternativos de revelação pela sua fácil compreensão, acessibilidade e versatilidade. A técnica foi inventada por Sir John Frederick William Herschel em 1842, mas foi de fato colocada em prática pela primeira vez em uma publicação de 1843 por Anna Atkins, botânica e fotógrafa,

no fotolivro *Photographs of British Algae: Cyanotype Impressions*, considerado por muitos o primeiro livro de fotografia.

O processo do cianótipo é bem descrito por Fábio Giorgi (2017) e consiste na mistura fotosensível de duas soluções: ferricianeto de potássio e citrato férrico amoniacal, ambos diluídos em água. A mistura das soluções é passada no papel, que por sua vez é colocado para secar. Em seguida, o negativo da imagem é colocado sobre a folha e ambos serão prensados por uma placa de MDF e uma de vidro. Após essa etapa, é preciso expor por alguns minutos ao sol ou à luz ultravioleta. Por fim, lava-se o papel em água e é posto para secar. O resultado é uma imagem positiva em tons de azul/ciano. A imagem em cianótipo pode passar por processos de intervenção, onde é possível mudar sua tonalidade da forma que o artista queira intervir na sua obra para melhor apresentar sua imagem. Esse processo é chamado de viragem, e também podem ser realizadas intervenções manuais no papel revelado como: crochê, bordado, aplicação de miçanga, pintura, colagem e diversas outras possibilidades.

O interesse em trazer a proposta da oficina de cianotipia é resgatar um método de revelação artesanal, difundir o conhecimento sobre a técnica e possibilitar uma alternativa de conhecimento da fotografia como meio de expressão artística. Por meio da cor e das possibilidades de intervenções que a cianotipia permite, é possível trabalhar a temática proposta do feminino de forma autoral e singular, que é o que se pretende trazer como resultado: o olhar e expressão de mulheres sobre o tema.

A proposta do projeto foi, portanto, transmitir o conhecimento sobre a cianotipia, introduzindo a este universo de processos alternativos de revelação. A partir disso, estimular a criatividade e abrir este espaço para que mulheres possam expressar, por meio da fotografia e da estética da cianotipia, o feminino, pelo seu ponto de vista. Ao expor essas imagens, pretendeu-se mostrar esses resultados produzidos por elas ao público geral, por meio de uma exposição, para que outras pessoas possam contemplar e refletir acerca da temática.

O embasamento teórico da proposta temática se deu por meio de reflexões sobre o feminismo presentes nas leituras de Virginia Woolf (2003) e Bell Hooks (2018), além de diversos textos sobre o feminino na fotografia e na arte como: *Porque não houve grandes mulheres artistas?* de Linda Nochlin (2016), *Presença Feminina na Fotografia Brasileira* (GIANNI, 2022) e artigos como: *O feminino retratado: fotografia e representação do corpo na pós-modernidade* de Angela Prada de Almeida (2006), e, *Violências cotidianas: a fotografia como registro de empoderamento feminino* de Lurdi Blauth, Diênifer Morgana Schmitt, Anna Paula Rodrigues da Rosa (2019).

Foram apresentados às participantes diversas artistas como forma de inspiração e reconhecimento de que existem muitas mulheres que já atuaram e que atuam atualmente, além de muitas que surgem na área da fotografia e da arte, trazendo discussões muito importantes dentro da temática do feminino por meio de suas obras. Para além de inspirações, é importante destacar e mostrar essas mulheres e seus trabalhos que merecem ser vistos e reconhecidos por outras tantas que apreciam ou até tenham o interesse em fazer o mesmo por meio de sua expressão artística.

Metodologia

A metodologia para execução do projeto consistiu em intercalar partes teóricas e práticas. Desse modo, foi feita a explicação e em seguida a aplicação, para que as participantes colocassem em prática o que foi ensinado e tirem suas dúvidas sobre o processo, podendo aplicá-lo nas suas produções. Os passos principais que compuseram a metodologia foram:

Explicação teórica com o apoio de slides - As duas primeiras aulas da oficina foram voltadas para a introdução às técnicas fotográficas, de modo a ser explicado o que é preciso para que as participantes possam materializar o ensaio fotográfico que compõe o resultado da oficina. As explicações sobre a técnica de cianotipia receberam a maior atenção, mostrando sua introdução e as etapas e materiais que compõem o processo. Além disso, foi discutido sobre a temática do feminino e sua representação na fotografia, onde mostrou-se algumas das principais fotógrafas artistas que se destacaram dentro da temática, de modo a expor as participantes a trabalhos de referências que poderão ser utilizados em seus ensaios visuais desenvolvidos ao longo da oficina.

Experimentação prática da técnica de cianotipia - Cada tópico que compõe a explicação teórica foi seguido por sua demonstração prática, de modo que o que foi ensinado possa ser posto em prática para melhor entendimento e para que se possa suprir as dúvidas que surgirem. A técnica de cianotipia é segura e pode ser realizada nas dependências do Fotolab-Laboratório de Fotografia da UFPE-CAA, que compõe a instituição parceira deste projeto e que conta com insumos e equipamentos (incluindo equipamentos de segurança) para realização dos experimentos fotográficos.

Exercícios individuais - Após preparação teórica e demonstração prática, as participantes produziram seus trabalhos, começando pelo ensaio, passando pela relevação do cianótipo e finalizando nas intervenções que julgaram necessárias para compor suas obras. O processo foi mediado e orientado pelas ministrantes.

Discussões em grupo sobre os resultados alcançados - Com os resultados em mãos, foi realizada uma discussão sobre suas produções e sobre a oficina como um todo. Foi um momento de troca de saberes e de autoavaliação com o objetivo de promover a troca e o aprendizado colaborativo. Por fim, foi discutido também sobre a exposição que foi realizada com os resultados da oficina, debatendo ideias para compor a ação. O intuito da exposição foi realizar uma ação que pudesse promover e valorizar as artes produzidas e mostrar esses resultados ao público geral.

Desenvolvimento

Pré-oficina: estudo e preparação material teórico

A parte de pesquisa do projeto começou a ser realizada no mês de outubro e antes da pesquisa. Ao assistir a terceira temporada de uma série chamada *Sex Education* (SEX, 2023), da Netflix, uma cena chamou atenção por falar sobre mulheres artistas e principalmente o feminino retratado na arte por essas mulheres artistas. Na cena em questão, tirada do terceiro episódio da quarta temporada, a personagem Aimee está a procura do seu modo de se expressar artisticamente, enquanto que o personagem Isaac a orienta nesse processo quando mostra para ela uma sequência de fotos da artista e performer Ana Mendieta. A artista cubana se auto retrata com sangue, como uma vítima de agressão, e o personagem observa que “muitas artistas gostam de usar autorretratos”. Então Aimee complementa seu pensamento ao concluir que “talvez seja porque outras pessoas não as veem como elas são” *Sex Education* (SEX, 2023). Essa última fala chamou a atenção, pelo fato de expressar de maneira sucinta sobre como o feminino retratado por mulheres tem esse poder de dar visibilidade a elas e suas vivências, suas histórias, o que querem dizer para outras pessoas e para outras mulheres.

Figura 1: Cena da Série *Sex Education*



Fonte: Adaptado de Sex, 2023.

Como uma das aulas previstas no plano de trabalho seria para aprender técnicas fotográficas e fazer o registro das fotos a serem reveladas no cianótipo, decidiu-se, a partir da cena descrita acima, propor às participantes que fizessem autorretratos e retratassem umas às outras.

Em um primeiro momento, foi necessário um estudo de embasamento teórico e referências para nortear o propósito do projeto, que é trabalhar a cianotipia dentro da temática do feminino. As autoras escolhidas para falar sobre o pensamento feminista foram Virginia Wolf e bell hooks. Virginia Wolf (2003) traz um exemplo de crítica, revolução e feminismo através de sua arte que é a escrita, estabelecendo pontes entre o real e o imaginário e promovendo uma crítica literária reformadora feminista. Já bell hooks (2018) defende que é através da educação revolucionária e feminista que a violência em todas as suas formas será destituída. O projeto uniu esses dois pensamentos, utilizando-se do ensino da técnica de cianotipia como um meio de expressar artisticamente os pensamentos, as críticas, a beleza e o feminino de mulheres para mulheres, e delas para todos.

Ao falar do feminino na fotografia e na arte, alguns textos foram escolhidos para discussão, como *Por que não houve grandes mulheres artistas?*, de Linda Nochlin (2016), que tenta responder essa pergunta. É uma reflexão sobre como esse pensamento está intrínseco em nós, é o que é ensinado e perpetuado em mitologias, academias de arte, sistema de mecenato, a visibilidade assídua para artistas masculinos ao longo da história. O texto *O feminino retratado: fotografia e representação do corpo na pós-modernidade*, de Angela Prada de Almeida (2006), se destacou ao falar sobre a importância do retrato como reflexo de pensamento.

O artigo *Violências cotidianas: a fotografia como registro de empoderamento feminino* de Lurdi Blauth, Diênifer Morgana Schmitt, Anna Paula Rodrigues da Rosa (2019), traz diversas reflexões importantes sobre ações de empoderamento e como a fotografia foi e é uma ferramenta de empoderamento. Dessa forma, podemos compreender as especificidades do olhar feminino, sendo mais do que estética, mas um ato político. Com esses textos trazidos para as participantes, foi levantado a proposta de que elas podiam além de se retratar, retratar também umas às outras, como forma de mostrar esse olhar através da fotografia.

Por fim, o último texto colocado foi *Presença Feminina na Fotografia Brasileira* (GIANNI, 2022), destacando como as mulheres estavam presentes no cenário da fotografia, ainda que muitas vezes nos bastidores, em trabalhos minuciosos como retocadoras, fotocopiadoras ou assistentes nos laboratórios. O destaque também para Gioconda Rizzo, a primeira mulher a abrir um estúdio de fotografia no Brasil, ainda que com dificuldades de

mantê-lo devido à pressão de seus familiares. Essas informações são importantes de serem colocadas e mostrar que aqui no nosso país também houve um histórico de mulheres presentes na fotografia, destacando figuras pouco ou não lembradas como a Gioconda Rizzo.

A pesquisa conteve também a seleção e apresentação para as participantes de doze mulheres artistas na fotografia e na arte, como referência e inspiração enquanto mulheres e artistas. As doze que selecionamos foram: Anna Atkins, Carrie Mae Weems, Francesca Woodman, Cindy Sherman, Claude Cahun, Adriana Lestido, Catharina Suleiman, Ana Mendieta, Rosa Luz, Anna Maria Maiolino, Rosana Paulino, e Priscilla Buhr. Além dessas, foi deixada como sugestões de pesquisa uma lista final com mais mulheres artistas.

O processo: a oficina e as produções

Os encontros da oficina se totalizaram em seis, com o objetivo de ir passo a passo com as participantes, para que as produções pudessem ocorrer de forma gradativa. Eles ocorreram em novembro e dezembro, sendo quatro encontros em novembro (09, 16, 23 e 30) e os dois últimos em dezembro (07 e 14).

O primeiro encontro da oficina foi para apresentação do projeto e principalmente da temática, com as referências já apresentadas aqui anteriormente. A intenção neste primeiro momento foi entrar de cabeça com elas na temática, para que tudo o que viesse depois fosse inspirado pela temática do feminino, e assim as ideias para as produções fossem pensadas mais naturalmente. Além disso, junto com a discussão da temática trouxemos também as doze mulheres artistas como exemplo, falamos um pouco sobre cada uma e mostramos alguns de seus trabalhos.

Figura 2: Primeiro dia de oficina

Fonte: elaborado pela autora

Para que pudessem tirar suas fotos com as ferramentas que possuíam e da forma que desejassem, reservamos o segundo encontro para dar uma introdução às técnicas fotográficas. As participantes puderam aprender sobre as principais funções que podem ser manualmente ajustadas na hora de fotografar que são: ISO, obturador e diafragma. Contando com o acervo de câmeras do Fotolab, o parceiro deste projeto e local onde ocorreu as oficinas, pudemos mostrar também essas funções numa câmera de tipo DSLR, além de aprender como isso funciona no celular. Assim, as participantes puderam fazer exercícios para aprender a mexer nessas funções e no intervalo entre um encontro e outro realizar as fotos que gostariam de utilizar na oficina.

Figura 3: Segundo dia de oficina

Fonte: elaborado pela autora

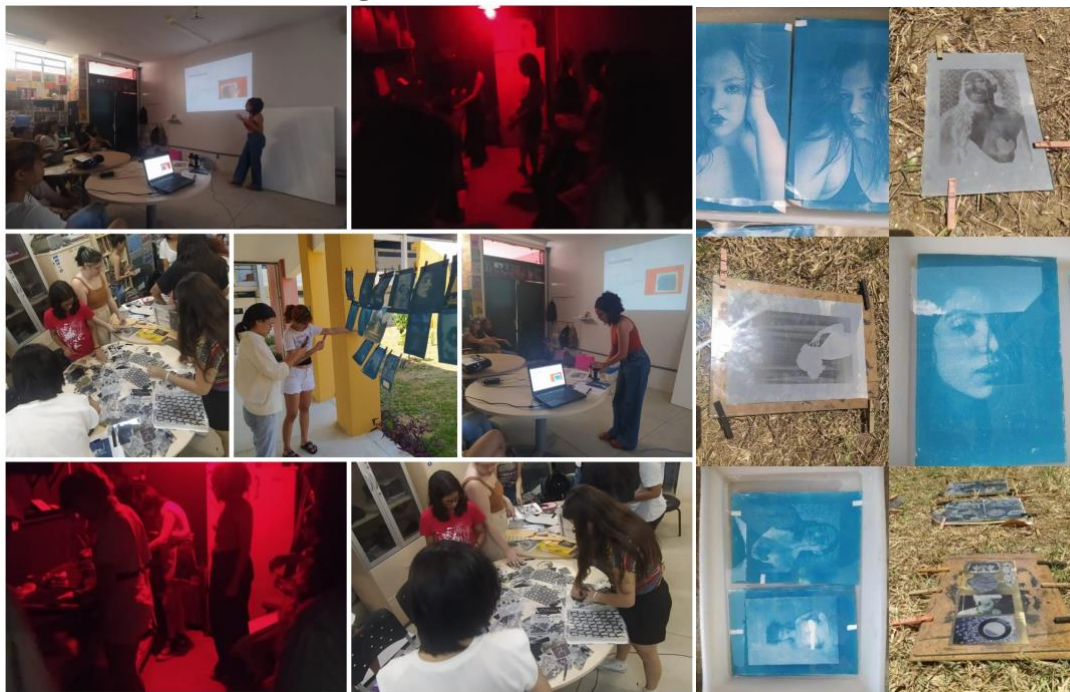
No terceiro encontro, ensinamos as participantes como editar as fotos de modo a obter um negativo apropriado para a revelação em cianotipia. Em um primeiro momento, junto a elas vimos as fotos que elas tiraram e ajudamos elas a escolherem duas, para que fossem reveladas. Depois da seleção foi mostrado como inverter a foto para o negativo e editar o contraste antes e depois dessa inversão. Por último, foram dadas as orientações necessárias quanto ao tipo de transparência que esses negativos requerem, sobre o tipo de impressão mais adequado e alguns cuidados que devem ser tomados.

Figura 4: Terceiro dia de oficina

Fonte: elaborado pela autora

É importante salientar que entre os intervalos de um encontro e outro da oficina, o que precisava ser feito era posto em prática neste período como: impressão de negativos, testes para saber o papel mais adequado para que elas usassem, compra de materiais que fosse preciso, reuniões com a professora orientadora do projeto, Daniela Bracchi, e troca de ideias com a colaboradora Karolyne Santiago, que esteve presente ao longo de todo o processo.

Após os três encontros, chegamos ao dia de aprender e realizar a cianotipia. No quarto encontro, as participantes puderam aprender um pouco sobre a história da cianotipia, sua descoberta por Sir John Frederick William Herschel e sua utilização por Anna Atkins. Aprenderam sobre os químicos que compõem a solução da cianotipia e as respectivas quantidades necessárias, retirados do livro *Manual de Cianotipia e Papel Salgado*, de Fabio Giorgi (2017). Foram dados todas as orientações necessárias, desde o passo a passo, cuidados e logística, para que elas pudessem realizar todo o processo da melhor maneira possível. Todas as etapas foram acompanhadas pela orientadora, pela proponente Izabel Lemos e pela colaboradora Karolyne Santiago.

Figura 5: Quarto dia de oficina

Fonte: elaborado pela autora

No quinto encontro foi o momento de as participantes realizarem as intervenções nas imagens reveladas em cianotipia. Foi recomendado que elas realizassem as intervenções como forma de complementar o que gostariam de passar por meio da obra que produziram. Essa intervenção poderia ser feita da forma que desejassem, de modo que elas utilizassem suas próprias habilidades para isso. Assim, elas fizeram intervenções com bordado, macramê, miçanga, origami, pintura, colagem e outros.

Figura 6: Quinto dia de oficina

Fonte: elaborado pela autora

O sexto e último encontro da oficina foi reservado para finalização das intervenções e discussão sobre os resultados e a exposição a ser organizada. Este momento de troca foi muito importante, pois pudemos ouvir das participantes os relatos de como foi a experiência delas. Foi um momento marcante e gratificante, pois conseguimos ir além do objetivo e fazer com que tivessem boas experiências nessa trajetória. Esse encontro também mostrou-se fundamental para ouvirmos delas suas ideias e opiniões sobre a oficina, além de definirmos em conjunto a ordem narrativa das imagens na exposição.

Figura 7: Sexto dia de oficina

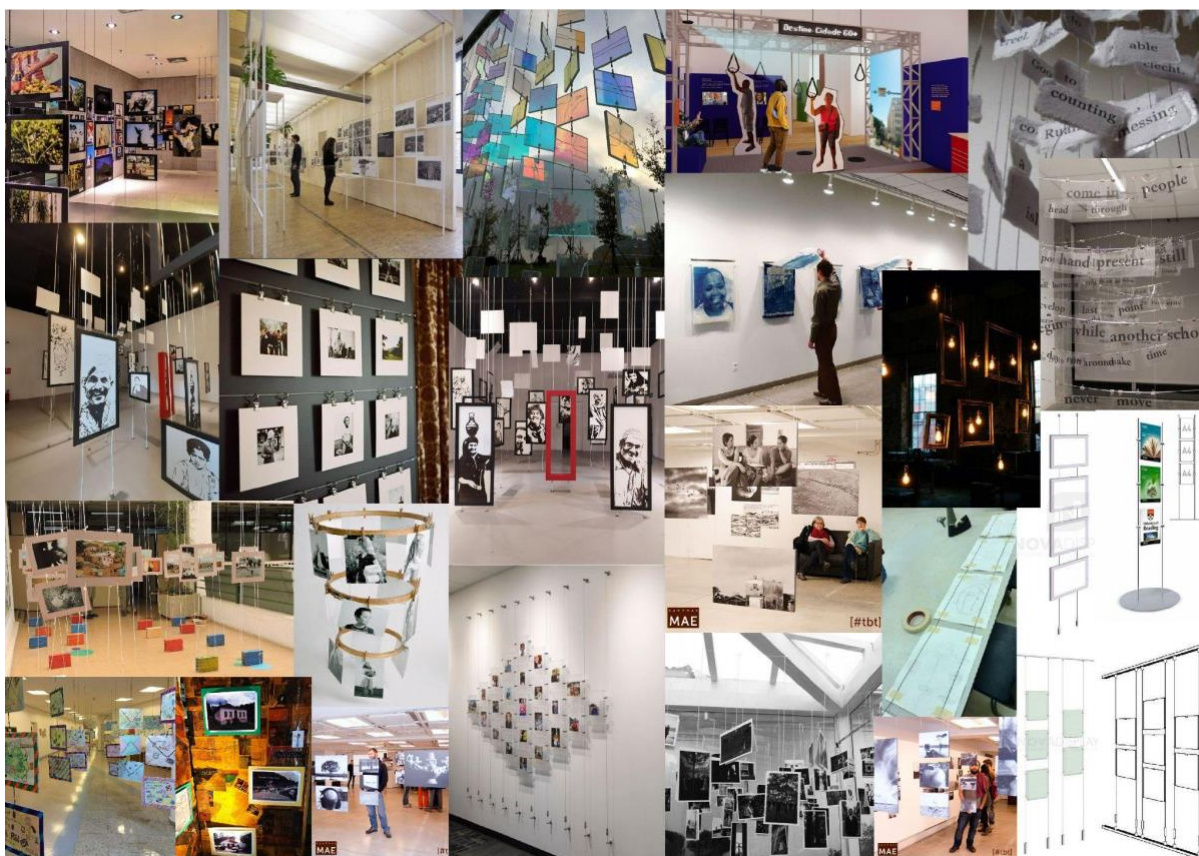
Fonte: elaborado pela autora

O resultado final desses encontros foi belíssimo e conseguimos atingir nosso objetivo de forma satisfatória. Cada encontro foi importante na construção dessa trajetória e pudemos construir um aprendizado passo a passo junto a elas de forma progressiva. Após a finalização da oficina a etapa seguinte seria a organização daquilo necessário para a realização da exposição.

Pós-oficina: as exposições

A preparação das exposições começou em janeiro e o primeiro passo foi a pesquisa de referências em imagens para a construção de um painel visual, e também pesquisa de materiais possíveis para serem utilizados, principalmente em relação a suporte. Com essa pesquisa em mãos, foi o momento de selecionar os possíveis materiais usados tanto para suporte como para ornamentação, sendo feita a primeira compra de materiais para confeccionar os origamis de borboleta que fariam parte da exposição.

Figura 8: Painel visual de referências



Fonte: elaborado pela autora

O primeiro local para a exposição foi acordado como sendo o próprio Centro Acadêmico do Agreste (CAA), onde foi realizada a oficina inteira. Além disso, gostaríamos de expor em outro local de Caruaru, localizado mais ao centro da cidade para que pessoas fora do contexto acadêmico também pudessem ver a exposição e conhecer um pouco sobre o projeto. Em janeiro, também foi feita uma visita ao Centro de Artes e Comunicação (CAC) da UFPE, campus do Recife, para conhecer outro projeto da Bolsa de Incentivo à Criação Cultural, o *Conexões Viscerais*. Vimos a possibilidade de expor também no CAC, para que a comunidade acadêmica de lá pudesse ver a exposição.

O local definido dentro do CAA, no mês de fevereiro, foi a área em frente ao Fotolab, onde planejou-se como a estrutura seria feita de acordo com o local que tínhamos. A partir das referências, pudemos ver a possibilidade que melhor se encaixava ali e era a sustentação por meio de fios de nylon. Para que as imagens pudessem ficar suspensas ao fio foi preciso colocar ao fundo do papel das imagens um suporte mais robusto, tipo papel paraná que servisse de suporte. Também foi feita a produção do banner informativo para suspender junto às obras e com a definição do que poderia de fato ser usado, passamos à aquisição dos materiais como os fios de nylon e fitas de diversos tipos.

Outro fator importante na exposição seriam os ornamentos. Tínhamos conversado com as participantes sobre colocar elementos complementares que fossem uma extensão do que elas haviam feito nos seus trabalhos. Desse modo, complementou-se a expografia com os materiais comprados, como papéis, fios de lã, miçangas, arcos, além de CD's, cianótipos pequenos com a imagem de borboleta - símbolo do projeto - e palavras presentes nas obras impressas em acetato, confeccionado em tiras que ficariam suspensas junto às obras.

Finalmente com tudo pronto, foi o momento de montar a exposição. Primeiro suspendemos o banner em um local que pudesse ser bem visível para apresentar a exposição. Instalamos os fios nos lugares necessários e passamos os fios entre as obras. Depois, os fios com as obras foram presos de modo que as imagens ficassem suspensas. Em seguida, com as obras posicionadas, foi a vez de colocarmos os ornamentos. Alternamos entre os fios de lã, tiras com miçangas e CD's cortados em formato de gota e de cristal. Confeccionamos as tiras com as palavras e miçangas e, por fim, as tiras com os cianótipos e miçangas. Acrescentamos, ainda, os origamis de borboleta que foram confeccionados e posicionados em partes pontuais da exposição, além da iluminação para destacar as obras, principalmente no período noturno.

No primeiro dia da exposição, reunimos as participantes para inaugurar oficialmente a exposição e conversamos um pouco sobre os futuros locais que pretendemos expor e o que elas acharam do resultado. O resultado final da primeira exposição foi satisfatório e um compilado muito bonito do que foi a trajetória até ali. As participantes puderam mostrar seus trabalhos para os colegas e comunidade acadêmica e a exposição pôde ser admirada por todos que passaram por ali.

Figura 9: Primeira exposição: preparativos e resultado



Fonte: elaborado pela autora

Com o final da exposição, fomos trabalhar na segunda edição da exibição dos resultados. O intuito foi expor ainda na cidade de Caruaru, mas em um local de acesso ao grande público, para além da comunidade acadêmica. Desse modo, o local cogitado foi a Galeria Allegory, localizada no Shopping Difusora, em Caruaru. Tivemos uma reunião com o responsável e acordamos a exposição para a segunda semana de março. Por ser este o mês das mulheres é um período propício para propor um olhar mais focado no feminino, o que tange a temática e intenção do projeto.

No momento de escrita deste relato, estamos a justamente trabalhar na preparação desta segunda exposição, mas é importante destacar que a terceira também já foi acordada. A terceira exposição, está prevista para abril e será na Galeria Capibaribe e IAC, pertencente ao Centro de Artes e Comunicação da UFPE, no campus do Recife. Esta exposição será conjunta com outros proponentes e bolsistas da BICC. Além de atingir o público que se concentra no CAC, o local proporciona uma integração de experiências ao conhecer outros projetos que também serão expostos.

Conclusão

O projeto passou por cada etapa de forma satisfatória, conseguimos contemplar tudo o que estava previsto no plano de trabalho, elaborado no início. Ao longo de todo o projeto conseguimos alcançar nosso objetivo e até mesmo ir além. Apesar de todo planejamento, não é possível controlar a forma que o projeto é recebido pelas participantes, a forma como receberam e abraçaram o projeto, e elas têm mostrado o quanto foi importante para elas fazer parte disso, a força que se expressar pode causar, tanto ao artista quanto ao expectador. Foi gratificante acompanhá-las durante todo o percurso e ter contribuído no aprendizado e no expressar de cada uma.

É importante destacar também o resgate dos processos históricos de revelação, trazendo conhecimento e visão sobre o potencial da cianotipia, nesse caso como forma de expressão artística, mas que também pode ser utilizado de outras formas, como economia criativa por exemplo. Isso pôde ser apresentado tanto às participantes, quanto ao público em geral ao ter contato com a exposição.

É inegável a contribuição deste projeto enquanto experiência pessoal e em minha formação profissional e acadêmica, podendo ter a oportunidade de ensinar mais uma vez e de

acompanhar as alunas em cada etapa ao longo da oficina. Poder escrever o projeto e tê-lo colocado em prática foi também uma experiência importante e que me encoraja a escrever e participar de outros editais culturais, nos quais eu possa colocar projetos em prática. Além disso, pude utilizar meu conhecimento na área do design, produzindo materiais gráficos e a identidade do próprio projeto.

Assim, é irrefutável a importância da BICC como forma de incentivo a projetos culturais dentro da própria universidade, mas também como meio de entrada para que se possa explorar futuramente outros editais externos que incentivem a criação cultural. Foi uma trajetória de aprendizagem com o percurso, de criar e pôr em prática, ensinar e aprender, e compartilhar toda experiência com outras pessoas.

Referências

- ALMEIDA, Angela Prada de. O feminino retratado: fotografia e representação do corpo na pós-modernidade. *Caderno Espaço Feminino*, v.16, n.19, p. 105-117, 2006. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/01112009-014812almeida.pdf>>. Acesso em: 02/10/2023.
- BLAUTH, Lurdi. et al. Violências cotidianas: a fotografia como registro de empoderamento feminino. *Revista Digital do LAV. Santa Maria*. vol. 12, n. 1, p. 18-37. Jan./Abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/35803/pdf>> Acesso em 02/10/2023.
- BENTES, Sabrina Natali Silva. Uma referência arrebatadora de amor e cura: bell hooks é para todo mundo. *Revista hydra*. v. 6. n. 11. p. 359-367. Novembro de 2022.
- CAVALCANTI, Rosália Andrade. FRANCISCO, Ana Lúcia. Virginia Woolf e as mulheres. *Gênero*. Niterói. v. 17. n. 1. p. 27-49. 2.sem. 2016.
- GIANNI, Gianni. Presença feminina na fotografia brasileira. *Revista Continente*, 2022. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/255/presenca-feminina-na-fotografia-brasil-eira>> Acesso em 02/10/2023.
- GIORGI, Fabio. *Manual de Cianotipia e Papel Salgado: Alternativa Fotográfica*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2017.
- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução: Ana Luiza Libânio. 2ªEd. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.
- NOCHLIN, Linda. *Por que não houve grandes mulheres artistas?* São Paulo: Edições Aurora / Publication Studio SP, 2016.
- SEX Education*. Criação: Laurie Nunn. Diretores: Dominic Leclerc, Michelle Savill and Alyssa McClelland. Produtores da série: Callum Devrell-Cameron. Intérpretes: Aimee Lou Wood e George Ross Robinson. Netflix, 2023. 1 vídeo (56 min.), *streaming*. Produzida pela Eleven, para a Netflix. Série do Netflix. Temporada 4: Episódio 3. 16:35 min. até 17:39 min. Disponível em: www.netflix.com. Acesso em 05 de outubro de 2023.
- WOOLF, Virginia. *Mrs. Dalloway* [1924]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.